

**Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do
Conhecimento**

TESE DE DOUTORADO

**REEDUCAR, REINSERIR E RESSOCIALIZAR
POR MEIO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

BERNADÉTTE BEBER – DOUTORANDA

Prof Dr Francisco Antonio Pereira Fialho – Orientador (UFSC/EGC)

Florianópolis (SC), 2007

BERNADÉTE BEBER

**REEDUCAR, REINSERIR E RESSOCIALIZAR
POR MEIO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Engenharia e Gestão do Conhecimento, como requisito parcial
para obtenção do título de doutor em Engenharia e Gestão do
conhecimento.**

Florianópolis (SC), 2007

BERNADÉTE BEBER

**REEDUCAR, REINSERIR E RESSOCIALIZAR
POR MEIO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

**Esta tese foi julgada e aprovada para a obtenção
do título de Doutor em
Engenharia e Gestão do Conhecimento no Programa de Pós-
Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da
Universidade Federal de Santa Catarina.**

Florianópolis, 06 de agosto de 2007

**Prof. Paulo Maurício Selig, Dr.
Coordenador do Curso**

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Francisco A.P. Fialho, Dr
Orientador**

Prof^a Janae G. Martins, Dr^a

Prof^a Christianne C.S.R. Coelho, Dr^a

Prof^a Silvana Pezzi, Dr^a

Sônia Cristina de M. S. Fialho, Dr^a

**Prof. Valério Cristofolini, Dr
Moderador**

Por mais distante que esteja o sonho;
Por mais longe que esteja o pensamento;
Por mais cansativa que seja a caminhada;
Por mais espinhos, pedras, tropeços sejam encontrados;
Por pior que seja a ladeira;
Por mais ofegante que seja a corrida;
Não desista do DESAFIO;
Nunca desista... de SONHAR.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela graça da vida e da conquista deste título;

A meus pais Aleandro (*in memorian*) e Eli, por terem me dado a vida e acreditarem no meu sonho;

Aos meus filhos, Diovana Manolita, Maykel, Jean Carlo e Verna, que são minha razão de viver e me apoiaram na conquista deste sonho;

Ao meu genro Roberto Carlos, que Deus colocou na nossa vida como um presente;

A minha nora Christiani, pelo seu carinho e apoio;

A minha primeira neta Isabelle que nascerá em outubro, mais uma razão de alegria na nossa família;

Ao meu orientador Fialho, pelos ensinamentos, pela paciência, por ter acreditado em mim e me auxiliado na realização deste sonho;

Aos meus amigos (as), Cláudia M.S.de Macedo, Janae, Glória, Márcia, Sueli, José Pedro, Silvani e Marcos incentivadores para esta conquista;

Aos meus professores (as), que com grandiosidade me ensinaram e me ajudaram a chegar até aqui;

Aos amigos (as) da turma 2004/2, pioneiros deste programa, que juntos batalhamos por este título;

Ao Professor Valério Cristofolini, pelo apoio e incentivo;

Aos professores da banca, por terem aceito e concedido meu título de doutora;

A meus familiares, que de uma ou muitas formas colaboraram para esta conquista;

A Dayan Pires - Secretária da Gerência Judiciária e Ademir Gonçalves - Assessor do Diretor do Departamento de Administração Prisional de Santa Catarina que prontamente forneceram os dados informacionais para minha pesquisa;

Em especial, ao meu filho Jean Carlo, o *amore mio*, que comigo sorriu, chorou, brincou, sofreu, ficou sozinho, me apoiou em todos os momentos e me “empurrou, me pegou pela mão” quando eu mais precisava e acreditou no meu, no nosso sonho.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 13 |
| 1 INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 1.1 Metodologia..... | 15 |
| 1.1.1 Apresentação do problema de pesquisa..... | 15 |
| 1.1.2 Objetivos da pesquisa..... | 18 |
| 1.2.2.1 Objetivo geral..... | 18 |
| 1.2.2.2 Objetivos específicos..... | 18 |
| 1.1.3 Justificativa e importância do estudo. | 18 |
| 1.1.4 Declaração das variáveis..... | 23 |
| 1.1.5 Hipótese..... | 24 |
| 1.1.5.1 Justificativa da hipótese..... | 24 |
| 1.1.6 Natureza da pesquisa..... | 25 |
| 1.1.7 Caracterização da pesquisa..... | 25 |
| 1.1.8 Limitações e delimitações do trabalho..... | 26 |
| 1.1.9 Originalidade..... | 26 |
| 1.1.10 Relevâncias e contribuições..... | 27 |
| 1.1.11 Abrangência da pesquisa e os atores sociais..... | 29 |
| 1.2 Métodos de Pesquisa..... | 30 |
| 1.2.1 Base filosófica | 30 |
| 1.2.2 Descrição dos capítulos..... | 34 |
| CAPÍTULO 2 | 36 |
| 2 REVISÃO TEÓRICA..... | 36 |
| 2.1 O currículo e a Educação Básica para jovens e adultos..... | 36 |
| 2.2 Educação a Distância: uma modalidade de ensino possível de ser implementada em Espaços Prisionais..... | 50 |
| 2.3 Espaços Prisionais sobre a ótica da Lei de Execução Penal (LEP)..... | 58 |
| 2.3.1 Os sistemas prisionais, escolas penais, as teorias..... | 67 |
| 2.4 Reeducação, ressocializar e reinserir: um caminho para a reconquista de direitos e oportunidades igualitárias no contexto prisional | 72 |
| 2.5 A Visão Sistêmica: o entrelaçamento entre ‘macroambiente’, o ‘ambiente de tarefa’ e o ‘ambiente interno’ na estratégia didático-pedagógica... .. | 79 |
| 2.5.1 Quanto a visão sistêmica..... | 81 |
| 2.5.2 Quanto a teoria dos sistemas..... | 84 |
| 2.5.3 Quanto a organização sistêmica..... | 88 |
| 2.5.4 Quanto o sistema de gestão e planejamento..... | 92 |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 3 | 98 |
| 3 EXPOSIÇÃO QUANTITATIVA DA PESQUISA..... | 98 |
| 3.1 Caracterização..... | 98 |
| 3.2 Resultado da pesquisa, discussão e análise dos dados..... | 98 |
| CAPÍTULO 4 | 111 |
| 4 A ESTRATÉGIA DIDÁTICO - PEDAGÓGICA PARA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONALIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS..... | 111 |
| 4.1 A estratégia didático-pedagógica: sua estrutura e procedimentos operacionais..... | 113 |
| 4.1.1 Codificação e decodificação do conhecimento..... | 115 |
| 4.1.2 Mudança da estrutura organizacional..... | 116 |
| 4.1.3 Redes de informação e comunicação..... | 117 |
| 4.1.4 Customização das tecnologias (conhecimentos, processos e produtos)..... | 119 |
| 4.1.5 Legislação penal e educacional..... | 120 |
| 4.1.6 Educação formal e profissional..... | 121 |
| 4.1.7 Flexibilização de organismos intersecção = conhecimento e aprendizagem..... | 125 |
| 4.1.8 Iniciativa, criatividade, resolução de problemas e inovação..... | 126 |
| 4.1.9 Ênfase ao conhecimento tácito e explícito..... | 128 |
| 4.1.10 Aprendizagem voltada ao conhecimento científico e profissionalizante..... | 129 |
| 4.1.11 Produção do conhecimento interligando habilidades e competências..... | 130 |
| CAPÍTULO 5 | 132 |
| 5 CONCLUSÃO E RESULTADOS ESPERADOS..... | 132 |
| 5.1 Quanto ao objetivo e hipótese da pesquisa..... | 132 |
| 5.2 Quanto a pesquisa nos Espaços Prisionais..... | 134 |
| 5.3 Resultados esperados..... | 140 |
| REFERÊNCIAS..... | 143 |

LISTAS DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1: Eixos Dimensionais..... | 29 |
| Figura 2: Visão sistêmica | 84 |
| Figura 3: Representação sistêmica (O autor)..... | 85 |
| Figura 4: Representação sistêmica – a estratégia..... | 86 |
| Figura 5: Supersistema educacional prisional..... | 89 |
| Figura 6: O processo sistêmico e seus ambientes..... | 91 |
| Figura 7: Planejamento Estratégico 1..... | 97 |
| Figura 8: Planejamento Estratégico 2..... | 97 |
| Figura 9: Codificação e decodificação do conhecimento..... | 115 |
| Figura 10: Conteúdos Científicos..... | 115 |
| Figura 11: Mudança da estrutura organizacional..... | 116 |
| Figura 12: Redes de informação e comunicação..... | 117 |
| Figura 13: Customização das tecnologias (conhecimentos, processos e produtos)..... | 119 |
| Figura 14: Legislação penal e educacional..... | 120 |
| Figura 15: Educação formal e profissional..... | 121 |
| Figura 16: Espiral da evolução do conhecimento..... | 122 |
| Figura 17: Conhecimento proposicional..... | 123 |
| Figura 18: Conhecimento procedural..... | 123 |
| Figura 19: Conhecimento descobridor..... | 124 |
| Figura 20: Conhecimento Contextual..... | 124 |
| Figura 21: Flexibilização de organismos intersecção..... | 125 |
| Figura 22: Iniciativa, criatividade, resolução de problemas e inovação... | 126 |
| Figura 23: Ênfase ao conhecimento tácito e explícito..... | 128 |
| Figura 24: Aprendizagem voltada ao conhecimento científico e profissionalizante..... | 129 |
| Figura 25: Produção do conhecimento interligando habilidades e competências..... | 130 |
| Figura 26: Sísifo..... | 140 |

LISTAS DE TABELAS

| | |
|--|-------|
| Tabela 1: Síntese de Indicadores Sociais 2000..... | 38 |
| Tabela 2: Regime de internação e população internada – SJ..... | 99 |
| Tabela 3: Regime de internação e população internada – EP..... | 99 |
| Tabela 4: Regime de internação Polícia/Justiça Federal..... | 100 |
| Tabela 5: Total de presos/Internados – ambos os sexos em SC..... | 101 |
| Tabela 6: Total de presos/Internados do sexo masculino em SC..... | 101 |
| Tabela 7: Total de presos/Internados do sexo feminino em SC..... | 101-2 |
| Tabela 8: Presos por faixa etária..... | 102 |
| Tabela 9: Presos por nacionalidade..... | 103 |
| Tabela 10: Cor de pele e etnia..... | 103 |
| Tabela 11: Número de vagas em estabelecimentos penais..... | 104 |
| Tabela 12: Estabelecimentos penais..... | 104 |
| Tabela 13: Nível de Instrução..... | 105 |
| Tabela 14: Totais de presos/internados..... | 106 |
| Tabela 15: Trabalho interno..... | 107 |
| Tabela 16: Trabalho externo..... | 108 |
| Tabela 17: Reinclusões..... | 109 |
| Tabela 18: Tempo total de penas..... | 109 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

Art. (s) = Artigo (s)

EaD – Educação a Distância

EGC = Engenharia e Gestão do Conhecimento

EP = Estabelecimento Penal

LEP = Lei de Execução Penal

LDB = Lei de Diretrizes e Bases

LDBn = Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC = Ministério da Educação e Cultura

OnfoPen = Departamento Penitenciário Nacional - Sistema Integrado de
Informações Penitenciárias

Pnad = Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

p = Página

SAED = Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SJ = Secretaria de Justiça

SC = Santa Catarina

TICs = Tecnologias da Informação e da Comunicação

UNESCO = *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

RESUMO

BEBER, Bernadette. **Reeducar, reinserir e ressocializar por meio da Educação a Distância**. 2007. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento – Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

Esta tese tem como objetivo construir uma Estratégia Didático-Pedagógica para a Educação Básica e profissionalização de jovens e adultos em Espaços Prisionais, na modalidade da Educação a Distância, visando reeducação, reinserção e ressocialização. Os estudos foram realizados pela pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica para estudar o currículo na Educação Básica e profissionalização, as legislações penal e educacional, a modalidade de Educação a Distância, a Visão Sistêmica e a criação da Estratégia Didático-Pedagógica; a pesquisa documental realizada nos trinta e quatro Espaços Prisionais do Estado de Santa Catarina para se obter dados sobre a população carcerária quanto à formação educacional e os aspectos de profissionalização. Efetivamente a Estratégia Didático-Pedagógica proposta nesta tese visa promover a inclusão e valorização do apenado como ser humano, promovendo acesso ao conhecimento sistematizado, ao profissionalismo pelas tecnologias de informação e comunicação para que, ao retornarem à sociedade, não reincidam ao mundo do crime pela falta de Educação Básica, requisito mínimo para o exercício da cidadania no convívio social.

ABSTRACT

BEBER, Bernadette. Reeducation, rehabilitation and reintegration by Distance Education. 2007. Thesis (Ph.D. in Engineering and Management of Knowledge - Program for Post-Graduate in Engineering and Management of Knowledge. Federal University of Santa Catarina, Florianopolis, 2007

This thesis aims to build a strategy Textbook - Pedagogical for Basic Education and professional development of youth and adults in Prison Spaces, in the mode of Distance Education, aiming reeducation, rehabilitation and reintegration. The studies were conducted by the bibliographic and documentary researches. Bibliographical to study the curriculum in the basic education and professional development, the criminal laws and education, the mode of Distance Education, the Systemic Vision and the creation the Strategy Textbook – Pedagogical. The desk research carried out in 34 Prison Spaces in the State of Santa Catarina to obtain data on the prison population as educational and professional development aspects. Indeed the Strategy Textbook - Pedagogical proposal in this thesis aims to promote the inclusion and development of the arrested as a human being, promoting access to knowledge systematized, professionalism by information and communication technologies and so, the return to society, not return the world of crime by the lack of basic education, a minimum requirement for the exercise of citizenship in social interaction.

CAPÍTULO 1

1 INTRODUÇÃO

Na Declaração Universal e nas Convenções Internacionais de Direitos Humanos, foram estabelecidas prerrogativas legais para a proteção e promoção dos interesses fundamentais da pessoa humana.

Estas prerrogativas convergem para o estabelecimento de uma vida protegida pelos 'impérios da lei' de forma a garantir a dignidade humana, conseqüentemente à educação.

De acordo com Schütz (2007, p.1) etimologicamente 'educação' abrange uma vasta dimensão: [...] 'educar' vem do latim *educare*, por sua vez ligado a *educere*, verbo composto do prefixo *ex* (fora) + *ducere* (conduzir, levar), significa literalmente 'conduzir para fora', ou seja, preparar o indivíduo para o mundo.

Desde modo, vê-se que nos grandes desafios do mundo contemporâneo, a educação é um eixo fundamental para o desenvolvimento sócio-educativo dos seres humanos.

Tendo a educação o papel de 'preparar o indivíduo para o mundo' a escola formal além de possibilitar a apropriação dos conhecimentos cientificamente elaborados, pode oportunizar conhecimentos de profissionalização, para que o aprender esteja voltado a diminuição da desigualdade social, demonstrando assim, uma dimensão ética a respeito da vida humana.

Convergir para esta dimensão, consubstancialmente é ter no 'conhecimento' a base geradora para a igualdade social que de forma sistemática e sistêmica gerarão processos de mudança para um aprendizado individual e coletivo.

Baseando-se na Engenharia e Gestão do Conhecimento que se constitui numa visão multidisciplinar, o conhecimento é entendido como o “centro de excelência”, pois, integra as várias dimensões do saber para desenvolver “habilidades que qualifiquem atividades empreendedoras e auto-sustentáveis em ciência, tecnologia e inovação”, caracterizando-se de forma multidimensional para o desenvolvimento e implementação de conceitos, teorias e estratégias (EGC, 2007).

Por assim dizer, engendrar e gerir conhecimento é explorar, disseminar e compartilhar conhecimento para promover de forma criativa a aprendizagem e possibilitar a aceleração da mudança nos espaços educativos.

Tais mudanças requerem novas configurações, pois ainda existem muitos descaminhos na educação formal, especificamente quando se trata de Espaços Prisionais.

No Brasil, variados programas de ‘educação para todos’ foram e são desenvolvidos. Mas, para reclusos em Espaços Prisionais, vê-se uma defasagem substancial, que requer um olhar específico.

Por entender que os reclusos em Espaços Prisionais necessitam de assistência educacional pró-ativa, esta tese tem por objetivo construir uma Estratégia Didático-Pedagógica para a Educação Básica e profissionalização de jovens e adultos, na modalidade da Educação a Distância, visando reeducação, reinserção e ressocialização.

Este processo de escolarização no nível de Educação Básica com enfoque na profissionalização oportunizará conhecimentos teórico-científicos e humano-sociológicos para, como considera Foucault (2001), que o Espaço Prisional seja um local que promova a ‘liberdade pela mudança social’.

Paralelamente as necessidades educativas, encontram-se as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) que oportunizam formas diferenciadas para gerir o processo de ensino e de aprendizagem e de inserção no mercado de trabalho.

Este estudo se configura em quatro categorias de análise denominadas nesta pesquisa de “eixos dimensionais”: o Currículo na Educação Básica, a Lei de Execução Penal (LEP), a Educação a Distância e a Abordagem Sistêmica.

Para dar sustentabilidade a esta tese realizou-se pesquisa documental do Sistema Prisional Catarinense, em que as informações foram obtidas no Ministério de Justiça - Departamento Penitenciário Nacional – Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – OnfoPen, em abril de 2007. Para análise da documentação foi utilizada a Abordagem Sistêmica desenvolvida por Cristofolini (2003) onde o ‘macroambiente’, o ‘ambiente de tarefa’ e o ‘ambiente interno’ compõem as bases de ação para a estratégia proposta, uma vez que é pela unidade do todo que se atendem as especificidades, as oportunidades, as ameaças, os parâmetros, os limites e os desafios.

1.1 Metodologia

1.1.1 Apresentação do problema de pesquisa

O gerenciamento do Sistema Educacional Prisional Brasileiro têm sido nas últimas décadas, palco de expressivas reflexões e análises e porque não dizer de profundo ceticismo ao referir-se à sua estrutura de gerenciamento e seu planejamento de ação, pois, seres humanos encontram-se nestes espaços e necessitam de ações eficientes, eficazes e efetivas que os auxiliem no processo de reeducação, reinserção e ressocialização.

Educar não significa apenas ensinar, transmitir meramente conhecimentos, mas dimensionar suas ações como é proposto por Delors (2000, p. 89 e170):

A educação deve transmitir de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro. Simultaneamente, compete-lhe encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficar submergidas nas ondas da informação, mais ou menos efêmeras, que invadem os espaços públicos e privados e as levem a orientar-se para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos, como também, as ações educativas, [...] no seu conjunto [...] exigem a abertura de um debate democrático, não só sobre os meios, mas também sobre as finalidades da educação.

Nesta visão, percebe-se que o processo de escolarização para jovens e adultos destes espaços deve emanar um conjunto de meios e finalidades que atendam e desenvolvam "(...) saberes utilitários, a tendência para prolongar a escolaridade e o tempo livre deveria levar os adultos a apreciar, cada vez mais, as alegrias do conhecimento e da pesquisa individual" (DELORS, 2000, p. 91).

Paralelamente a este entendimento, as opções proporcionadas pelo impacto tecnológico, estão transformando de maneira profunda os rumos da civilização. Definitivamente, o sistema de informação e comunicação engloba uma diversidade de oportunidades, preocupações e questionamentos transformando a vida dos seres humanos tanto no processo formal do aprender, quanto na aprendizagem profissional.

Diante desta realidade, cabe associar imperativos que rompam mitos, questionam verdades estabelecidas, ultrapassam limites geográficos gerando variadas formas de apropriação do conhecimento.

Estes imperativos focalizam possibilidades de instaurar e associar ao processo ensino-aprendizagem uma forma de ampliar o acesso ao sistema educativo, como também, desenvolver uma proposta dialógica para a construção do saber e permitir aprender por meio de variados acessos e condições compreendendo que o ensino presencial, hoje, não é a única forma de gerir o processo de ensino e de aprendizagem.

Nesta óptica, faz-se necessário entender que a Educação a Distância é uma modalidade de ensino que possibilita gerir escolarização e que a sua *performace* possui diversidade de recursos para redimensionar a dependência do ensino face-a-face, respeitando ritmo de rendimento, questões espaço-temporais, autonomia de aprendizagem, interatividade e cooperação entre os envolvidos no processo de escolarização.

Neste sentido, oportunizar escolarização por meio da Educação a Distância é otimizar diferentes tipos de linguagens e recursos, permitir o aprender a aprender, oportunizar o desenvolvimento de competências, integrar o ser humano à formação humana como apresenta Fialho (1998, p. 20): “[...] modificar os padrões comportamentais nos quais estamos inseridos, reinventando maneiras de ser, nos ‘estratos subjetivos’ da existência individual e coletiva”.

Sendo o ser humano o patrimônio de maior riqueza e componente decisivo para a eclosão de um consciente desenvolvimento social, político e econômico busca-se resposta para a questão de pesquisa: **Como reeducar, reinserir e ressocializar jovens e adultos de Espaços Prisionais por meio da Educação a Distância visando a Aprendizagem e Profissionalização na Educação Básica?**

Esta pergunta não pretende examinar os variados problemas derivados da Educação Básica Nacional, nem tão quanto às ofertas educacionais existentes em Espaços Prisionais. Pretende estudar, discutir e produzir uma Estratégia Didático-Pedagógica que busque equalizar o conhecimento científico e a profissionalização apoiados na modalidade da Educação a Distância promovendo interação, troca, construção coletiva e preparação para o mercado de trabalho como afirma Vygostsky (1993, p.57) ao reportar-se que:

A aprendizagem cria uma área ativa de processos internos no marco das inter-relações, que se transforma em aquisições internas, assim, a concepção dialética da aprendizagem e do desenvolvimento são suporte ao reconhecimento de competências e potencialidades de cada aluno e as alternativas de ensino devem possibilitar a produção, a construção do saber.

1.1.2 Objetivos da pesquisa

Atualmente as pesquisas sociais buscam analisar os referenciais de análise de forma qualitativa por entender que a percepção da realidade deve expressar maior significado, clareza e entendimento das informações. Frente a isto, Minayo (1999, p.24) ao referir-se à pesquisa social "propõe a subjetividade como o fundamento do sentido da vida social e defende-a como constitutiva do social e inerente à construção da objetividade nas ciências sociais" e segundo Oliveira (1999, p.146) "[...] objetivo relaciona-se a tudo que implica a obtenção de um fim ou resultado final".

1.1.2.1 Objetivo geral

Construir uma Estratégia Didático-Pedagógica para a Educação Básica e profissionalização de jovens e adultos em espaços Prisionais, na modalidade da Educação a Distância, visando reeducação, reinserção e ressocialização.

1.1.2.2 Objetivos específicos

- Levantar junto à literatura embasamento teórico sobre o campo do conhecimento;
- Desenvolver pesquisa quantitativa nos Espaços Prisionais do Estado de Santa Catarina.

1.1.3 Justificativa e importância do estudo

O conhecimento humano como meio indispensável para fundamentar e estabelecer relações inter e intrapessoais deve estar intrinsecamente relacionado a saberes diversos seja de ordem pessoal, social ou cultural. As exigências da sociedade do conhecimento postulam em sua totalidade, ações

integradas à natureza dinâmica, por meio de estruturas flexíveis, para que o saber seja possibilitado e garantido de forma igualitária a todas as pessoas.

Nesta visão, impetrar condições mínimas de dignidade por meio do conhecimento científico requer desenvolver ensino e aprendizagem que incorpore referenciais úteis para ações comportamentais benéficas.

Com a vinda do capitalismo no Brasil, início do século XX foi estabelecido padrões sócio-educacionais específicos às demandas do próprio sistema. Estes padrões restringiram o Ensino a um grupo seletivo de pessoas e, grande parcela da população foi desvinculada e/ou excluída da possibilidade de freqüentar o processo formal de escolarização, pois, produzir e reproduzir em larga escala, era o eixo norteador do processo.

Devido o formato de trabalho configurado na execução de tarefas e reprodução de idéias, instaurou-se na estrutura escolar, uma visão linear que, por conseguinte se absteve consideravelmente a muitas especificidades inerentes a sua função, dentre elas a escolarização de jovens e adultos.

Tal conjuntura é sobremaneira percebida, neste século, pois, centenas de jovens e adultos ainda se encontram afastados/excluídos do processo ensino-aprendizagem, que pela busca do trabalho para a sobrevivência ou pela falta de oportunidades e condições de freqüentarem o ensino formal, se evadiram da escola.

Esta tese, embasada nas teorias de OLIVEIRA (1996), FOUCAULT (2001) e MIRABETE (1993), busca mostrar que deter, julgar e punir não devem traçar injustiças que contradigam os Princípios da Dignidade Humana, mas que estabeleçam e desenvolvam padrões para que o processo de reclusão seja uma etapa nas vidas destes cidadãos para possibilitar **Reeducação, Reinserção e Ressocialização**.

Embora o Sistema Educacional Prisional Brasileiro tenha-se mantido distante por muitos anos da realidade sócio-cultural destes seres humanos, ou melhor, praticamente inexistente, estruturando um "Sistema Prisional coercitivo", pensar uma "nova" estruturação educacional é possibilitar a estes indivíduos que cometeram/cometem delitos, uma forma de reeducá-los.

Frente a isto, esta tese toma como base teórico-metodológica os conhecimentos científicos propostos por alguns pesquisadores:

- Vygotsky (1998), Sacristán (1998), Morin (2000), Delors (2000) que congregam áreas do conhecimento que possibilitam estabelecer linhas de ação e entendimentos sobre educação, a interferência do ambiente sócio-cultural e os recursos tecnológicos como formas para desenvolver um processo relacional que propicie o saber, o conhecer e, conseqüentemente, o aprender para conviver em sociedade;
- Cristofolini (2003), que propõe a unidade do todo de forma interrelacional por meio da Visão Sistêmica;
- Mercer & Estepa (1996) ao afirmar que a modalidade da Educação a Distância congrega na sua especificidade acesso a educação formal possibilitando atender as necessidades individuais.

Embora, havendo em variados Espaços Prisionais programas e projetos educacionais em efetivo desenvolvimento, vê-se a necessidade de criar uma Estratégia Didático-Pedagógica diferenciada das existentes, para, como aborda Campestrini (2002) que a ressocialização esteja intrinsecamente relacionada ao processo de humanização, por meios capazes de oportunizar ao reeducando seu retorno à Sociedade em condições de convívio social.

Neste sentido, a Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210 de 11/ 07/ 1984 é explícita quanto à obrigatoriedade dos Espaços Prisionais oportunizarem aos seus detentos condições de Reeducação, Reinserção e Ressocialização. A referida Lei na Seção Assistência Educacional, no Artigo 17 determina que: "A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e formação

profissional do preso e do internado". Frente a isso, Mirabette (1993: p.85) oportuniza um esclarecimento do referido artigo, a saber:

A assistência educacional deve ser uma das prestações básicas mais importantes não só para o homem livre, mas também àquele que está preso, constituindo-se, neste caso, em um elemento de tratamento penitenciário como meio para a reinserção social [...]. Dispõe, aliás, a Constituição Federal que a 'educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho' (art 205), [...].

Contudo, a obrigatoriedade do Ensino Profissional para os Reeducandos é ponderada na mesma Lei, especificamente no Art. 19 que diz: "O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico" e, Mirabette (1993, p.87) esclarece esta determinação dizendo que: "[...] A habilitação profissional é uma das exigências das funções utilitárias da pena, pois facilita a reinserção do condenado no convívio familiar, comunitário e social, a fim de que não volte a delinquir [...]".

Nesta perspectiva se insere a presente Tese que procura construir uma Estratégia Didático-Pedagógica para a Educação Básica e profissionalização de jovens e adultos na modalidade da Educação a Distância, visando a reeducação, reinserção, e ressocialização para democratizar e universalizar o acesso à Educação aos reclusos em Espaços Prisionais, como diz Mercer & Estepa (1996, p.63) "*al diseño de un sistema eficaz de educación*" e como pondera Neder (1999, p.108):

[...] ser compreendida como dimensão de uma pedagogia que possa contribuir para a (re) significação do processo educativo e, até mesmo, para mudanças paradigmáticas que superem a escola tradicional.

Deste modo, construir uma Estratégia Didático-Pedagógica centrada na concepção humanística, firmada na modalidade da Educação a Distância é estabelecer políticas de humanização visando romper as variáveis históricas e circunstanciais cristalizadas no cotidiano social, no sistema educacional e no ambiente interno dos presídios, que geram e agravam situações-problema nas mais diversas áreas.

Neste sentido, pode-se considerar que o desenvolvimento humano busca concentrar a ampliação das possibilidades de escolha, emprego, valores culturais e morais e que o Sistema Educacional deva possibilitar novas concepções e tendências educativas às necessidades dos educandos, garantindo acesso e permanência ao conhecimento, assim, desenvolver competências e habilidades à construção da cidadania (DELORS, 2000).

Para efeito, satisfazer as necessidades básicas inerentes aos seres humanos implica em Solidariedade, Valorização e oportunizar espaços de cidadania que de acordo com Foucault (2001, p.222): "É preciso imprimir um caráter de utilidade ao trabalho penal" e que "a prisão deve ser vista como um instrumento aperfeiçoado de transformação do indivíduo em gente honesta" e, a educação deve ser partícipe das formas multifacetadas do desenvolvimento, como um construto que engendre o 'aprender a conhecer, a viver juntos, a fazer e a ser' (DELORS, 2000) embricados nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) voltando-se à construção de uma Sociedade em que a 'inclusão social seja prioridade absoluta', como aborda Neves (2000, p. 28-9):

Inclusão social pressupõe formação para a cidadania, o que significa que as tecnologias da informação e da comunicação devem ser utilizadas também para a democratização dos processos sociais para fomentar a transparência de políticas e ações de governo e para incentivar a mobilização dos cidadãos e sua participação ativa nas instâncias cabíveis. As tecnologias de informação e comunicação devem ser utilizadas para integrar a escola e a comunidade, de tal sorte que a educação mobilize a sociedade [...].

Para tanto, investir e utilizar a modalidade da Educação a Distância para a educação formal visando desencadear a profissionalização nos Espaços Prisionais é intercambiar o conhecimento e o processo de uma gestão democrática, como via de acesso a busca do conhecimento para enfrentar a 'sociedade do conhecimento' como afirma Morin (2000, p.31): "O conhecimento do conhecimento, que, comporta a integração do conhecedor em seu conhecimento deve ser, para a educação, um princípio e uma necessidade permanente".

1.1.4 Declaração das variáveis

O escopo deste trabalho é fazer emergir uma Estratégia Didático-Pedagógica para a Educação Básica, e profissionalização de jovens e adultos por meio da modalidade da Educação a Distância, visando a reeducação, reinserção e ressocialização.

Pretende-se, construir a Estratégia Didático-Pedagógica, por meio da abordagem sistêmica, desenvolvida por Cristofolini (2003) e que o planejamento estratégico possibilite atender os envolvidos no processo de ensino, de forma que, o conhecimento do aluno seja visto como “matéria-prima” a ser transformada pela instituição e que, no decorrer do processo do aprendizado, ‘é processado’, isto é, a instituição (Espaços Prisionais), deve conseguir de alguma forma preparar o indivíduo para o mercado de trabalho.

Considera-se neste sentido, verificar as variáveis que compreendem:

- A relação **matriz curricular** e o mercado de trabalho;
- A **Educação a Distância** como modalidade de ensino para proporcionar aos reeducandos dos Espaços Prisionais estudar e profissionalizar-se para sua ressocialização;
- A **profissionalização**, como uma das necessidades de reinserção social, assim, uma possível forma de (re)estabelecer-se na sociedade, no mercado trabalho.

As variáveis, Matriz Curricular para Educação Básica, Profissionalização e Educação a Distância em Espaços Prisionais, envolvem, por um lado questões sócio-culturais que interferem no processo de ressocialização, conseqüentemente, reinserção profissional / mercado de trabalho, e de outro, as questões educacionais que pelo formato existente e a instância que se refere (Espaços Prisionais), acarretam dificuldades inter e intra-pessoais entre os atores sociais e os executores (docentes, sistema prisional, mercado de

trabalho) como também, a formação destes profissionais que atuam nestes espaços.

1.1.5 Hipótese

Triviños (1987) e Minayo (1999) em seus estudos abordam que a hipótese engloba uma possível verdade, um provável resultado. Deste modo, uma verdade pré-estabelecida apoiada teoricamente poderá validar ou não as hipóteses estabelecidas.

A partir deste entendimento teórico, têm-se como hipótese para este estudo, que a construção de uma Estratégia Didático-Pedagógica para a Educação Básica e profissionalização de jovens e adultos, pela modalidade de Educação a Distância pode possibilitar a reeducação, reinserção e ressocialização dos detentos de Espaços Prisionais.

1.1.5.1 Justificativa da hipótese

O mercado de trabalho cada vez mais acirrado, a globalização dos mercados, os sistemas de produção que exigem maior nível de qualificação profissional, melhorias nas formas de inovação e criatividade, o saber sistematizado e conhecimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), deixam claro a necessidade de reflexões profundas no fazer educacional, conseqüentemente, na ruptura de padrões estáticos e padronizados para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Delors (2000) chama a reflexão, quando pontua, que as classes sociais menos favorecidas encontram-se distanciadas dos espaços formadores e que, em decorrência do mercado de trabalho, das políticas educacionais e sociais existentes muitos cidadãos que sofrem as 'conseqüências de insucesso escolar marcando os jovens para toda a vida'.

A exclusão do processo de escolarização também é caracterizada por Freire (1987, p.30) quando pontua que: "[...] pelo racionalismo entre o ser e o ter, o poder e a submissão, a liberdade e a opressão, a oportunidade e a desigualdade social", dificultam a integração do homem na sociedade do conhecimento, criando-se desta forma uma 'dívida social' cada vez maior, com mais desigualdade social.

Entendendo-se que a exclusão do processo de escolarização ocasiona distanciamento das possibilidades de igualdade social. Construir uma Estratégia Didático-Pedagógica a ser implantada nos Espaços Prisionais, requer aprofundamento teórico-científico para apropriação de saberes que irão nortear a criação da referida Estratégia, propiciando contextualizar conhecimentos, para interagir com o ambiente interno retroalimentando os possíveis desvios para atingir os objetivos propostos.

1.1.6 A natureza da pesquisa

De acordo com Fialho (2001) a educação estabelece uma relação multidimensional em que os sujeitos envolvidos geram ações de interação. Esta interação é concebida numa rede de representações mediada pela ação tecnológica, pelas ações pedagógicas, pelo ambiente, pela dinâmica destas relações e pelo devir do coletivo da humanidade.

1.1.7 Caracterização da pesquisa

Ao considerar o objetivo desta tese, o estudo necessário para este contexto, caracteriza-se nas investigações de cunho **Bibliográfico e Documental**.

Bibliográfico, pois, a literatura oferece suporte para o embasamento dos conhecimentos teóricos à luz da teoria do conhecimento por compreender,

decifrar, interpretar, analisar, criar e recriar a Estratégia Didático-Pedagógica para ser implantada em Espaços Prisionais.

A pesquisa **documental** para obter dados precisos quanto a realidade educacional e profissionalizante existentes no Sistema Prisional do Estado de Santa Catarina.

Este trabalho utiliza a Abordagem Sistêmica desenvolvida por Cristofolini (2003, p.81-2) que apresenta em sua origem três ambientes, “[...] o macroambiente, o ambiente de tarefa e o ambiente interno. No macroambiente [...] variáveis externas [...]. No ambiente de tarefa [...] os fatores e variáveis [...] e no ambiente interno as oportunidades, ameaças, parâmetros, limites e desafios”.

1.1.8 Limitações e delimitações do trabalho

A presente tese apresenta limitações nos campos teóricos e de investigação para garantir a veracidade da pesquisa.

No campo teórico, limita-se, consultar e analisar bibliografias previamente selecionadas, para direcionar os estudos de forma clara e concisa visando atingir os objetivos propostos.

No campo investigativo, limita-se nas questões de ensino-aprendizagem, pois, a pesquisadora entende que demais aspectos jurídicos como os porquês da pena não agregarão valor ao objetivo da investigação.

1.1.9 Originalidade

A originalidade deste trabalho configura-se na construção de uma Estratégia Didático-Pedagógica para a Educação Básica e profissionalização para jovens

e adultos por meio da modalidade da Educação a Distância, visando a Reeducação, Reinserção e Ressocialização.

Assim, vê-se que neste trabalho à contribuição humano-científica em que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) poderão incluir jovens e adultos reclusos em Espaços Prisionais no processo de Reeducação, Reinserção e Ressocialização, como determina a Lei de Execução Penal nº 7.210 de 11 / 07/ 1984, na Seção V Art. 17: Assistência Educacional' em que "uma das prestações básicas mais importantes não só para o homem livre, mas também àquele que está preso, constituindo-se, neste caso, em um elemento do tratamento penitenciário como meio para a reinserção social" (MIRABETE, 1993 p.85).

Desenvolve-se a Estratégia Didático-Pedagógica, utilizando a abordagem sistêmica, em que o macroambiente, o ambiente de tarefa e o ambiente interno oportunizam visualizar oportunidades, ameaças, parâmetros, limites e desafios (Cristofolini, 2003) para estruturar uma ferramenta possível de demandar oportunidades de ensino-aprendizagem e profissionalização alocando os atores envolvidos no mercado de trabalho e por esta possibilidade não voltem a delinqüir.

Frente a isto, entende-se que a originalidade não se configura em algo inédito, mas de acordo Mattar, (1999: p.57) "O fato de um tema nunca ter sido pesquisado não lhe confere necessariamente originalidade, bem como o fato de o tema já ter sido pesquisado não lhe tira a originalidade".

1.1.10 Relevância e contribuições

A Engenharia e Gestão do Conhecimento se constituem num espaço semântico em que pesquisar, desenvolver e aplicar propostas e/ou metodologias caracterizam-se como objeto de pesquisa (EGC 2007).

Para tanto, o presente trabalho poderá contribuir com a Engenharia e Gestão do Conhecimento no nível teórico como visão sistêmica, podendo influir na criação de uma nova forma de gestionar a Educação Básica nos Espaços Prisionais por meio da modalidade da Educação a Distância e, porque não dizer, em outros espaços.

Tem-se conhecimento que existem variados projetos para a Educação Prisional que compreendem diferentes tipos de atividades, mas, ao considerar que este estudo utiliza a Abordagem Sistêmica, partindo de um planejamento estratégico e considera para seu formato os três ambientes (macroambiente, ambiente de tarefa e ambiente interno) não se tem conhecimento desta, nestes espaços.

A contribuição deste estudo deu-se a partir de pesquisas bibliográficas que compreende uma visão multidisciplinar referente à oferta da Educação Básica para reeducar, reinserir e ressocializar, por considerar o 'macroambiente', o 'ambiente de tarefa' e 'ambiente interno' que as variáveis influenciam na criação de um novo formato de currículo para a Educação Básica a ser oferecidos na modalidade a distância.

Também, a pesquisa documental foi utilizada para analisar os dados existentes no Sistema Prisional de Santa Catarina assim, dar veracidade a pesquisa realizada e deste modo explorar idéias e necessidades para analisar e interpretar fatos e conhecimentos articulados pela pesquisadora.

O referido formato requer ações ágeis, eficientes, eficazes e efetivas para “[...] saber fazer bem as coisas [...], produzir alternativas criativas, maximizar resultados” (OLIVEIRA, 1999, p.36; CHIAVENATO, 2000, p.238; TIFFANY, 1998, p.28), e utilizar estratégias, recursos e equipamentos que emergem das Tecnologias de Informação e Comunicação de forma multidisciplinar congregando conhecimentos para o mercado de trabalho e sócio-humanísticos para contribuir com a reinserção social.

1.1.11 Abrangência da pesquisa e os atores sociais

Este estudo busca atender os reeducandos de Espaços Prisionais do Estado de Santa Catarina. Propõe ofertar Educação Básica e profissionalização por meio da modalidade da Educação a Distância visando reeducação, reinserção e ressocialização.

Dados pesquisados em 2002 pela mesma autora no Presídio Regional de Tijucas (SC) mostraram que 91% da população carcerária não haviam concluído a Educação Básica. Estes dados demonstram que estes cidadãos aos retornarem a sociedade possuem grande possibilidade de retornar a delinquir. Não se caracteriza aqui ser a Educação Básica a “tábua de salvação” para extinguir a criminalidade, a violência, mas uma possibilidade de igualdade pela formação educacional / escolar e pelo profissionalismo.

A presente tese está configurada em quatro categorias de análise **denominadas nesta pesquisa de “eixos dimensionais”**: o Currículo na Educação Básica voltado para a profissionalização, a Lei de Execução Penal (LEP) e Educacional (LDB), a Educação a Distância e a Visão Sistêmica.

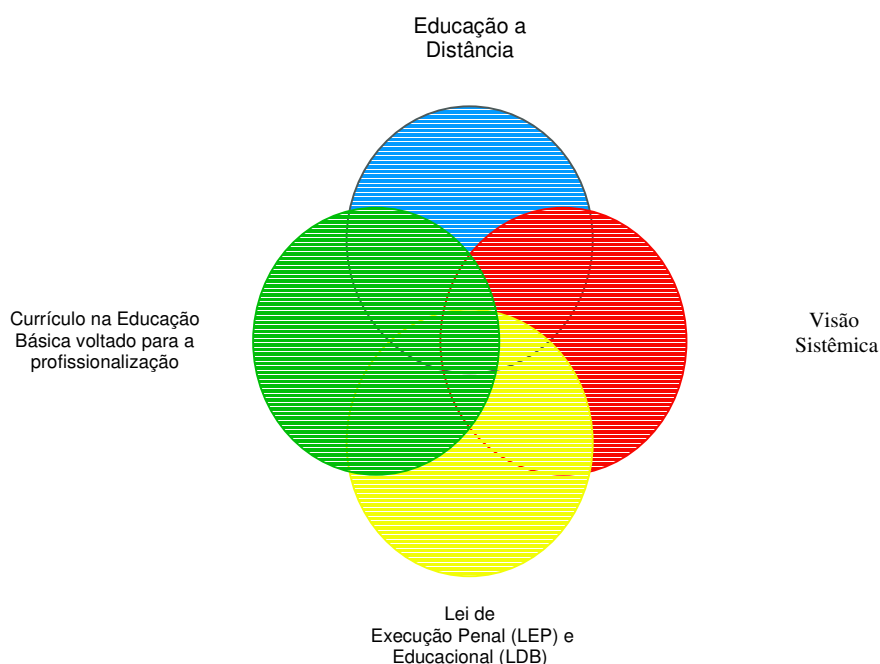


Figura 1: Eixos dimensionais

Os estudos possuem um 'tratamento qualitativo' baseando-se na subjetividade do conhecimento das áreas descritas acima visando garantir a veracidade dos resultados, assim validar ou não a hipótese levantada que de acordo com Minayo (1999, p.24) esta forma de análise, "propõe a subjetividade como o fundamento do sentido da vida social e defende-a como constitutiva do social e inerente à construção da objetividade nas ciências sociais".

1.2 Métodos de pesquisa

1.2.1 Base filosófica

Pensar com rigor a educação em Espaços Prisionais requer estabelecer um processo de equilibração entre a subjetividade humana, a objetividade legal, as bases filosófica, epistemológica e metodológica, para que atentem a um único objetivo: reeducar para reinserir e ressocializar.

O ser humano é um 'ser complexo'; um ser que historicamente caminha em 'busca da luz'; que seguidamente caminha até a 'porta da caverna' para conhecer o mundo, 'fazer parte' do mundo, estar presente no mundo, desenvolver-se e apropriar-se no mundo, como diz Platão.

Mas, pelos despotismos existentes nas diversas esferas da sociedade, muitos seres humanos sentem-se 'oprimidos', 'excluídos', 'desumanizados' como coloca Freire (1987, p.30): "[...] a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma "ordem" injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos".

Paralelamente a esse enfoque, se destaca o papel da ação educativa que na sua gênese congrega a primazia dos aspectos cognitivos da ciência, suas

condições sócio-históricas, suas ações e efeitos na sociedade, conseqüentemente no homem.

A saber, na concepção educacional, encontram-se distorções nas políticas públicas que ora almejam quali e quantitativamente melhores espaços e direcionamentos voltados a 'educação ao longo da vida', traçando diretrizes para atender aos não-escolarizados e/ou aos pouco escolarizados; ora, surge a problemática de insuficiência em oferecer e oportunizar a formação para além do mínimo obrigatório.

A estes fatores cabe salientar que as relações e os fenômenos sociais, a qualificação profissional exigida pelo mercado de trabalho e a valorização do EU estão, 'num momento de transição'. Transição esta que se constitui pela possibilidade de reconhecer por meio da conscientização e do acesso à escolarização ser como aborda D'Ambrósio (1993, p. 52-3):

O argumento em favor de uma reconstrução social que esbarra necessariamente na reconstrução do próprio conhecimento científico e conseqüentemente da conceituação de progresso, modernização e de desenvolvimento, sobre os quais repousa toda estrutura social vigente [...], levar adiante um programa de justiça, de valorização da dignidade do indivíduo enquanto procurando uma interdependência equalitária. Não será mediante práticas "ducativas" (de *ducare* = conduzir), que se atingirá isso, mas através de práticas verdadeiras (ex-ducativas), tirando para fora de cada indivíduo o que seu potencial criativo oferece [...] é um momento de transição. Não só pelo efeito psicológico [...] mas, efetivamente pelo fato de estarmos [...] em uma era de domínio absoluto da ciência e da tecnologia, modificando profundamente as relações entre indivíduos, alterando o comportamento social e o relacionamento entre os vários povos pelo avanço notável dos meios de comunicação e informação.

Neste contexto, percebe-se a necessidade de metodologias alternativas de ensino para prover a inclusão dos que estão afastados do processo educacional. Há necessidade também, de incorporar às políticas públicas educacionais um '*corpus*' de conhecimento voltados a práticas associativas entre homem, natureza e sociedade, sendo refletidas e analisadas para integrar coletivamente a unidade na diversidade, como diz Morin (2000, p.55):

Compreender o ser humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade. É preciso conceber a unidade do múltiplo e multiplicidade do uno" e a educação deverá ilustrar este princípio de unidade/diversidade em todas as esferas.

Toma-se assim, na esfera entre o conhecimento e as oportunidades oferecidas para a sua apropriação a possibilidade de integrar à educação formal a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) por meio da Educação a Distância que inclui 'importantes estratégias de ação' para provocar mudanças nos paradigmas da escola formal, assim, auxiliar na superação de diversos problemas como o analfabetismo, a exclusão, a evasão escolar e a desprofissionalização.

Neste horizonte, observa-se o Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI (Delors, 2000) que desenvolveu uma significativa reflexão sobre o compromisso de garantir às pessoas os conhecimentos básicos necessários para uma vida digna e mais justa, onde se redimensionou o significado do desenvolvimento humano que a princípio visava 'ampliar as possibilidades oferecidas às pessoas' para um novo significado:

O conceito de desenvolvimento humano [...] analisa todas as questões relativas a sociedade – crescimento econômico, trocas, emprego, liberdades políticas, valores culturais, etc – na perspectiva da pessoa humana. Concentra-se, pois, na ampliação das possibilidades de escolha [...] (p. 83).

Também, o homem necessita ter uma proximidade 'espaço temporal' para garantir o 'direito a ter direitos' e possibilidades de desenvolver a capacidade de inovar, produzir novos conhecimentos adequados às necessidades sociais, exigindo como considera Geraldi (1993, p. 155) “[...] não apenas a inspiração ideológica do direito a palavra, mas uma relação intersubjetiva contida no próprio processo de enunciação marcada pela temporalidade e suas dimensões”.

Frente a isso, Moran (2000, p.2), ao se reportar as 'interações entre os indivíduos' pondera com propriedade que:

A complexidade humana não poderia ser compreendida dissociada dos elementos que a constituem: todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentido de pertencer à espécie humana.

Para tanto, esta tese se fundamenta filosoficamente:

- na teoria sócio-interacionista de *Vygotsky* (1998) que tem como base a relação “indivíduo/sociedade” resultantes da ‘dialética do homem e do seu meio sócio-cultural’ que ao mesmo tempo em que ‘modifica o seu meio, modificará o seu comportamento’;
- na visão epistemológica de Foucault (2001), que considera o Espaço Prisional como ‘liberdade pela mudança social’;
- na visão sistêmica abordada por Cristofolini (2003), para demonstrar que o ‘macroambiente’, o ‘ambiente de tarefa’ e o ‘ambiente interno’ darão as bases de ação para a estratégia proposta pois é pela unidade do todo que se atende as especificidades;
- nas legislações penal (Mirabete) (1993) e educacional (LDB) (1996) que desencadeiam as formas legais de atuação e garantem a proposição da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, bem como, o que determina a Lei de Execução Penal que considera o trabalho como remição de pena e o estudo como forma de cidadania;
- na Educação a Distância na visão de Mercer & Estepa (1996) para possibilitar acesso ao saber sistematizado e a qualificação profissional de forma multidisciplinar, assim, reconfigurar a idéia de oportunidade perdida investindo nas políticas de reeducação, reinserção e ressocialização.

Este trabalho busca em seu processo de construção estabelecer um dinamismo conjunto embasado em bibliografias, legislações e pesquisa documental para responder as variáveis estabelecidas, assim, desenvolver a Estratégia Didático-Pedagógica.

Neste sentido, *Vygotsky* (1998) considera que o ensino e a aprendizagem decorrem de variadas procedências de forma interrelacional entre as ciências, a atuação profissional e o meio físico e social que o sujeito encontra-se inserido, pois, ao mesmo tempo que o sujeito transforma o seu meio, transforma-se a si mesmo.

Assim, pensar uma dimensão dialógica para o processo ensino-aprendizagem requer transversalizar leis, políticas públicas e profissionalização em um contexto que congregue não meramente ações e atividades ‘conteúdo-cêntricas’, mas que o conhecimento englobe o saber científico conjuntamente com as necessidades laborais, transcendendo a instrução para ações de convivência, transformando as idéias, as informações e o conhecimento em ação.

1.2.2 Descrição dos capítulos

A presente tese encontra-se estruturada em cinco capítulos que se configuram:

- No Capítulo 1, encontra-se descrita a introdução, o problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa e importância dos estudos, as variáveis, a hipótese e sua justificativa e a metodologia de pesquisa.
- O Capítulo 2 apresenta a revisão teórica isto é, os autores que contribuíram para este estudo: O Currículo e a Educação Básica como característica do trabalho pedagógico, visando refletir a organização dos conteúdos nos aspectos educacional e profissional para a inclusão e permanência de Jovens e Adultos no processo de escolarização; A Lei de Diretrizes e Bases Nacionais garantindo educação para todos e a Lei de Execução Penal por estabelecer e determinar a obrigatoriedade da assistência educacional e o ensino profissionalizante nos Espaços Prisionais como forma de reeducação e reinserção e ressocialização; A Educação a Distância como modalidade de ensino para oportunizar o avanço e a consolidação do processo de inclusão de cidadãos relegados ao saber sistematizado num processo interativo, otimizando o aprender, o ser, o fazer e o viver juntos; A Visão Sistêmica que considera o macroambiente, o ambiente de tarefa e ambiente interno como meio para a criação da Estratégia Didático-Pedagógica.
- O Capítulo 3, a pesquisa, realizada no Ministério de Justiça - Departamento Penitenciário Nacional – Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – OnfoPen, abril de 2007, onde se apresenta, discute e analisa os dados sobre o Sistema Prisional de Santa Catarina.

- No Capítulo 4, a Estratégia Didático-Pedagógica que considera as bases de organização, estruturação e gestão do processo teórico-metodológico para as ações pretendidas nesta tese.
- No Capítulo 5 estão descritas as conclusões destes estudos e as sugestões para futuros trabalhos.

CAPÍTULO 2

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 O currículo e a Educação Básica para jovens e adultos

Descrever as transformações científico-tecnológicas ocorridas nas últimas décadas torna-se impossível. O que é possível descrever são os entrelaçamentos destes saberes, seus significados na formação acadêmica que têm provocado profundas reflexões e análises pelas instâncias formadoras.

Tais entrelaçamentos estabelecem profundas análises e ampla discussão entre as ações do que é ensinado, do que é aprendido e do que utilizável no cotidiano dos aprendentes.

Neste aspecto, ressalta-se que a Educação de Jovens e Adultos em Espaços Prisionais é sobremaneira o foco de discussão e análise desta tese.

Pensar uma matriz curricular para a Educação Básica com enfoque na profissionalização para esta clientela e espaço específico, é refletir sua forma e formato para que o processo ensino-aprendizagem atenda de forma significativa e significante as necessidades básicas de escolarização deste envolvidos.

No Brasil temos uma população carcerária expressiva. Estes dados foram apresentados pela Coordenadora de Reintegração Social e Ensino do Ministério da Justiça, Hebe Romano no III Fórum Educacional do Mercosul, realizado em Belo Horizonte em 2006:

A população nos presídios brasileiros chega hoje a 149 mil pessoas. Cerca de 90%, analfabetas. [...] A maioria dos presos nunca frequentou a escola ou teve a oportunidade de trabalhar. São ladrões

de galinhas, que encontraram no crime uma forma de ascensão social.

Em Santa Catarina (2007) a população carcerária chega a 11.237 jovens e adultos, e destes 70,6% possuem defasagem educacional em nível de Educação Básica.

O Estado possui programas de Educação Carcerária que conforme Relatório de 2006 da Gerência de Educação de Jovens e Adultos (SED/DIEB/GERJ) apresenta:

Educação Carcerária e Adolescentes em Conflito com a Lei: atende Penitenciárias e Presídios localizados em 16 municípios do Estado de Santa Catarina e 6 Unidades de Internação oferecendo cursos de Alfabetização, Nivelamento, Ensino Fundamental e Ensino Médio aos adolescentes, jovens e adultos que cumprem pena ou medida sócio-educativa para que possam iniciar, continuar ou concluir a sua escolaridade. [...] 900 alunos na Educação Carcerária, 170 alunos Adolescentes em Conflito com a Lei.

Estas informações denotam a importância e necessidade de programas sólidos de reeducação para a reinserção e ressocialização destas pessoas, pois existe grande população a ser atendida.

A esse respeito cabe considerar de forma abrangente, dados fornecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB, 2002) no que tange a totalidade nacional independente de pessoas encarceradas ou não, que afirmam existir uma grande parcela populacional ainda desprovida do processo de escolarização, com defasagem idade/série conforme apresentado a seguir:

Elevado número de crianças e jovens fora do sistema de ensino, acrescido do processo de retardamento da escolaridade provocado pelos altos índices de evasão e repetência, acabam por provocar altíssimas taxas de defasagem idade/série. Em 2001, o índice de defasagem idade-série era de 50% para a 5ª série; 45,7% na 8ª série; 58% na 1ª série do Ensino Médio e 50,8% na 3ª série desse nível.

Também, são demonstrados dados quanto ao analfabetismo e de analfabetos funcionais entre jovens e adultos e considera que o “acesso à educação ainda não é universal do Brasil” (SAEB, 2002) conforme tabela a seguir:

| Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade - Brasil | |
|---|---------------|
| 1970 | 33,60% |
| 1980 | 25,50% |
| 1991 | 20,10% |
| 2000 | 13,60% |

Tabela 1: Síntese de Indicadores Sociais 2000.

Fonte: SAEB

A mesma fonte relata que em 2002 este percentual diminuiu para 11,8% mas em 2006 o país ainda tem um total de 14,6 milhões de pessoas analfabetas.

Quanto ao analfabetismo funcional que se refere as pessoas com menos de quatro anos de escolaridade em 2002 o Brasil apresentava um total de 32,1 milhões de analfabetos funcionais, o que representava 26% da população de 15 anos ou mais de idade (IBGE, 2002).

Frente a estas informações cabe considerar que esta realidade pressupõe mudanças em vários aspectos. Há necessidade de se estabelecer políticas educativas em ambas esferas educativas, seja em espaços livres ou não.

Atem-se nesta tese em pensar uma matriz curricular para a Educação Básica a ser oferecida nos Espaços Prisionais Brasileiro, para que a mesma congregue conhecimentos cientificamente elaborados e de profissionalização visando oportunizar um embricamento entre os variados saberes.

Tomando-se por referência as novas áreas do saber como a física quântica, a biotecnologia, a cibernética, dentre outras... existe, ainda um distanciamento entre os saberes/conteúdos desenvolvidos no dia-a-dia da sala de aula, como também obscurantismo quanto as Tecnologias de Informação e Comunicação que são um atributo para gerar incessantemente diferentes formas de ver, ler e interpretar uma relação bidirecional para desenvolver o ensino, conseqüentemente, a aprendizagem.

Notadamente, a revolução tecnológica trouxe uma nova visão ao saber científico. Para tanto, as informações são extremamente necessárias ao desenvolvimento humano e, por conseguinte, o conhecimento, para estabelecer uma visão semântica que envolva qualidade, oportunidade, quantidade, competitividade e relevância devem instaurar-se como prioridades para que os conteúdos a ser desenvolvidos atendam a era do conhecimento.

Tomando por referência o conhecimento como fato importante e necessário para o saber humano, o conhecimento na sociedade do conhecimento se estabelece na economia do conhecimento, na rede de conhecimento e nos trabalhadores do conhecimento que são necessários para a sobrevivência no mundo globalizado. (FIALHO, 2006).

Pensar os enfoques 'economia', 'rede' e 'trabalhadores do conhecimento' na sociedade pós-moderna pressupõe interrelacionar conhecimentos prévios aos saberes em desenvolvimento embricando-os nas diferentes áreas do saber. Esta fusão propiciará uma nova matriz curricular multidisciplinar para aproximar, disponibilizar, adaptar, flexibilizar, reorganizar os conteúdos, as informações isto é, fazer com que o ensino e a aprendizagem modifiquem os conteúdos ora existentes, vistos como lineares, estanques, e descontextualizados.

Sob este prisma, Assmann (2001, p. 90) nos faz refletir dizendo que:

Os aprendentes do futuro, indivíduos e coletivos, estarão quase que continuamente imersos nesse novo líquido amniótico dos multimeios que passam a intermediar, em medida crescente, o nosso acesso às "realidades" - a realidade singular sempre foi uma ficção metafísica enquanto "realidade em si". Portanto, também os processos de aprendizagem estarão imersos, quase sempre, nessa intermediação tecnológica e quando isso não estiver acontecendo direta e imediatamente - como na sala de aula comum e no momento de diálogo humano - dificilmente estará totalmente ausente a interferência dessa contextualização ampla.

Nesta perspectiva, a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação podem romper mitos, ultrapassar limites espaço-temporais não se configurando como problema, mas como possível solução para oportunizar aprendizagem,

assim gerar múltiplas formas de aquisição do saber sistematizado para e pelo ser humano.

Esta aquisição 'obriga' as pessoas a se atualizarem continuamente para, poder acompanhar e interagir no processo evolucionar em que a sociedade encontra-se inserida.

Este processo de inserção versa primeiramente, no processo de transformação pela rápida 'obsolescência do conhecimento' e pela necessidade de qualificação, consolidando-se a idéia de que o ser humano precisa ser um eterno aprendiz.

Aprender etimologicamente de acordo com Aurélio (2002, p. 128) significa "tomar conhecimento de, ficar sabendo, reter na memória, estudar, instruir-se, tirar proveito do que se vê ou se observa". Esta afirmativa nos reporta a perceber que dadas às oportunidades devidas, qualquer pessoa poderá executá-la. Ser aprendiz requer além das intenções intrínsecas ter a oportunidade de operacionalizá-la.

Para isso, aprender requer realizar individual ou coletivamente oportunidades para além da visão conteudista. Requer ter-se visão ampla do mundo, do seu entorno, para executar 'atividades de abstração' com 'linguagens diversificadas' assim, cooperar, participar e intervir nas práticas que a sociedade oferece.

Em decorrência ao abstratismo estabelecido, a educação encontra-se no patamar de suplência com a importante tarefa de dar consistência, significado e verdadeira 'democratização de oportunidades' a todos os cidadãos, e necessita estar aberta e incorporar novas concepções de ensino-aprendizagem, para atender a diversidade sócio-cultural e acoplar em seus formatos o compromisso social para a construção da cidadania.

Obstante a este formato, as mudanças geradas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação consolidam uma educação voltada às necessidades individuais bem como, as demandas de mercado, pois, as organizações encontram-se rodeadas de diferentes necessidades tanto de atitude, de profissionalismo, quanto de conhecimento.

As exigências da sociedade global consolidadas pelas estruturas macro-econômicas exigem das instâncias formadoras intercambiar e favorecer o conhecimento como via de acesso a jovens e adultos para inserir-se e/ou aperfeiçoar-se, assim, enfrentar a 'sociedade do conhecimento' pois o binômio conhecimento–tecnologia é indissociável para qualquer área de atuação, seja para um conhecimento elaborado, seja para a construção de um novo conhecimento.

Considerando as estruturas curriculares existentes para a Educação Básica de jovens e adultos a Lei Nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001 que aprova o Plano Nacional de Educação no item dois dos objetivos e prioridades estabelece:

A elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, a educação pública e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Tais objetivos e prioridades abrem espaço para um avanço significativo não apenas de acesso, mas de matrizes curriculares diferenciadas para tais espaços a fim de atenderem as demandas existentes e em especial as que requerem especificidades seja pelas suas origens, pelas suas características ou pelas suas formas.

Neste contexto, entende-se que o modelo curricular dá forma a estrutura ao que se pretende estabelecer, pois a organização do currículo deve oportunizar e garantir de forma científica, ética e política a qualidade das ações oferecidas

e contribuir para a solução de problemas atendendo as necessidades da demanda a que se propõe.

De forma geral, quanto mais complexa for à concepção de currículo maior e mais dificultosa será a forma de se estabelecer políticas educativas que atendam as especificidades e a população a ser atendida.

Para tanto, se faz necessário que o currículo seja estruturado não apenas pela ordem seqüencial dos conteúdos, mas que considere uma metodologia diferenciada, que contemple as Diretrizes Curriculares Nacionais, a multidisciplinaridade e que articule as dimensões do 'saber conhecer, do saber fazer, do saber viver juntos e do saber ser' (Delors, 2000). Por isso, a estrutura curricular deve ser compatível com os princípios da flexibilidade, da atualização científica, do desenvolvimento da autonomia e da produção de conhecimento como afirma Beauchamp (1981, p. 114):

[...] o melhor que podemos fazer é criar ambientes para os indivíduos nos quais caiba a esperança de obter experiências de aprendizagem. A tarefa de quem planeja o currículo consiste em estabelecer a estrutura fundamental de um ambiente no qual os que aprendem podem ter experiências de aprendizagem.

Para a elaboração de um currículo alguns princípios metodológicos necessitam ser considerados:

- Que o processo ensino-aprendizagem desenvolva habilidades e competências;
- Que as disciplinas e as atividades curriculares estejam correlacionadas à realidade do mundo do trabalho e à função social;
- Que seja assegurado em todo processo a atuação nas áreas sociais, culturais e tecnológicas;
- Que se preserve entre as diferentes disciplinas de forma harmônica o saber nas mais variadas espécies;
- Que seja operacionalizada a flexibilização sócio-política-cultural de forma coerente as perspectivas entre teoria e prática;
- Que se estabeleça relações técnico-científicas e profissionais, para desenvolver, de forma criativa o saber autônomo, crítico, ético e humanístico;

- Que seja oportunizado espaços para práticas educativas em que o saber formal corrobore coerentemente com a profissionalização;
- Que seja priorizado a formação integral do homem para sua reeducação, reinserção, ressocialização, o exercício plena de sua cidadania.

Considerando as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica Nacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96, as atividades multidisciplinares devem estabelecer pretensões e ações distintas que considere o desenvolvimento de habilidades e competências e, conseqüentemente novas concepções pedagógicas, embasadas em diferentes ciências e que contemplem aspectos teórico-metodológicos que atendam a unidade a ser desenvolvida.

Proposicionar ações educativas e atividades curriculares multidisciplinares é contemplar uma prática pedagógica que estabeleça saberes e procedimentos coerentes a complexidade humana, as necessidades inter e intrasociais, como também, centrar os conhecimentos a aspirações diversas em saberes que extrapolem a unilateralidade como enfoca Sacristán & Gómez (1998, p. 204): “O ensino é uma prática que exige tomar decisões e realizar julgamentos práticos em situações concretas reais, e não uma técnica derivada de teorias”.

A formação educacional deve levar em conta elementos que considerem a disseminação do conhecimento diante da complexidade das transformações sócio-históricas. O conjunto de ações necessita contemplar além das disciplinas comumente elencadas, temáticas para a formação integral do homem, de sorte que, o processo de ensino-aprendizagem atenda uma concepção ética, para desenvolver habilidades e competências voltadas a transversalidade proporcionando assim, o amadurecimento intelectual e motivador da prática profissional e a (re) convivência social.

Frente a isto, consideram-se as colocações de Vygotsky (1993, p.57) quando afirma que “A aprendizagem cria uma área ativa de processos internos no marco das inter-relações, que se transforma em aquisições internas”.

Delors (2000) em seus escritos pontua uma significativa reflexão sobre o compromisso de garantir às pessoas os conhecimentos básicos necessários para uma vida digna e mais justa, ao redimensionar o significado do desenvolvimento humano que, a princípio, visava ‘ampliar as possibilidades oferecidas às pessoas’ para um novo significado, ao considerar que:

O conceito de desenvolvimento humano [...] analisa todas as questões relativas a sociedade – crescimento econômico, trocas, emprego, liberdades políticas, valores culturais, etc – na perspectiva da pessoa humana. Concentra-se, pois, na ampliação das possibilidades de escolha [...] (p.81-2).

Pondera o mesmo autor, que a ampliação do conceito acima citado, orientou uma nova reflexão para a Educação Básica, considerando-a como: “A educação básica para todos é, pois, absolutamente vital” (p.83) para atender o ‘déficit de conhecimento’, de valorização do ser humano, de sua ligação com o subdesenvolvimento.

No Quadro de Ação para Responder às Necessidades Educativas Fundamentais em 1990, na Conferência de *Jomtien* citado por Delors (2000, p.126) frente às questões do desenvolvimento humano adotou-se a concepção que:

Toda pessoa – criança, adolescente ou adulto – deve poder beneficiar de uma formação concebida para responder as suas necessidades educativas fundamentais. Estas necessidades dizem respeito tanto aos instrumentos essenciais de aprendizagem (leitura, escrita, expressão oral, cálculo, resolução de problemas), como aos conteúdos educativos fundamentais (conhecimentos, aptidões, valores e atitudes) de que o ser humano tem necessidade para sobreviver, desenvolver todas as suas faculdades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente no desenvolvimento, melhorar a qualidade de sua existência, tomar decisões esclarecidas e continuar a aprender.

Nesta ótica, as concepções e tendências educativas devem compreender propostas e políticas educacionais que viabilizem a transformação social e que o processo educativo garanta o crescimento intelectual e pessoal. É preciso

que o currículo contemple uma prática educativa voltada para a globalidade desvinculando-se das esferas 'conteúdo-cêntricas' permitindo que idéias e intenções possam ser articuladas com dialogicidade gerando assim espaços de autonomia e criatividade de forma artística.

No que tange tais entendimentos, Gage (1977, p.15) quanto a 'ciência do ensino' afirma que: "como arte prática é um processo que exige intuição, criatividade, improvisação e expressividade. [...], seja qual for o método utilizado, inclusive nos programas de ensino por computador, é necessário o artístico.

O ensino voltado à transformação social deve necessariamente desenvolver atitudes e atividades democráticas bem como, estar voltado as 'competências' e 'habilidades' para a construção da cidadania. Frente a isso, destaca-se que '**habilidades**' de acordo com a arquitetura de Richard (1990) são os comportamentos automatizados, o fazer. As **competências** referem-se ao conhecimento das regras, levando para a qualificação, o processo de construção, o aprender a aprender.

Tais procedimentos devem estabelecer prioridades que favoreçam coerência educativa como aborda Teixeira (2005) ao referir-se que o processo do aprender a aprender requer uma 'visão didática' composta por dois horizontes entrelaçados, a 'competência fundamental do ser humano', e a 'competência de construir a competência', e que o contato com o mundo, com a sociedade, deve desenvolver-se de forma interativa.

Com efeito, a Educação Básica para jovens e adultos é regida por prerrogativas legais que estabelecem os procedimentos formais de atuação: As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos no parecer nº 11/2000, aprovado em 10 de maio de 2000 considera esta etapa educacional como sendo: "[...] uma categoria organizacional constante da estrutura da educação nacional, com finalidades e funções específicas".

Estas funções devem ser o imperativo para contribuir na aplicabilidade dos quatro pilares básicos essenciais a um novo conceito de educação referenciada no Relatório para a UNESCO, que se configura como a mola propulsora no desenvolvimento e desempenho educacional, pois, a educação deverá acontecer ‘ao longo de toda vida’:

Aprender a conhecer, combinando uma cultura geral, suficientemente vasta, com a possibilidade de trabalhar em profundidade [...] o aprender a aprender; Aprender a fazer, a fim de adquirir, não somente uma qualificação profissional mas, [...] competências que tornem a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe [...] no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho; Aprender a viver juntos, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências – realizar projetos comuns e preparar-se para gerir conflitos – no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz; Aprender a ser, para melhor desenvolver a sua personalidade e estar à altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal. Para isso, não negligenciar na educação nenhuma das potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão ao comunicar-se, [...] conceber a educação como um todo [...] Inspirar e orientar as reformas educativas, tanto em nível da elaboração de programas como da definição de novas políticas pedagógicas (DELORS, 2000, p.51-2).

Paralelamente a esta concepção de educação, percebe-se distorções nas políticas educacionais que ora almejam quali e quantitativamente melhores espaços e direcionamentos a ‘educação ao longo da vida’, traçando diretrizes para atender aos não-escolarizados e/ou os pouco escolarizados; ora, surge a problemática de insuficiência de oferecer e oportunizar a formação para além do mínimo obrigatório.

A estes fatores cabe salientar que as relações e os fenômenos sociais, a qualificação profissional exigida pelo mercado de trabalho e a valorização do EU estão, ‘num momento de transição’. Transição esta que se constitui pela possibilidade de reconhecer por meio da conscientização e do acesso a escolarização como salienta D’Ambrósio (1993, p. 52-4):

O argumento em favor de uma reconstrução social que esbarra necessariamente na reconstrução do próprio conhecimento científico e conseqüentemente da conceituação de progresso, modernização e de desenvolvimento, sobre os quais repousa toda estrutura social

vigente [...], levar adiante um programa de justiça, de valorização da dignidade do indivíduo enquanto procurando uma interdependência equalitária. Não será mediante práticas “ducativas” (*de ducare* = conduzir), que se atingirá isso, mas através de práticas verdadeiras (*ex-ducativas*), tirando para fora de cada indivíduo o que seu potencial criativo oferece [...] é um momento de transição. Não só pelo efeito psicológico [...] mas, efetivamente pelo fato de estarmos [...] em uma era de domínio absoluto da ciência e da tecnologia, modificando profundamente as relações entre indivíduos, alterando o comportamento social e o relacionamento entre os vários povos pelo avanço notável dos meios de comunicação e informação.

Instaurar uma realidade transformadora para gerir condições sócio-educativas que contemplem um novo formato e estabeleça uma ‘realidade plural’ é possibilitar metodologias alternativas ou novas modalidades de ensino para prover a inclusão dos que estão afastados do processo educacional.

Incorporar às políticas educacionais um ‘*corpus*’ de conhecimento voltado à compreensão das práticas associativas entre homem, natureza e sociedade, requer estabelecer simultânea e coletivamente a unidade na diversidade.

Na ampla esfera entre o conhecimento e as oportunidades oferecidas para a apropriação integral do saber, a educação formal e a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação devem contemplar uma perspectiva sócio-cultural para a educação e que a Educação a Distância incluam ‘importantes estratégias de ação’ para provocar mudanças nos paradigmas da escola formal, assim, auxiliar na superação de diversos problemas como a exclusão e a evasão escolar.

O impacto produzido pelas transformações tecnológicas tem exercido sobre a vida dos seres humanos interferências diretas e significativas, e frente a isso se tem a considerar que a utilização e a repercussão da ciência e da tecnologia são componentes duplamente relevantes. De um lado otimizam os ‘recursos intelectuais’ que multiplicam o conhecimento e facilitam o saber; de outro, oportunizam a melhoria da *performace* dos programas de formação, de interação e aplicabilidade de conhecimentos, de profissionalização.

Martins & Polak (2000, p.4) em relação a este contexto abordam que:

[...] a tecnologia está relacionada com a produção de aparatos materiais ou intelectuais suscetíveis de oferecerem soluções a problemas práticos de nossa vida cotidiana. A tecnologia é um construto humano e ao humano deve servir, mediando interações com o meio ambiente, com o conhecimento e entre os seres humanos.

Sob este enfoque, ressalta-se que, as Tecnologias de Informação e Comunicação engendram contribuições efetivas no contexto social, conseqüentemente no processo educacional instigando repensar os paradigmas educacionais, a prática pedagógica, pois, suscitar ações criativas e inovadoras requer além da aplicabilidade das teorias pedagógicas utilizar com perspicácia as ferramentas/ recursos tecnológicos.

Pensar o homem como ser integral, aberto continuamente à apropriação do saber é apoiar-se em conhecimentos e possibilidades de informação e comunicação para corresponder aos anseios e perspectivas de englobar o desenvolvimento e o bem estar humano.

Nesta concepção, instaura-se a necessidade da escola formal reorganizar ações educativas para desempenhar um papel de troca, entre os conhecimentos prévios dos envolvidos e os gestores educacionais, para, conseqüentemente, harmonizar as tecnologias como forma de cooperação e deste modo, romper as fronteiras geográficas, flexibilizar o desenvolvimento educativo e diminuir a desigualdade social.

Definir ações que contribuam para oportunizar uma escolarização 'emancipatória' e 'libertadora' com compromisso 'ético-profissional' é convergir para ações que possibilitem o crescimento humano e despertar atribuições de cooperação, potencialidades e aperfeiçoamentos intra e interpessoais. Estas e outras preocupações são enfatizadas por Manacorda (1999, p. 337) ao dizer que:

Todos os homens de qualquer raça, condição e idade, por força de dignidade de pessoa humana têm o direito inalienável a uma educação que corresponda o seu próprio fim, seja adequada à sua índole, à diferença de sexo, à cultura e as tradições de seus pais e ao mesmo tempo seja aberta a uma convivência fraterna com os demais povos [...].

Por assim dizer, essencialmente pela injusta distribuição de riquezas e pela influência exercida sobre a realidade sócio-cultural, percebe-se que os padrões técnicos ainda distanciam o processo educacional das necessidades básicas entre o processo de humanização/hominização e profissionalização.

Enquanto a competição de mercado assume elevada tensão social, muitos cidadãos brasileiros estão na busca de um melhor 'lugar ao sol', surgindo o conflito, a desigualdade social, a exclusão, o distanciamento destes sujeitos na busca do conhecimento sistematizado.

Frente a isto, tem-se entendimento que a escola deve articular o saber sistematizado e a competência profissional para contribuir significativamente nas questões inter e intrapessoais correlacionadas às habilidades profissionais para propiciar contribuições que supram reciprocamente o desempenho e a habilidade profissional *versus* desempenho e habilidades pessoais.

Manter relações de reciprocidade e troca de contribuições advindas por variados espaços constitui fonte retro-alimentadora nos aspectos sócio-educacionais estabelecendo um processo de equilíbrio que contribui para a formação integral do ser humano, conseqüentemente sua satisfação profissional.

Esta intermediação requer congruência entre as proposições convencionadas enquanto ações administrativas como também pessoais, pois na sociedade do conhecimento a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação gera visão multidimensional seja de ordem genérica, seja de ordem individual.

Tratar ações curriculares intermediadas pelas Tecnologias de Informação de Comunicação constitui-se ruptura em ações apáticas e unilaterais.

2.2 Educação a Distância: uma modalidade de ensino possível de ser implementada em Espaços Prisionais

O desenvolvimento científico e tecnológico tem gerado, continuamente, novos instrumentos de informação e comunicação para diferentes fins e para diferentes formas de utilização, que se expandem nas mais variadas vertentes, rompendo mitos e questionando verdades estabelecidas, ultrapassando os limites dos espaços geográficos e sociais, gerando múltiplas formas de assimilação pelo ser humano.

Esta assimilação 'obriga' as pessoas a se atualizarem continuamente para poder acompanhar e interagir no processo evolutivo que se encontram inseridos; para realizar de maneira coletiva uma visão ampla do mundo a sua volta; para poder executar 'atividades de abstração' com 'linguagens diversificadas'; para cooperar, participar e intervir nas práticas que a sociedade oferece.

Sendo a educação entendida como a maior vertente para a reestruturação social, o processo educacional necessita estar aberto para adaptar-se e incorporar novas formas de ensinar e aprender, para atender a diversidade cultural e assumir seu compromisso social para a construção da cidadania.

A capacidade de se adaptar a estas novas tendências exigidas especialmente pelas Tecnologias de Informação e Comunicação gera inevitável retomada nas políticas de ação da educação prisional brasileira para intensificar o processo de formação continuada e permanente.

Estas exigências trazem embutidas as necessidades de universalizar novas e diferenciadas formas para disseminar o conhecimento sistematizado. Estas formas implicam na ruptura de paradigmas tradicionais especificamente o formato do ensino face-a-face.

Pressupõe-se que uma das formas para esta universalização se insere na oferta da Educação Básica em Espaços Prisionais por meio da modalidade de Educação a Distância que possui vetores diversos e variáveis como as diferentes mídias e a realocação do tempo, do espaço físico, da forma de orientar e conduzir os trabalhos educativos. Delors (2000, p.189-90) sinaliza esta necessidade de mudança, pois frisa com propriedade que:

Se as tecnologias mais recentes não fazem ainda, necessariamente, parte deste processo, estão prestes a trazer melhorias significativas, especificamente em matérias de individualização da aprendizagem. Por outro lado, pode-se perceber uma convergência cada vez maior entre o ensino a distância e outros tipos de atividades a distância, como o "teletrabalho", que irão com certeza desenvolver-se. Tanto para os que irão aprender como para os que irão trabalhar a distância é possível que as fronteiras entre educação, trabalho e até lazer desapareçam, sob efeito de um fenômeno de convergência tecnológica, dado que um mesmo canal permite a realização de diversas atividades. Tudo leva também a crer que as novas tecnologias desempenharão um papel cada vez mais importante na educação de adultos, [...] e que deverão ser um instrumento da educação ao longo de toda a vida [...]. O recurso às novas tecnologias constitui, também, um meio de lutar com o insucesso escolar: observa-se, muitas vezes, que alunos com dificuldades no sistema tradicional ficam mais motivados quando têm oportunidade de utilizar essas tecnologias e podem, desse modo, revelar melhor os seus talentos.

Quanto a este contexto infelizmente, postula-se ainda nas 'comunidades educativas' alguns preconceitos que sedimentam práticas diferenciadas, dificultando a utilização da Educação a Distância no ensino formal. A isso, Assmann (2001, p. 192) esclarece que:

Como dá para perceber, o problema do tempo mexe diretamente com a questão da finitude, da acomodação, da alienação, da resistência, da insurgência e das variadas maneiras de contemporizar (ceder ao "realismo") e contemporaneizar-se (tornar-se contemporâneo com os outros realmente existentes).

Este redimensionamento busca favorecer com maior flexibilidade, recursos e oportunidades à busca do conhecimento, para que, de forma mais democrática, intensifique o acesso de jovens e adultos à produção do conhecimento para inserir-se e/ou aperfeiçoar-se, assim, enfrentar a 'sociedade do conhecimento'.

Como decorrência de um processo integrador e globalizador a Educação a Distância, surge como uma modalidade educativa para gerar oportunidades de

democratização do ensino em face ao agravamento do quadro de desigualdades sociais existentes.

Sem dúvida, a construção do saber, pela vertiginosa evolução do conhecimento não poderá mais ser entendida de forma linear e hierarquizada, mas, numa concepção subjetiva que expresse, desenvolva e incorpore novos hábitos, comportamentos, percepções para que o processo de transformação seja desenvolvido de forma autônoma e competente.

Conforme se tem conhecimento a escola presencial, ainda desenvolve suas atividades pedagógicas num formato mecanicista, departamentalista, priorizando a mera reprodução de conhecimentos. Esta afirmação se dá pelo conhecimento dos dados estatísticos apresentados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica - MEC (SAEB) aplicado nas escolas públicas brasileiras que demonstram elevados índices de reprovação e evasão escolar bem como baixos índices de rendimento escolar.

Observam-se também, os índices percentuais apresentados na obra Educação 2007 Machado (p.17-9) referindo-se a alunos e professores de escolas públicas brasileiras quanto aos índices de entrada, evasão e analfabetismo funcional dos alunos, bem como, conhecimento cultural e tecnológico dos professores.

No que diz respeito a estas informações os índices apresentados na pesquisa consideram:

O governo federal tem comemorado o ingresso de 96,4% das crianças com idade entre 7 a 14 anos no ensino fundamental e 83% dos adolescentes entre 15 e 17 anos no ensino médio. [...] Esses números seriam motivo de alegria se não maquiassem uma outra realidade. Entre os alunos que cursam a 4ª série do ensino público, 55% não sabem ler nem escrever. Ou seja, 33 milhões de crianças são analfabetas funcionais. A mesma obra relata a pesquisa segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), "Brasil tem 33 milhões de analfabetos funcionais – pessoas com menos de quatro anos de estudo – e 16 milhões de pessoas com mais de 15 anos ainda não alfabetizadas. [...] alunos do ensino médio, [...] pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2005 aponta um aumento do número de jovens de 15 a 17 anos fora das escolas, representando um universo de 1,9 milhões de adolescentes sem estudar [...].

[...] 45% dos professores nunca foram, ou visitaram apenas uma vez, um museu; 40% jamais assistiram ou presenciaram somente uma vez uma peça de teatro; 25% nunca foram ou foram uma só vez ao cinema; e cerca de 60% não têm *e-mail* e nem usam a *Internet*.

Os dados acima pontuados apresentam um panorama que nos reporta a sérias reflexões:

- é primaz e emergente pensar educação com qualidade;
- é extremamente urgente rever as políticas de formação de professores;
- é sumamente necessário conquistar e comprovar aos alunos que a escola é espaço que não possibilita apenas conhecimento sistematizado, mas que possui condições de disseminação das mais variadas formas de aprendizagem;
- é necessário também demonstrar que existem múltiplas atividades as quais o nível prévio do conhecimento do aluno, possibilita interagir com a realidade sócio-cultural e tecnológica propiciada pela sociedade da informação e comunicação;
- é extremamente importante demonstrar significativamente que o papel do professor é intermediar saberes, e estabelecer uma relação de dialogicidade entre os pares e que este processo inter e intrarelacional reflete diretamente na aprendizagem dos alunos.

A partir desta afirmação, estende-se que o ensino presencial não está atendendo suficientemente as perspectivas da 'era do conhecimento' como também, não considera especificidades como as reais necessidades, interesses, estilo e o ritmo próprio de aprendizagem de cada aluno.

A escola presencial ainda se encontra estruturada nos padrões “conteúdo-cêntrico” e “magistro-cêntrico” (Sancho, 1998), ou seja, segue um formato pré-estabelecido onde todos começam a estudar na mesma hora, desenvolve atividades em seqüência pré-especificada em plano e cronograma de produção, pára de trabalhar na mesma hora, e não tem ‘liberdade’ para decidir se preferível, desenvolver diferentes alternativas de aprendizagem, buscando uma aproximação holística e sistêmica.

Partindo deste contexto, considera-se que a Educação a Distância, embora que teoricamente sua estrutura apresente padrões e programas predominantemente padronizados consegue atender de forma individual e específica as pessoas que utilizam esta modalidade de ensino, pois, flexibiliza horário de atendimento, espaço, local, utiliza variados ambientes e diferentes mídias para desenvolver o ensino oportunizando auto e hetero-aprendizagem. Frente a isso, Neder (1999 p.137) afirma que:

A Educação a Distância é compreendida como um 'meio', uma 'forma' de se possibilitar o ensino ou como possibilidade de evolução do sistema educativo, seja porque permite ampliação do acesso à escola, o atendimento a adultos, ou o uso de novas tecnologias de comunicação.

A aprendizagem decorre de um processo intrínseco norteado pelas ações propostas e desenvolvidas que conseqüentemente buscam satisfazer as necessidades individuais.

Este processo deve permitir aos envolvidos evoluir constantemente, seguindo uma lógica própria que valorize o desenvolvimento individual, as relações coletivas, a interação e complexidade dos múltiplos saberes que são necessários para a construção do conhecimento.

Neste aspecto, pontua-se que a concepção dialógica da aprendizagem e do desenvolvimento na modalidade de Educação a Distância são suporte ao reconhecimento de competências e potencialidades de cada pessoa e as alternativas de ensino devem possibilitar a produção e a construção do saber.

Nesta perspectiva dialógica, “o conhecimento tem sentido quando possibilita o compreender, o usufruir ou o transformar a realidade” como coloca Vasconcellos (1999, p.340), para não cair num abstracionismo estéril, mas dar sentido a todas as manifestações.

Dentro deste enfoque, o conhecimento vincula-se a “determinantes sempre mutantes e situacionais da ação” (Sacristán, 1998, p.117), e o educando passa

a interagir com a multiplicidade de recursos de informação e comunicação, a compreender as necessidades do mercado de trabalho e incrementar sua aprendizagem transcendendo os limites entre as disciplinas.

A Educação a Distância administra mecanismos de informação e comunicação múltiplos, pois permite enriquecer os recursos de aprendizagem, elimina a dependência do ensino face a face, auxilia o aluno a permanência em seu meio cultural e natural, respeita o ritmo de rendimento e gera autonomia na aprendizagem.

Entendem-se neste contexto, que a Educação a Distância é um viés integrador entre os saberes científicos e os espaços de ociosidade existente nos Espaços Prisionais para propiciar ações diferenciadas como forma de ascender um processo de experimentação, de investigação e de manipulação do aprender a fazer, e, conseqüentemente do aprende a ser.

A busca incessante da investigação exercita a 'atenção, a memória e o pensamento'. Por conseguinte, abre espaço a ações intrínsecas para que os sujeitos envolvidos se comprometam em transformar seus próprios ambientes como, coloca Sancho (1998: p.185):

[...] já existe a consciência de que cada pessoa é diferente das outras, que cada um tem suas necessidades próprias, seus objetivos pessoais, um estilo cognitivo determinado, que cada pessoa usa as estratégias de aprendizagem que lhe são mais positivas, possuem um ritmo de aprendizagem específico, etc. Além disso, quando se trata de estudantes adolescentes e adultos, é preciso acrescentar novos elementos como as diferentes disponibilidades horárias, as responsabilidades adquiridas ou o aumento da capacidade de determinação pessoal de necessidades e objetivos. Assim parece óbvio que é preciso adaptar o ensino a todos estes fatores [...] As capacidades de cada pessoa representam uma grande riqueza que é conveniente aproveitar.

A oferta de educação para todos e o atendimento a detentos em Espaços Prisionais implica em recuperar as condições de aprendizagem inerente aos seres humanos e permitir-lhes a adaptação à realidade e não uma atividade passiva perante ela, pois de acordo com Paiva (1997, p.98):

Compreender a educação como um fenômeno humano produzido em situações sócio históricas, num processo de conquistas e

elaborações sociais de significados, permite apostar numa 'educação de jovens e adultos como direito' e, não apenas a idéia de resgate da oportunidade perdida - e perdida, na lógica do senso comum, por lógica própria. Não mais o argumento de suprir a escolaridade não obtida como definia a função suplência, mas a que traz a concepção de que para aprender não há idade, e que a todos devem ser assegurados direitos iguais.

Neste contexto, compreende-se que a educação nos Espaços Prisionais mediada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação pode traduzir um conjunto de benfeitorias que oportunize mudanças nos paradigmas educacionais existentes nestes espaços bem como, ocupar o detento eliminando a ociosidade e deste modo desenvolver suas capacidades mentais por meio de atividades que o auxiliarão no seu retorno à sociedade.

Tais mudanças devem ser vistas num contexto pluridimensional para permitir um aprendizado que estabeleça um novo perfil do 'sujeito do saber' o aprender significativamente, tornando a informação um 'reconhecimento de pertença' característico do ser humano.

Impulsionar habilidades e atitudes que construam e reconstruam uma ação pedagógica de melhor qualidade e que seja uma via promotora de eficiência e eficácia no processo de escolarização contínuo e permanente deve considerar aspectos relevantes como pontua Gadotti (1984, p. 85):

[...] a evolução contínua exige uma aprendizagem contínua; numa sociedade em rápida mutação, o estudo deve ocupar necessariamente a vida toda. A obrigação de se instruir sem parar precede, por assim dizer o direito de se instruir também sem cessar. Essa obrigação é motivada, em parte pelo medo de ser esquecido, manipulado, alienado, medo provocado por uma sociedade onde o conhecimento inovador é cada vez mais necessário para o trabalho e para todas as atividades cotidianas.

Assinalar a Educação a Distância em Espaços Prisionais como cenário para delinear a busca da interatividade autêntica, requer que a aplicação dos recursos multimídia, vídeos, áudios, materiais impressos, videoconferências, informática (*intranet*) dentre outros, tornem-se ferramentas interativas, numa dimensão 'sócio-educativa-comunicativa', para alicerçar e transformar as práticas pedagógicas, e que a educação passe a assumir um compromisso

voltado às competências individuais para que as pessoas exercitem com sucesso suas atividades na sociedade do conhecimento.

Esta dimensão busca também, uma educação concebida na participação, na criatividade, expressividade e interatividade, favorecendo aprendizagem ao 'longo de toda vida', fundada nos quatro pilares da educação propostos por Delors (2000, p.101-2) "aprender a conhecer, a fazer, a viver juntos e a ser".

A partir desta visão, o processo ensino aprendizagem que se baseava na 'absorção do conhecimento', deverá redesenhar o processo educacional e dar lugar ao ensinar a pensar, a pesquisar, a investigar, a raciocinar, e desenvolver habilidades e competências, a auto-aprendizagem.

Observa-se então, que o processo de aprendizagem, no que diz respeito a Educação a Distância, deve levar em consideração o perfil do sujeito do saber, em função da mediação tecnológica que está à disposição do educando e o sistema educacional pois, o superdesenvolvimento tecnológico apropria-se das ferramentas de informação e comunicação para romper com a linearidade, reelaborando e redesenhando um novo contexto comunicacional, possibilitando aos sujeitos como diz Catapan (1999) "[...] a fazer o seu mergulho, a tecer a sua rede, na qual nem autor nem leitor são o centro, e sim apenas pontos e fios sensíveis em infinita conexão".

Este novo sentido no 'jogo da comunicação' oportunizado pelos avanços tecnológicos consolida os horizontes da Educação a Distância que de acordo com o MEC (1996) considera como sendo:

Uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizando isoladamente ou combinados, e veiculados através de diversos meios de comunicação, e o processo de aprendizagem deverá ser como diz Lévy (1990) que o ato de comunicação define a situação que vai dar sentido às mensagens trocadas.

Sendo assim, a Educação a Distância configura na sua essência a otimização de diferentes tipos de linguagens, permite o aprender a aprender, oportuniza o

desenvolvimento de competências, integra o ser humano à formação humana transcendendo a 'racionalidade técnico-instrumental' para, como diz Fialho (1998, p.20) “[...] modificar os padrões comportamentais nos quais estamos inseridos, reinventando maneiras de ser, nos ‘estratos subjetivos’ da existência individual e coletiva”.

Pensar a subjetividade da formação humana, especificamente para reclusos em Espaços Prisionais, que por vezes empobrecida pela supervalorização dos valores materiais, subordina a dimensão humana, torna-se incapaz de compreender a complexidade do mundo e suas dimensões reduzindo-as muitas vezes em atos e ações insossas e violentas, que de um lado convergem para ações inter-pessoais por outro avançam para reações intra-pessoais.

Nesta dimensão, vê-se que a possibilidade de integrar a apropriação do conhecimento à educação formal em Espaços Prisionais mediado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação utilizando a modalidade da Educação a Distância requer pensar ‘importantes estratégias de ação’ e estruturar ações de forma sistêmica para provocar mudanças nos paradigmas da escola formal, e deste modo, auxiliar na superação de diversos problemas como o analfabetismo, a exclusão, a defasagem idade série e a evasão escolar.

2.3 Espaços prisionais sob a ótica da Lei de Execução Penal (LEP)

O caráter limitador da liberdade se concentra em muitos aspectos. Para uns é entendido como falta de condições econômicas; para outros como falta de espaços para o lazer e para o prazer; para tantos outros o isolamento, a reclusão em espaços específicos, um Espaço Prisional.

Este último, pelo formato e característica existentes determina punição... medo... frieza... escuridão... crueldade... sangue e morte. Local que pela sua

forma singular de 'privação de liberdade' instaura um caráter reprimente para àqueles que cometem infrações / delitos.

Os Espaços Prisionais que comumente vê-se, ouve-se ou lê-se informações, trazem em seu contexto um 'jogo de isolamento', a retirada de indivíduos do convívio social como forma de reparação de danos para diminuir a marginalidade existente na sociedade.

Tais espaços cercados por paredes e grades, com correntes, cadeados e algemas, sob a mira de armas de fogo, são os locais que seres humanos passam horas, dias, meses e anos de suas vidas, para expiar (cumprimento de pena) infrações cometidas como aponta Lemgruber (1977, p.115):

O mundo da prisão é antes de mais nada um mundo complexo. Não há objetivos comuns definidos, exceto o imediatismo de segregar o indivíduo da sociedade. [...] A vida social numa prisão é sobremaneira difícil e quase impossível devido a um ambiente de desconfiança total, esperteza e desonestidade lá reinantes. É um mundo do “eu”, “mim”, e antes do “nosso”, “deles” e “dele”.

Para tanto, os que se encontram nestes espaços, são entendidos como listamos ou são listados socialmente sendo indivíduos que merecem estar, ser e permanecer nestes locais, pois, independente do tipo e da forma do delito devem permanecer trancafiados, sem quaisquer oportunidades de reeducação, ressocialização ou reinserção social.

Mediante este contexto, o caráter limitador da liberdade estabelece padrões que sedimentam e limitam a igualdade social que, pela hegemonia dos sistemas dominantes ocultam espaços evolutivos do saber, dos valores humanos, de práticas sociais conscientes que padronizam interesses individuais e deste modo segregam práticas sociais repressoras.

A sociedade conforme estabelecida, defronte as inúmeras possibilidades, sejam elas de qualquer ordem ou segmento, traz na sua estrutura saberes e oportunidades que estabelecem limites de igualdade social.

Neste imperativo, ações tácitas atuam diretamente no comportamento dos seres humanos constituindo-os como moldes repressores separando a concepção unitária de mundo, de homem e de sociedade.

Esta separação mescla-se de fatores humano-técnicos, em que o ser humano por meio de ações transforma e se transforma seja pelo trabalho, pelo estudo, por relações ou reações versa ou ambiversas, por oportunidades ou pela inexistência delas.

Como fator determinante, a desigualdade social toma forte ponto de referência, não obstante a ser considerada como eixo de execução de delitos, mas, pela desigualdade estabelecida. Logo, seja por valores pessoais ou educacionais, seja por aspectos estritamente econômicos ou por relações afetivas, os 'não-espacos' de igualdade intervém na estrutura psico-social das pessoas.

Este 'não-espaco', cria formas sedimentadas de igualdade pelas quais, o conhecimento formal e o comportamento das pessoas passam a ser construídos em moldes padronizados, assim, os interesses individuais tornam-se 'despossuídos' e deste modo, segrega o indivíduo ao fracasso, a exclusão.

Com efeito, cabe refletir os escritos de McLaren (1997, 240-1) que diz: "Nós procuramos a vítima, em vez de procurar os meios pelos quais os sistemas de classe e educacionais militam contra o sucesso daqueles que não possuam poder econômico e estão em desvantagens [...]".

A segregação é historicamente constituída. É complexa e indefinida. É desprovida de mudanças. É alienadora e constrangedora. É reprimente e excludente. É despossuída da dimensão do eu, do nós, do aprender, do conhecer, do interagir.

Esta dimensão de afastamento do saber, do entender, do aprender é considerada desde a Antiga Grécia, em que os filósofos como Platão e

Aristóteles preocuparam-se em dar significado ao conhecimento introduzindo formas de conhecer e diferenciar o conhecimento verdadeiro da ilusão, pois o conhecimento provoca a simultaneidade das idéias entre as pessoas e os ambientes, como também, por ser um fenômeno abrangente envolvem a criatividade, a inovação, o estímulo que leva a conquistas e descobertas.

Neste propósito compreende-se que o direito a escolarização a todo cidadão brasileiro seja livre ou recluso é garantido pela Constituição Brasileira no Capítulo II Dos Direitos Sociais, Art. 206, que se refere exclusivamente ao ensino destacando os princípios: Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar pensamento-arte-saber; Pluralismo de idéias, concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas.

Vê-se deste modo, que as obrigatoriedades educacionais descritas na Constituição, flexibiliza de forma democrática, condições concretas de aprendizagem e interação social adquirindo conhecimento sistematizado, como forma de instituir um inventário de saberes num processo contínuo e permanente. Frente a isto Brzezinski (apud SERBINO, 1998, p. 162) em seus escritos considera que:

[...] não basta declarar que a educação escolar visa preencher as condições básicas para a humanização do homem (cf. Saviani, 1984). Deve-se primeiro levar em conta que este homem, historicamente, vem reconhecendo a função social e política da escola e está envolvido, nas sociedades modernas, “num espaço social e num tempo histórico, sua existência se dando num tecido histórico social” (Severino, 1991:31). Logo, o homem a que nos referimos está circunscrito a uma sociedade concreta e historicamente determinada.

De maneira geral, percebe-se que a educação formal nos Espaços Prisionais encontra um agravamento nas políticas educacionais destes espaços comprometendo o nível de formação, qualificação e profissionalização.

Tal agrave toma destaque nesta tese que, na sua trajetória história, é marcada pela ‘evolução dos sistemas de normas e códigos, pelos instrumentos de

correção e punição' gerando distanciamento e exclusão destes cidadãos do processo da aquisição do saber sistematizado.

Percebe-se que nos Espaços Prisionais existe um desequilíbrio das concepções humanísticas, um processo de neutralidade política-econômica e social. Frente a isto, cabe considerar e refletir o que Freire (1987, p. 19) na obra *Pedagogia do Oprimido* discorre:

[...] a neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso. Este medo quase sempre resulta de um 'compromisso' contra os homens, contra sua humanização, por parte dos que se dizem neutros.

Na pesquisa realizada em novembro de 2001 no Presídio Regional de Tijucas (SC) com 21 reeducandos ficou comprovado que 91% (noventa e um por cento) destes não possuem nível de escolarização completo no Ensino Fundamental e apenas 9% (nove) completaram o Ensino Médio.

Em 2006 o Ministério da Justiça relatou que a população carcerária brasileira chega a 149 mil pessoas e destes, cerca de 90% são analfabetos.

Em 2007, foi realizada pesquisa documental junto a Secretaria de Justiça para obter dados dos 34 (trinta e quatro) Estabelecimentos Penais do Estado de Santa Catarina. Os dados coletados estão descritos no Capítulo 3 desta tese e demonstram que 70,6% da população carcerária possuem defasagem educacional em nível de Educação Básica.

Estes dados demonstram à necessidade de redimensionamentos, reformulações, diretrizes e propostas de novas metodologias de ensino, e aqui se destaca a Educação a Distância, para atender as especificidades desta clientela. Considerando tais dados, Oliveira (1996, p.205) pondera que:

O ensino educativo deve ser um processo global, a pessoa do condenado deve estar no centro deste processo, despertando e estimulando sua verdadeira vocação, sendo educado corretamente pelo trabalho e para o trabalho. O educador tem o papel decisivo, devendo possuir capacidade para o diálogo e respeito pelas características individuais de cada preso.

Além dos direitos adquiridos pela Constituição Brasileira, a Lei de Execução Penal (LEP) deixa claro a obrigatoriedade dos Presídios, Penitenciárias, Casas de Detenção..., oportunizar aos detentos condições de reeducação, reinserção e ressocialização. A referida Lei na Seção V da Assistência Educacional, no Art. 17 determina que: "A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e formação profissional do preso e do internado", como é esclarecido por Mirabette (1993: p. 85) em sua literatura:

A assistência educacional deve ser uma das prestações básicas mais importantes não só para o homem livre, mas também àquele que está preso, constituindo-se, neste caso, em um elemento de tratamento penitenciário como meio para a reinserção social. [...] Dispõe, aliás, a Constituição Federal que a "educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (art. 205), garantindo ainda o "ensino fundamental", obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria" (art. 208, I), conceituando este como "direito público subjetivo" (art. 208, § 1º). Isto quer dizer que não só a instrução, que é um dos elementos da educação, mas também esta é um direito de todos, sem qualquer limitação de idade. Assim, pois, qualquer pessoa, não importa a idade e tampouco a sua condição ou status jurídico., tem o direito de receber educação desde que, evidentemente, seja dela carente qualitativa ou quantitativamente. De vez que a cada direito corresponde um dever, é a própria Constituição que esclarece ser este do Estado, que deverá promover a educação aos presos e internados se não o tiver feito convenientemente no lar e na escola.

Flexibilizar ações concretas para o exercício da cidadania por meio da educação formal e da prática laboral são vertentes indispensáveis para dar um 'caráter utilitário a pena' para satisfazer as necessidades básicas inerentes aos seres humanos.

Estas atribuições apregoam solidariedade, valorização e oportunidade de espaços de cidadania que como aborda Foucault (2001, p. 222): "É preciso imprimir um caráter de utilidade ao trabalho penal" e que "a prisão deve ser vista como um instrumento aperfeiçoado de transformação do indivíduo em gente honesta".

Considera-se neste contexto que a modalidade de Educação a Distância é uma alternativa viável de prover a Educação Básica nos Espaços Prisionais; é uma modalidade de ensino que possibilita a auto-aprendizagem; é um elo de ligação entre a exclusão e a inclusão, entre o des-saber e a sociedade do conhecimento.

‘Trabalhar no homem o que faz dele um homem’ é instaurar compromissos individuais e sociais e deste modo comprometer profissionais e órgãos públicos para estabelecer uma sincronia entre as ações educativas com as ações laborais como pondera Falconi (1998, p. 120-1):

[...] a reinserção social passa obrigatoriamente por vários segmentos, não se limitando ao convívio interno do presídio. Deverá haver sincronização entre o trabalho sociocultural [...] agregado aos labores próprios dos programas de ressocialização, para que se alcance mais a frente, a pensada reinserção social, que é o coroamento de todo um trabalho de equipe, em que pese operando em setores distintos. Todavia, toda essa operacionalização deverá estar comprometida com o conteúdo epistemológico. Nunca como o empirismo que vem ocorrendo em nosso sistema prisional.

Também é importante destacar as colocações de Foucault (2001, p. 221) quando enfatiza que: "As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou ainda pior, aumenta".

Outrossim cabe considerar neste contexto, que “a prisionalização leva à desorganização da personalidade à deformação do caráter, à degradação do comportamento e ao abandono dos padrões de conduta da vida extramuro” (OLIVEIRA, 1996 p. 77).

Para tanto, dar consistência a ações de educação formal e profissionalização aos reclusos em Espaços Prisionais é oferecer condições mínimas de cidadania conforme o Programa Estadual de Direitos Humanos (1997) que estabeleceu:

[...] toda pessoa deve ter a sua dignidade respeitada e a sua integridade protegida [...], toda pessoa deve ter garantidos seus direitos civis (como direito à vida, segurança, justiça, liberdade e igualdade), políticos (como o direito à participação nas decisões políticas), econômicos (como direito ao trabalho), sociais (como o

direito à educação, saúde e bem estar), culturais (como o direito à participação na vida cultural) e ambientais (como o direito ao ambiente saudável).

Instaurar atividades laborais e educacionais com caráter 'utilitário da pena' reitera intenção assertiva circundando uma atmosfera que instaure o respeito à dignidade humana, a não discriminação racial, social ou religiosa, a promoção do bem estar cultural, o desenvolvimento da personalidade humana, a abolição de castigos físicos ou isolamentos, a possibilidade de integração no mercado de trabalho de forma rentável e aos serviços de saúde, todos de forma imparcial conforme os Princípios Básicos Relativos ao Tratamento de Reclusos estabelecidos no Sétimo Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e do Tratamento dos Delinqüentes no ano de 1987.

Nos escritos de Vygotsky (1993) e Freire (1987), são abordadas questões de cidadania onde a aprendizagem, a humanização e o conhecimento como processo de interação social preconizam que a socialização, a cidadania, o relacionamento e o diálogo envolvem o homem com seu próprio ambiente. Para tanto, afirma Oliveira (1996, p. 205) que:

[...] o ato educativo é essencial num plano pedagógico atuante, estimulando um estilo de educação específica, que deve ser aprendido a partir da realidade fática, grau de conhecimento do preso, de periculosidade, tipologia criminal, duração da pena, profissão, origem, princípios religiosos, sociais, éticos, humanos, etc.

Outro aspecto relevante, neste contexto, versa questões de profissionalização que se destaca com mais um fator determinante para o processo de reinserção social como pondera Falconi (1998, p.71):

Um homem profissionalmente habilitado terá sempre mais possibilidades de sobrevivência, o que seria uma forma de bloquear o seu retorno à senha da criminalidade. Em nível de *lege ferenda*, poder-se-ia pensar em credenciamento desse novo profissional, facilitando seu ingresso no mercado de trabalho.

Obstantes a este contexto, os termos reeducar, ressocializar e reinserir necessitam ser considerados. Para Falconi (1998, p. 122) "**Reinserção social** é um instituto do Direito Penal, que se insere no espaço próprio da política Criminal (pós-cárcere), voltada para a reintrodução do ex-convicto no contexto

social, visando a criar um *modus vivendi* entre este e a sociedade”. Frente a esta definição o mesmo autor considera que:

A reinserção passa, necessariamente, pelo aprimoramento sociocultural do condenado [...] que deverá receber tratamento para as eventuais doenças psicossomáticas, treinamento profissional e condicionamentos elementares à vida em sociedade aberta. Quando libertado, deverá ter à sua disposição ampla e eficaz infra-estrutura para que materialmente, se realize tudo aquilo que, formalmente, lhe foi transmitido (p. 163).

De acordo com Aurélio (2002, p.1076-83, 1102) os referidos termos significam:

Reeducar diz respeito a “tornar a educar; complementar ou aperfeiçoar a educação”. **Reinserir**, “reintroduzir, reimplantar”. **Ressocializar**, “tornar a socializar: sociável, sociabilizar, reunir em sociedade”.

Assim, na efetiva relação entre as políticas sócio-educativas, os espaços profissionais, a legislação penal e a educação mesclam-se na vida dos seres humanos, os deveres e os direitos indispensáveis para sobreviver neste mundo movido pela informação e pela comunicação.

Trabalhar na busca da identidade perdida, e participar desta sociedade modernizada e midiaticizada se configura num grande desafio para gerar mudanças, compromissos e possibilitar aos reeducandos um retorno digno à sociedade.

Neste sentido entende-se que, gestionar ações direcionadas a gênese da formação humana para reclusos em Espaços Prisionais, visando, a educação formal e a qualificação profissional por meio da modalidade de Educação a Distância, requer instaurar ações multidimensionais para que o aprendiz crie, absorva e utilize o conhecimento de forma a contribuir para o desenvolvimento de habilidades e competências, bem como, a formação integral do ser.

Para atender esta dimensão, é primordial o reconhecimento da importância da gestão do conhecimento neste processo educativo, pois, definir estratégias de ação para operacionalizar atividades conjuntas entre Planejamento Estratégico,

Visão Sistêmica, Legislação Penal e Educacional, Educação a Distância, Matriz Curricular - Currículo e Profissionalização traduzem redimensionar uma forma de oportunizar Educação Básica e Profissionalização aos reclusos em Espaços Prisionais.

2.3.1 Os sistemas prisionais, escolas penais

A Igreja católica é o marco inicial das prisões formais. Com a prisão canônica instaurou-se solidão e silêncio. Com a prisão eclesiástica imprimiu-se um caráter de resgate do pecado pela dor, pelo remorso, pelo arrependimento da alma solidificada na 'reintegração moral, a solidão, a meditação e a prece' (OLIVEIRA, 1996).

No final do século XVIII e início do século XIX, surgiu a 'passagem de uma penalidade de detenção' para o contexto 'prisão', 'seu acesso a humanização', em que a nova legislação atribuiu "o poder de punir como uma função geral da sociedade (...) sobre todos os seus membros" (FOUCAULT, 2001: p.195).

Variados sistemas prisionais entre os séculos XVIII ao século XX surgiram e/ou se encontram existentes em nossa sociedade. Vários tipos de pena foram aplicados aos detentos. Estas penas variaram desde a pena de morte até as penas alternativas de prisão.

O **sistema prisional John Howard** (1720 - 1796) inicia o período de 'humanização da pena' [...] baseado no "recolhimento celular, reforma moral pela religião, trabalho diário, com necessidades e condições higiênicas e alimentares", como aborda Oliveira, (1996, p.47).

O **sistema prisional Panótico** (1748 - 1832) idealizado por Geremias Bentham - USA, buscava vigiar o prisioneiro com maior segurança e economia, pautado em 'reforma moral, boa conduta e educação', e que ao privar o homem de sua liberdade, o preveniria de cometer novos crimes.

A este tipo de sistema Oliveira (1996, p.49) pontua que:

[...] restava o prisioneiro trancado em sua cela, onde era espionado de frente pelo vigia, as paredes laterais impediam o contato com seus companheiros. Era visto e observado anonimamente, sem cessar, porém, nada podia ver. Não havia o perigo de evasão, de projeto de novos crimes, más influências, contágios, roubos, violências, etc.

O **sistema prisional de Filadélfia** (pensilvânico ou celular) (1790) se configurava com regime extremamente severo, determinando o 'isolamento absoluto e constante, sem trabalho ou visita', permitindo somente leituras bíblicas. Para este tipo de sistema nos reportamos às falas de Foucault (2001, p.43) que considera:

Sozinho em sua cela o detento está entregue a si mesmo; no silêncio de suas paixões e do mundo que o cerca, ele desce à sua consciência, interrogando-a e sente despertar em si o sentimento moral que nunca perece inteiramente no coração do homem.

O **sistema prisional de Auburn** surgiu em New York em 1821. Tinha como objetivo 'condicionar o apenado pelo trabalho, disciplina e mutismo'. O silêncio era determinante e a comunicação era por sinais, gesticulação das mãos, e sons com batidas em canos d'água, paredes e sanitários.

Exigia-se silêncio absoluto, isolamento noturno e no período diurno um regime comunitário, em que as refeições e o trabalho eram em comum; havia vigilância rigorosa e ininterrupta.

Frente a este tipo de sistema prisional Oliveira (1996, p. 53) pontua que:

a) o condenado ingressava no estabelecimento, tomava banho, recebia uniforme, e após o corte da barba e do cabelo era conduzido à cela com isolamento durante a noite; b) acordava às 5:30 horas, ao som da alvorada; c) [...] limpava a cela e fazia sua higiene; d) alimentava-se e ia para as oficinas, onde trabalhava até a tarde, podendo permanecer até as 20 horas, no mais absoluto silêncio [...]; e) regime de total silêncio de dia e de noite; f) após o jantar, o condenado era recolhido; g) as refeições eram feitas no mais completo mutismo em salões comuns; h) a quebra do silêncio era motivo de castigo corporal. O chicote era o instrumento usado [...]; i) aos domingos e feriados o condenado podia passear em lugar apropriado, com a obrigação de se conservar incomunicável.

O **sistema prisional de Montesinos** (1834) originário da Espanha criado pelo Coronel Manoel Montesinos y Molina instaurou um novo sistema, por meio do trabalho remunerado para não explorar os apenados, bem como a extinção dos castigos corporais com sistema de segurança mínimo. Vale considerar de forma surpreendente que neste sistema havia baixo índice de evasão de detentos.

O **sistema prisional Progressivo Inglês** (1846 - Austrália) criado pelo inglês Alexandre Maconochie, introduziu novas medidas no sistema penitenciário conhecido como 'Mark System' - 'Sistema de Vales', em que o apenado de acordo com a gravidade do delito, era beneficiado pela sua boa conduta, o trabalho desenvolvido e, pelo seu comportamento.

O sistema obedecia a três períodos básicos: a) período de prova, com isolamento celular completo, do tipo pensilvânico; b) período com isolamento celular noturno e trabalho comum durante o dia, com rigoroso silêncio, do tipo auburniano; c) período da comunidade, com benefício da liberdade condicional.

Cabe salientar que embora tenha surgido na Austrália, foi na Inglaterra sua primeira aplicabilidade, por isso o nome estabelecido.

O **sistema prisional Progressivo Irlandês** (1853), criado e implantado por Walter Crofton estabeleceu um novo modelo de reclusão, 'o Sistema de Vales' que tinha o objetivo de reintegrar os reclusos à vida em sociedade. Configurava-se com a transferência dos apenados para 'prisões intermediárias', vigilância com menor rigor, o não uso de uniforme, autorização para conversar, 'exercer trabalho externo no campo' (prisões/colônias agrícolas).

A rigor, destaca-se que este sistema foi incluído no Código Penal Brasileiro de forma parcial, sendo estabelecido a não implantação do 'uso de marcas ou vales'.

Oliveira (1996, p.56) descreve com primazia as etapas de como este sistema foi implantado no Brasil:

No primeiro período, o prisioneiro fica sujeito à observação, durante o máximo de três meses; no segundo período, é submetido ao trabalho comum, mantido o isolamento noturno; no terceiro período, o preso é encaminhado para um estabelecimento semi-aberto ou colônia agrícola e no quarto período, recebe a concessão da liberdade condicional.

O **Sistema de Prisão Semi-Aberta** iniciou na França, na Cadeia de Witzwill. Esta forma de detenção era aplicada em prisões de zona rural, para que os detentos trabalhassem como colonos, ao ar livre, com remuneração e vigilância reduzida.

Por enquadrar-se no contexto do Sistema Progressivo das Prisões, a adesão foi praticamente universal, pois os sistemas existentes apresentavam inúmeras inconveniências proporcionando um forte descompasso nos mecanismos de detenção.

Frente a este contexto Foucault (2001, p.221) destaca que: "A detenção provoca reincidência: depois de sair da prisão se tem mais chances que antes de voltar para ela".

Observa-se que a prisão Semi-Aberta, oportuniza aos seus detentos, de acordo com o delito, 'substituições de penas curtas por outros tipos de pena', como a prisão domiciliar, pagamento de multas, prestação de serviços, dentre outras. No Brasil, este sistema também é adotado.

A **Prisão Aberta**, foi oficialmente adota no Brasil em 1977, após a homologação da Lei nº 6416 de 24 de maio de 1977. O Regime de Prisão Aberta ou Comunitária (prisão albergue) devido o descaso governamental (a não construção de residências e recursos materiais), leva os Juizes a substituírem a 'pena de prisão' (Albergue ou Comunitária) pela pena de prisão domiciliar.

O **sistema prisional de penas alternativas à prisão** foi adotado primeiramente na Espanha, Portugal, Argentina, etc., por meio do Direito de Execução Penal. No Brasil em 1933, aparece a primeira manifestação a respeito das normas de Execução Penal, mas apenas em 1981 são impulsionadas normatizações frente os direitos e deveres do preso, e, somente em 11 de julho de 1984 pela Lei nº 210, se instituiu a Lei de Execução Penal (LEP) para atender os direitos e deveres dos presos. A este sistema, Mirabete (1993, p.35) afirma que:

A tendência moderna é a de que a Execução de pena deve estar programada de molde a corresponder à idéia de humanizar, além de punir. Deve afastar-se a pretensão de reduzir o cumprimento da pena a um processo de transformação científica do criminoso em não criminoso. Nem por isso, diz Miguel Reale Junior, deve deixar-se de visar à educação do condenado, criando-se condições por meio das quais possa, em liberdade, resolver os conflitos próprios da vida social, sem recorrer ao caminho do delito.

Neste mesmo propósito de análise, os sistemas de Penas Alternativas de prisão são abordados por Oliveira (1996, 58-9) embasados nos estudos do Prof. René Ariel Dotti que enfatiza:

a) a prisão só deve ser reservada para as espécies mais graves de ilicitude, quando os antecedentes, a personalidade e a conduta social do agente recomendarem. Devendo ser cumprida em etapas e regimes diversos: regime fechado, semi-aberto e aberto, ou seja, da penitenciária para a colônia agrícola ou para a prisão albergue; b) para os demais casos devem ser usadas as medidas detentivas de prisão de liberdade alternativa: prisão domiciliar, [...] albergue, [...] de final de semana, [...] descontínua, etc; c) além destas podem ser aplicadas outras, de caráter não detentivo: 1) limitativas de liberdade, proibição de freqüentar determinados lugares; liberdade vigiada; trabalho gratuito em prol da comunidade; suspensão condicional da pena; regime de provas; livramento condicional; "parole"; 2) limitativas de capacidade jurídica, inabilitações; interdições; 3) pecuniárias; multa; confisco; indenização ao ofendido; reparação simbólica; 4) providências éticas, admoestação; retratação, perdão judicial; 5) exclusão da jurisdição penal; suspensão do procedimento; extinção do procedimento.

Frene a este contexto, cabe salientar que o Sistema Prisional Brasileiro adota atualmente cinco tipos de Regimes Prisionais: Regime Fechado, Semi-aberto, Aberto, Presos Provisórios e Medida de Segurança-Internação. O local e forma do cumprimento da pena é estabelecido pelo Juiz dependendo do tipo e gravidade do delito.

2.4 Reeducação, ressocialização e reinserção: um caminho para a reconquista de direitos e oportunidades igualitárias no contexto prisional

Os Espaços Prisionais são instituídos legalmente para acolher cidadãos que cometem infrações / delitos.

Estes Espaços Prisionais são denominados como local frio, cinzento, escuro; local coberto de crueldades, sangue e medo; local para atender infratores, uma forma singular de 'privação de liberdade'.

As prisões tomam formas e denominações, dependendo das variáveis existentes. Estas variáveis identificam-se como: a proporção do espaço físico; o grau de intensidade do delito; o número de detentos, dentre outras, fazendo com que a terminologia seja diferenciada.

Campestrini (2002, p.70) em seus escritos pontua claramente a diferenciação das denominações dos diversos Espaços Prisionais em que reclusos cumprem penas:

[...] denomina-se por '**cadeia**' ou '**casa de detenção**', lugar onde ficam detidos os réus que ainda não foram condenados, presos provisórios, aguardando julgamento. É um lugar temporário - prisão provisória (preso flagrado em delito aguardando julgamento); '**presídio**', estabelecimento oficial destinado a receber os presos já julgados e condenados; '**penitenciária**', estabelecimento também oficial, onde os presos cumprem penas, mas deve promover sua reabilitação através do trabalho, aprendizagem de uma profissão. A princípio, seria o local para onde deveriam ir os presos de melhor comportamento; **casa do albergado**, destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto e da pena de limitação de fim de semana; **colônia agrícola, industrial ou similar**, destina-se ao cumprimento de pena em regime semi-aberto.

A complexidade do Sistema Penitenciário Brasileiro mostra o panorama de desigualdade social, discriminação, injustiça e preconceito que contradizem os princípios da dignidade humana, o respeito mútuo e a justiça social. Freire (1987, p.31) afirma que: "A 'ordem' social injusta é a fonte geradora,

permanente, desta "generosidade" que se nutre da morte, do desalento e da miséria".

Historicamente, criam-se leis, normas, determinações..., para mudar o cenário existente nos Espaços Prisionais. Em 1948 a Assembléia Geral das Organizações das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, estabeleceu obrigações jurídicas concretas aos Estados Nacionais. Foram normas jurídicas claras e precisas, voltadas para a proteção e promoção dos interesses mais fundamentais da pessoa humana.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 estabeleceu detalhadamente os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais para todo cidadão sendo ratificada pelo Ato do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso em 13 de maio de 1996 que declarou oficialmente o Programa Nacional dos Direitos Humanos, comprometendo o Brasil com a "proteção e promoção dos Direitos Humanos de todas as pessoas que residem no, e transitam pelo território brasileiro".

A necessidade de implementar princípios para 'orientar os limites do poder-dever de punir' fez acontecer o IV Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente, realizado em 1970 Kioto – Japão.

Segue na íntegra de acordo com Delgado (2007, p. 37-8) os "mandamentos a serem obedecidos pelo legislador e pelo órgão encarregado pela execução penal":

- O Quarto Congresso das Nações Unidas sobre "Prevenção do Crime e Tratamento do Criminoso", reunido em Kyoto (Japão), em agosto de 1970, com a assistência de participantes de oitenta e dois países que representam todas as regiões do mundo.
- **PREOCUPADO** profundamente pela urgência cada vez maior de que a comunidade mundial das Nações aperfeiçoe seus métodos de Planificar o

desenvolvimento econômico e social, levando mais em conta os efeitos que a urbanização, a industrialização e revolução tecnológica podem ter sobre a qualidade da vida e do meio humano;

- **AFIRMANDO** que a atenção insuficiente prestada a todos os aspectos da vida no processo de desenvolvimento se reflete de forma patente na gravidade e nas dimensões cada vez maiores do problema da delinqüência em muitos países.
- **OBSERVANDO** que o problema da delinqüência tem muitas ramificações, que vão dos delitos tradicionais até as formas mais sutis e complexas do delito e da corrupção organizada e que se unem à violência do protesto e ao perigo de um escapismo crescente através do consumo abusivo de drogas e estupefacientes, e que o crime em todas as suas formas mina as energias de uma nação e seus esforços para lograr um meio mais sã e uma melhor vida para seu povo.
- **CRENDO** que o problema do crime, em muitos países, em suas novas dimensões, e muito mais grave agora do que em qualquer época da larga história destes Congressos.
- **ESTIMANDO-SE** na obrigação individual de alertar ao mundo sobre as graves conseqüências para a sociedade, da atenção insuficiente que agora se presta às medidas de prevenção do crime, que por definição incluem o tratamento do criminoso,
- **PEDE** a todos os governos que adotem medidas efetivas para coordenar e intensificar seus esforços por prevenir o crime no contexto do desenvolvimento econômico e social que cada país empreende por si mesmo.
- **INSTA** as Nações Unidas e as demais organizações internacionais a que assinem alta prioridade ao fortalecimento da cooperação internacional em matéria de prevenção do crime e, em particular, a assegurar a disponibilidade de ajuda técnica eficaz aos países que desejem assistência para organizar programas de atividades relativos é prevenção do crime e da criminalidade.

- **RECOMENDA** que se de especial atenção a estrutura administrativa, profissional e técnica necessárias para que se leve a cabo uma ação mais eficaz encaminhada a intervir mais diretamente e com maior decisão no campo da prevenção do crime.

Mundialmente existe uma grande preocupação com ações de prevenção ao crime e notadamente maior preocupação com os reclusos em Espaços Prisionais.

No ano de 1987, no Sétimo Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e do Tratamento dos Delinqüentes firmou-se os Princípios Básicos Relativos ao Tratamento de Reclusos, na quantidade de onze, e, destacam-se nesta tese nove destes princípios por serem considerados de maior relevância:

1. Todos os reclusos devem ser tratados com o respeito devido à dignidade e ao valor inerente ao ser humano.
2. Não haverá discriminações em razão de raça, sexo, cor, língua, religião, opinião política ou outra origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou outra condição;
- (...)
4. A responsabilidade das prisões pela guarda dos reclusos e pelas proteções da sociedade contra a criminalidade, deve ser cumprida em conformidade com os demais objetivos sociais do Estado e com sua responsabilidade fundamental de promoção do bem estar e de desenvolvimento de todos os membros da sociedade;
- (...)
6. Todos os reclusos devem ter o direito de participar das atividades culturais e de beneficiar de uma educação visando pleno desenvolvimento da personalidade humana;
7. Devem empreender-se esforços tendentes à abolição ou restrição do regime de isolamento como média disciplinar ou de castigo;

8. Devem ser criadas condições que permitam aos reclusos ter um emprego útil e remunerado, o qual facilitará a sua integração no mercado de trabalho dos países e lhes permitirá contribuir para sustentar as suas próprias necessidades financeiras e as das suas famílias;
 9. Os reclusos devem ter acesso aos serviços de saúde existentes no país, sem discriminação nenhuma decorrente do seu estatuto jurídico;
- (...)
11. Os princípios acima referenciados devem ser aplicados de forma imparcial.

Já, o XI Congresso de Direito Penal realizado em Budapeste em 1974 estabeleceu três exigências essenciais quanto à política criminal dando maior consistência as determinações existentes:

- a) ela deve procurar atingir seus objetivos com um mínimo de repressão e um máximo de eficiência e ação reeducativa; b) Ela deve ser humana (humanista) e assegurar o respeito a dignidade da pessoa humana e aos direitos essenciais ao indivíduo; c) ela deve consagrar a regra da legalidade, com todas as suas conseqüências, no plano processual e judiciário (DELGADO, 2007, p.4-5).

Em Viena, na Áustria (26/04 a 06/05/1994) o Comitê Permanente de Prevenção do Crime e Justiça Penal das Nações Unidas – determinou no capítulo XII Regras Mínimas de Justiça Penal para todas as nações participantes que compreende:

- [...] art.38 A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso. art.39 O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação e de aperfeiçoamento técnico. art.40 A instrução primária será obrigatoriamente ofertada a todos os presos que não a possuam. Parágrafo Único. Cursos de alfabetização serão obrigatórios e compulsórios para os analfabetos (QUEIROZ, 2001).

A partir do encontro em Viena – Áustria surge a Resolução nº 8, de 12 de julho de 1994, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária que elaborou regras mínimas para o tratamento do preso no Brasil seja condenado ou provisório, assegurando-lhe os direitos atingíveis ou não pela legislação ou sentença (QUEIROZ, 2001).

Queiroz (2001, p.84) sintetiza o repertório das regras existente na Resolução 8 mostrando que:

[...] é possível a ressocialização do preso aproximando-o mais rapidamente da sociedade da qual se desviou. [...] o preso tem, dentre outros, direito a: registro; separação por categorias; locais especialmente destinados à execução da pena; higiene pessoal; roupas e cama; alimentação; exercícios físicos; serviços médicos; disciplina e sanções; direito de informação e de queixa; contato com o mundo exterior; biblioteca; religião; depósito de objetos pessoais; notificação de falecimento, enfermidade e transferências; inspeção.

A execução penal no Brasil é normatizada pela Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210/84 de 11 de julho de 1984, que se configura com um “[...] procedimento autônomo ao processo de conhecimento que culmina com a condenação do réu, conforme reconhecem, majoritariamente, a doutrina e jurisprudência [...]” (QUEIROZ, 2001, p. 129).

O mesmo autor pontua em sua obra seis princípios constitucionais ao referir-se a execução penal como ‘ação e processo’:

[...] a execução penal abrange ação e processo, não fica ela a salvo da aplicação de determinados princípios constitucionais [...] o princípio da legalidade, o princípio da presunção de inocência, o princípio da personalização da pena, o princípio da jurisdicionalidade, o princípio da ressocialização do sentenciado e, [...] o princípio do devido processo legal (p. 129).

Para tanto, é primaz o entendimento destes princípios constitucionais bem como o que a LEP proposita a respeito. Frente a isto o mesmo autor esclarece:

1. Princípio da legalidade e a execução penal: Constitucionalmente “todas as medidas de execução penal aplicadas pelo juiz de execução devem estar previstas em lei, sob pena de caracterização de excesso ou desvio de execução”. Já para a LEP Art. 3º, “ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei”. (p. 130).

2. Princípio da isonomia e a execução penal: “A Lei de Execução Penal veda qualquer espécie de discriminação ou diferenciação entre os reeducandos. [...] tudo aquilo que for concedido a um sentenciado deverá ser concedido a um outro que apresente idêntica condição jurídica. [...] art. 3º da

LEP, em seu parágrafo único, determina que, “não haverá qualquer distinção de natureza racial, religiosa ou política”. (p. 130).

3. Princípio da personalização da pena e a execução penal: A LEP “vale-se dos arts. 5º e 6º da Lei 7.210/84, impondo o exame criminológico ao preso provisório [...]”. (p.130).

4. Princípio da jurisdicionalidade e a execução penal: “[...] todas as medidas adotadas durante a execução penal ficam sob o crivo da autoridade judiciária [...]. [...] durante a execução penal, surgem incidentes, como o livramento condicional, as saídas temporárias e outras situações de execução que exigem do juiz uma decisão pronta. [...] o diretor do presídio, [...] pode ser chamado a resolver questões como controle de correspondência, permissões de saída e regulamentação de visitas, [...] e arts. 2º e 194 da LEP, [...] albergam o princípio da jurisdicionalidade”. (p. 130).

5. Princípio da ressocialização do sentenciado e a execução penal: “As normas contidas na Lei de Execução Penal objetivam a reinserção do sentenciado no convívio social [...]”. (p. 130-1).

6. Princípio do devido processo legal e a execução penal: Este princípio ou, “[...] *due process of law*, confere uma extrema amplitude de direitos ao sentenciado [...] direito à ampla defesa, à prova, ao contraditório, à igualdade entre as partes, à publicidade, motivação dos atos judiciais decisórios, ao duplo grau de jurisdição, etc”. (p.131).

A execução destes princípios caracteriza-se como determinante independente do tipo e forma do delito. O cumprimento das leis é obrigatoriedade. Logo, a efetivação de políticas educacionais que converjam para a reeducação, reinserção, ressocialização mesclam-se e se caracterizam na vida destes seres humanos como espaços de cidadania.

Buscar a identidade perdida, a vida em sociedade é gerar mudanças e possibilitar aos reeducandos um retorno digno à sociedade, pois, 'Viver com os antagonismos, nos treina a viver a democracia'.

2.5 A Visão Sistêmica: o entrelaçamento entre 'macroambiente', o 'ambiente de tarefa' e o 'ambiente interno' na estratégia didático-pedagógica

Pensar a Educação Básica na modalidade da Educação a Distância em Espaços Prisionais sobrepõe-se os formatos existentes para os espaços livres. A Educação Básica para estes espaços necessita além de conteúdos programáticos atentar para questões específicas como a **legislação penal e educacional**, o **público alvo** em questão o **mercado de trabalho**.

Quanto a **legislação** – Na Lei de Execução Penal (LEP), encontra-se definido a obrigatoriedade da educação formal e profissionalizante e, na Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (LDBn) - Educação Básica, as prerrogativas da educação formal brasileira. Estas leis comungam a necessidade do estudo formal e profissionalizante seja para o cidadão recluso, seja para o liberto.

No entanto, ao se tratar de cidadão reclusos, ambas legislações necessitam comungar especificidades sistêmicas para atender esta clientela. Tratar educação em Espaços Prisionais requer não apenas dar aulas no formato ora estabelecido versando o aprender conteúdos, requer, gerir sistemicamente ações que converjam entre si um fazer que reedueque, ressocialize e reintegre.

Quanto ao **público alvo** - Prover educação formal e de profissionalização em Espaços Prisionais requer uma escolarização sobremaneira específica e diferenciada. Construir conhecimento possibilita evoluir pessoal e culturalmente demonstrando que todos têm capacidade e oportunidade de apropriar-se do conhecimento científico.

Desta forma, prover ensino e aprendizagem a detentos em Espaços Prisionais requer não apenas recuperar a escolarização perdida, mas, possibilitar um aprendizado que preconize aprendizagem para o 'longo de toda vida' de tal sorte que comunge o saber sistematicamente elaborado, 'o ser, o conviver e o viver juntos' (DELORS, 2000).

Quanto ao **mercado de trabalho** – A era globalizada exige profissionais de excelência. O sistema educacional tem por obrigatoriedade prover educação de qualidade para atender as demandas de mercado. Por conseguinte, capacitar profissionais escolarizados e com habilidades técnicas diversas, para atuar no mercado de trabalho requer que a 'educação como motor de desenvolvimento' (DELORS, 2000) promova a equalização entre mercado de trabalho e capacidade de atuação.

Por conseguinte, esta articulação deve atender ao público específico – reeducandos dos Espaços Prisionais possibilitando o conhecimento científico e profissionalizante de forma que a matriz curricular atenda as necessidades específicas desta clientela.

Deste modo, construir uma Estratégia Didático-Pedagógica para a Educação Básica e profissionalização para jovens e adultos por meio da modalidade da Educação a Distância, necessita possibilitar **Aprendizagem e Profissionalização**.

Requer para este público em específico tratar o currículo de forma diferenciada concentrando sua estrutura uma visão sistêmica para gerir um diferencial nestes espaços, pois, as ações devem estar centradas a um todo e deste emanar a metamorfose do conhecimento, sua forma de articulação.

Sob esta perspectiva, Cristofolini (2003) deixa claro que a Visão Sistêmica caracteriza-se pelo 'macroambiente', o 'ambiente de tarefa' e o 'ambiente interno'. Estes ambientes devem promover ação integrada, dar suporte e

sustentabilidade as ações e articular processo e produto para que o ensino e aprendizagem aconteçam de forma harmônica atendendo as perspectivas estabelecidas na estratégia proposta.

Para dar sustentabilidade a estratégia Cristofolini (2003) considera necessário abordar quatro aspectos: a **visão sistêmica**, a **teoria dos sistemas**, sua **organização, gestão e planejamento**.

2.5.1 Quanto à visão sistêmica

Ter visão de conjunto é possibilitar uma visão que contemple não apenas o problema, mas a capacidade de solucioná-lo. É gerar soluções que envolvam o todo do processo e conseqüentemente, atribuir ações que possibilite a tomada de decisão.

Neste sentido, Cristofolini (2003) ao referir-se a Visão Sistêmica deixa claro que é o '**conjunto das partes é que afeta o todo**' de forma interdependente, e Lopez (2002) considera que a **visão sistêmica** é um conjunto organizado que forma **um todo unitário e completo**.

Sendo a Educação Básica considerada como um dos atributos à cidadania requer estabelecer ações de conjunto, para dar significado ao processo do aprender a aprender. Assim, de acordo com Rodrigues (2000, p.16) todo e qualquer sistema é entendido como sendo:

[...] propriedades do conjunto. Logo, nenhuma de suas partes tem existência isolada. Isto porque a propriedade de um sistema vem da interação das partes que compõem o sistema. Um sistema é mais que a soma das partes. [...].

Entende-se, neste contexto, que os esforços educacionais e de profissionalização devam inserir-se de forma global para que os atributos propostos às ações pedagógicas se estabeleçam nitidamente e dimensionem suas ações de forma sistêmica, atentando às necessidades favorecendo o conjunto.

Ações lineares tendem a fragmentação do conjunto gerando práticas pedagógicas descontextualizadas estabelecendo certa discrepância do real como diz Sacristán & Gómez (1998, p. 27) “habitualmente, consolidou-se uma forma mecânica, simplista e hierárquica de transferência desde o conhecimento disciplinar, na verdade desde o conhecimento psicológico, para a organização e o desenvolvimento da prática pedagógica”.

Pensar e agir ações de conjunto num processo de imersão de conhecimentos práticos e teóricos é como aborda metaforicamente Senge (2000, p. 99): “A beleza de uma pessoa ou de uma flor ou de um poema reside em vê-lo por inteiro [...]”. Entende-se neste contexto, que para a eficiência e eficácia da prática pedagógica há necessidade de um embricamento entre os objetivos propostos e o processo gestacional da ação gerando deste modo, ações de conjunto.

A Visão Sistêmica possibilita perceber o caminhar e o descaminhar da ação, pois todas as atividades estão acopladas ao centro, a um eixo norteador como comenta Capra (1996, p.40):

[...] a visão sistêmica, as propriedades essenciais de um organismo, ou sistema vivo, são propriedades do todo, que nenhuma das partes possui. Elas surgem das interações e das relações entre as partes. Se algumas destas partes forem destruídas ou separadas, o todo perderá sua propriedade e será afetado em sua estrutura.

Assim, ações gerenciadas por meio da visão sistêmica estão estreitamente interligadas necessitando ser avaliadas e reavaliadas concomitantemente para não permitir erros em atividades isoladas que comprometam o todo.

Frente a isto, Cristofolini (2003) aborda que a Visão Sistêmica é um ‘processo contínuo em forma de ciclo’ que poderá ser continuamente aperfeiçoado, revisto, assim agregar valor ao processo.

Uma Visão Sistêmica voltada a ações didático-pedagógicas requer congregar ações multidisciplinares, e que sejam dimensionadas de forma conjunta, pois a soma das partes compõe o todo.

Sendo assim, pensar sistemicamente ações de ensino-aprendizagem em Espaços Prisionais por meio da modalidade da Educação a Distância é necessário uma **Visão de conjunto** que priorize:

- Codificação e decodificação do conhecimento;
- Desenvolvimento de redes de informação e comunicação;
- Mudança da estrutura organizacional (Espaços Prisionais - processo ensino-aprendizagem);
- Produção do conhecimento interligando habilidades e competências;
- Aprendizagem voltada ao conhecimento científico e profissionalizante;
- Ênfase ao conhecimento tácito e implícito;
- Iniciativa, criatividade, resolução de problemas e inovação;
- Customização das tecnologias para gerenciar novos conhecimentos, processos e produtos;
- Legislação Penal e Educacional favoráveis a implementação da modalidade de Educação a Distância em Espaços Prisionais;
- Flexibilização de organismos que promovam a intersecção entre conhecimento e aprendizagem para produção de uma nova matriz curricular.

Considerando que a soma das partes compõe o todo, a Figura 2 que se encontra abaixo, representa os eixos que compõe a Estratégia Didático-Pedagógica para a Matriz Curricular de Educação Básica e de profissionalização para jovens e adultos em Espaços Prisionais.

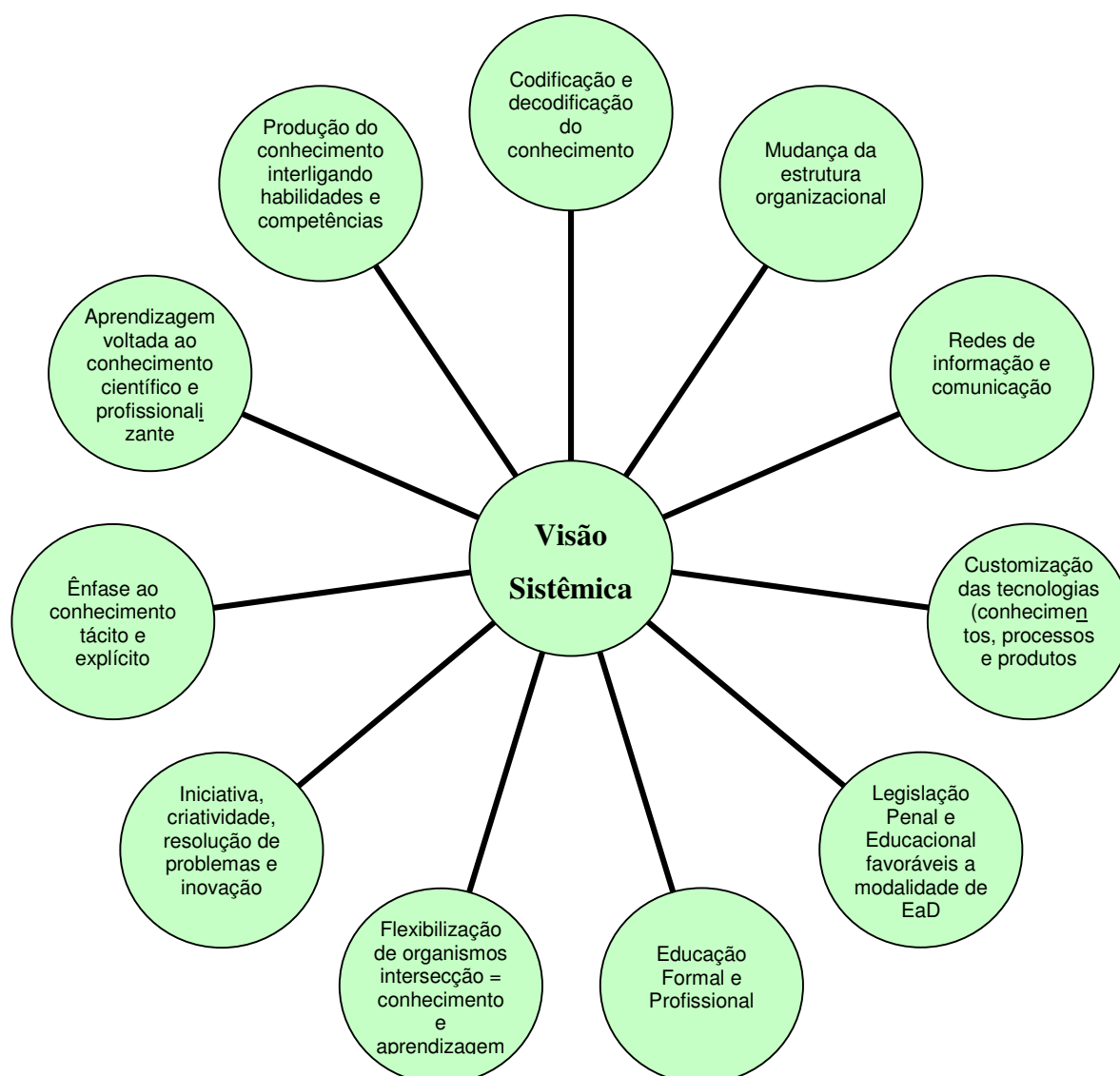


Figura 2 – Visão sistêmica

2.5.2 Quanto a teoria dos sistemas

Historicamente a Teoria dos Sistemas têm bases epistemológicas diversas. Para o biólogo alemão Ludwig Von Bertalanffy (1975) era entendida como estudos gerais do metabolismo, estados estáveis, crescimento e sistemas abertos na química-física, cinemática e termodinâmica. Em 1950, a Teoria Geral dos Sistemas começou a ser estudada como sistema e Chiavenato

(2000, p.61), conceitua como “um conjunto de partes relacionadas entre si para atingir determinados objetivos” estabelecendo assim, uma rede de ligações que se transformam sistematicamente em uma só.

As ações sistêmicas não se processam unicamente e isoladamente é necessário levar em conta as colocações de Oliveira (1999) ao ponderar que para um enfoque sistêmico as etapas são denominadas “entrada”, “processo”, “saída” e “retorno” conforme figura 2 apresentada pela próprio autor:

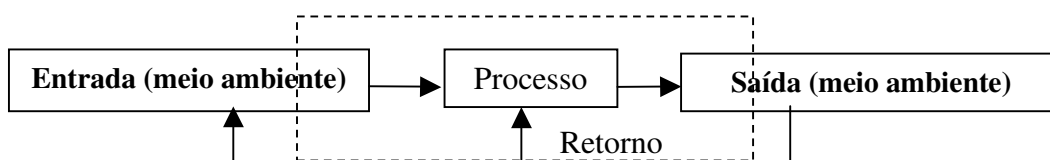


Figura 3 – Representação sistêmica
Fonte: Cristofolini (2003)

Para dar sustentabilidade a esta proposição, reportamo-nos aos estudos de Cristofolini (2003) que apresenta a Representação Sistêmica defendida por Oliveira (1999) esclarecendo tais denominações: **entrada**: “as forças que fornecem ao sistema o material, a informação, a energia para a operação ou processo, o qual gerará determinadas saídas do sistema que devem estar em sintonia com os objetivos estabelecidos”; “O **processo** é, portanto, o ponto onde são transformados a matéria prima em produto (conhecimento), os dados em informações e onde se tem o resultado que vai gerar as saídas para atingir ao objetivo”; “as **saídas** [...] correspondem aos resultados do processo de transformação. As saídas podem ser definidas como as finalidades para a qual se uniram objetivos, atributos e relações do sistema e o **retorno** ou realimentação é realimentar o sistema com as informações, materiais e processamento para reprocessar os resultados e as informações da saída que não estão no padrão previsto” (p. 52).

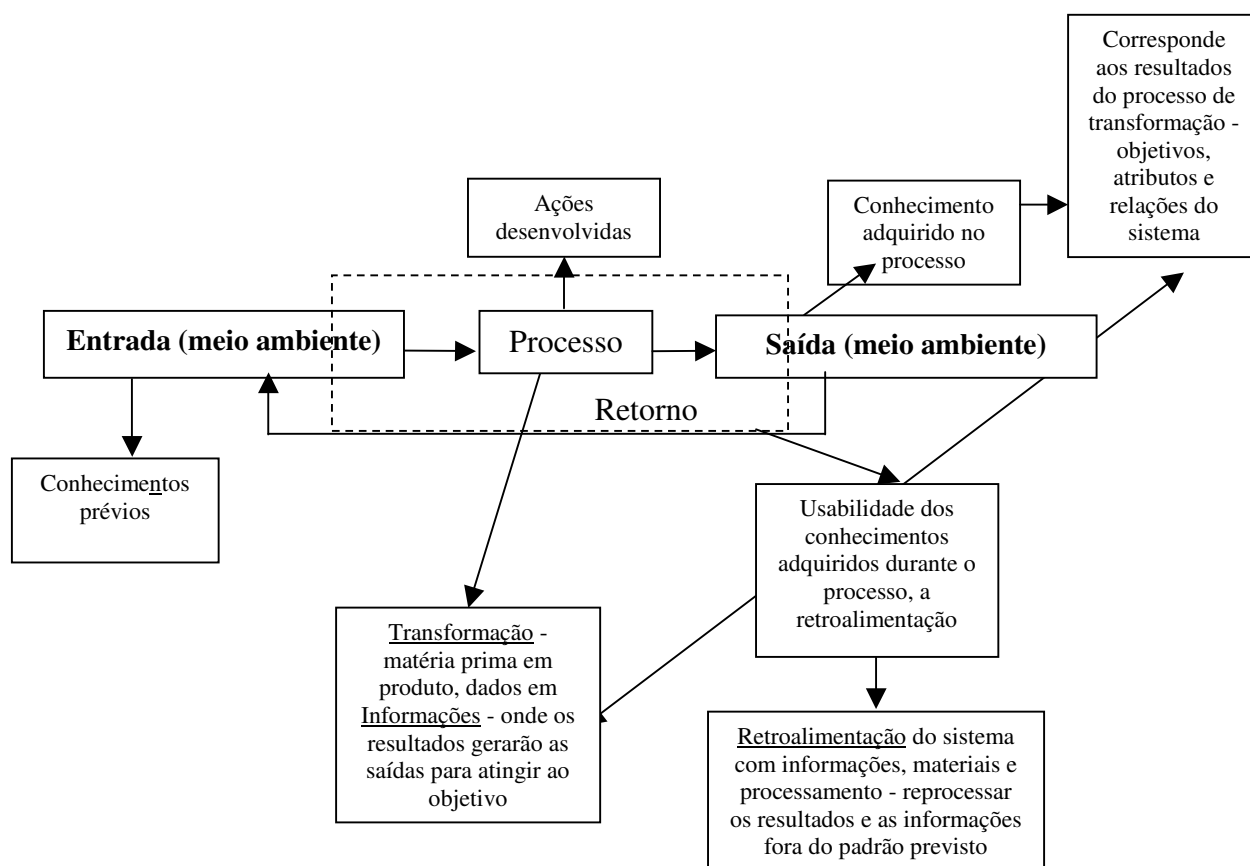


Figura 4: Representação sistêmica – a estratégia – (adaptado)
Fonte: Cristofolini (2003)

Frente a estas colocações, se faz necessário observar a transposição das ações organizacionais para ações educacionais em que o planejamento estratégico considere o Sistema Educacional, especificamente neste contexto, às atividades didático-pedagógicas e a profissionalização em Espaços Prisionais que além das exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBn) e as Diretrizes Curriculares Nacionais devem atender rigorosamente a Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal (LEP) que emana orientações e ações específicas a esta clientela.

Este conjunto de ações deve inserir possibilidades de uma visão ascendente, que congregue concomitantemente o ensino formal proposto e a

profissionalização, para vislumbrar possibilidades de inserção no mercado de trabalho e deste modo, reeducar, reinserir e ressocializar.

Como se verifica o exposto entende-se que o Sistema Educacional Brasileiro e a educação proposta nos Espaços Prisionais devem relacionar de forma conjunta e dinâmica, práticas educativas que promovam a aprendizagem não apenas significativa “mas sim a aprendizagem relevante de uma cultura viva, que induza à transformação do pensamento comum e o cotidiano do aluno/a” como também, auferir coerentemente no “[...] processo de desenvolvimento e construção de capacidades e formas de ser dos indivíduos, grupos e comunidades” (SACRISTÁN & GÓMEZ, 1998, p.91-2).

Cabe frisar também as palavras de Tachizawa (1999, p.55) ao dizer que: “Um dos grandes problemas com que se defrontam as organizações, inclusive as instituições de ensino, é a visão extremamente segmentada, setORIZADA ou atomística que a maioria tem delas mesmas”.

Com efeito, Assmann (2001, p.89) pondera que as organizações aprendentes devem ‘levar mais a sério a dignidade humana’ como também ‘o redesenho de ambientes educacionais’ que em síntese se refere:

[...] organizações aprendentes implicam numa resignificação, personaliza e coletiva, dos sujeitos aprendentes. Isto significa que tanto os indivíduos envolvidos como a própria dinâmica dos conjuntos organizacionais precisam impregnar-se de um novo humanismo.

Uma visão sistêmica em espaços de ensino requer capacidade adaptativa em que paradigmas engessados, linearidade, conteúdos insignificantes, sejam substituídos pela visão holística de homem e de mundo, por um novo humanismo, pela reconfiguração, adaptabilidade e modernização de recursos didáticos incluindo outras modalidades de ensino e por ‘ecologias cognitivas flexíveis’.

Estas alterações necessitam intercambiar atividades conjuntas, de um lado a Lei de Execução Penal de outro a Legislação Educacional e o mercado de

trabalho para que o enfoque sistêmico ocorra de forma permanente num processo de interação como diz Tachizawa (1999:58): “A abordagem sistêmica, presente em todos os elementos do modelo de gestão, visualiza a instituição de ensino de fora para dentro, de cima para baixo e do geral para o particular”.

Neste conjunto, em que a abordagem sistêmica instaura-se como processo de gestão, considera-se que o processo ensino-aprendizagem, competências e habilidades, redes de informação e comunicação e processo de inovação configuram-se como possibilidades de reeducar detentos de Espaços Prisionais para reinserí-los e ressocializá-los de forma harmônica na sociedade ora vigente.

2.5.3 Quanto à organização sistêmica

As atividades pedagógicas em Espaços Prisionais somam-se a profissionalização (qualificação profissional) como forma de possibilitar reeducação e reinserção social.

Desta forma, baseando-se na abordagem sistêmica em que a soma das partes compõe o todo, é importante ressaltar que a referida abordagem se qualifica em ‘sistema aberto e sistema fechado’, de acordo com Bertalanffy (1975).

Segundo o mesmo autor sistemas fechados “[...] são os que estão isolados de seu ambiente sem nenhum inter-relacionamento com o entorno (p. 63), e os abertos se caracterizam como “[...] aqueles que trocam matéria com o ambiente. Mantém-se em um contínuo fluxo de entrada e de saída, conserva-se mediante a construção e a decomposição de componentes” (p. 55).

Neste sentido, considera-se que os sistemas abertos pelo devir da entrada, processo, saída e retorno ou retroalimentação possibilitam a estratégia proposta para a Educação Básica para jovens e adultos em Espaços Prisionais dimensionar ações de aprendizagem, pois as mesmas decorrem de forma a

intercambiar vaiadas áreas do conhecimento em um todo abrangente como se refere Maturna & Varela (1995, p.32):

[...] o conhecimento é como uma árvore que desenvolveu seu grosso tronco [...]. Nessa árvore do conhecimento brotaram e cresceram os galhos das especializações, isto é, as unidades, que dependem do tronco para sua sobrevivência.

Partindo deste princípio, enfatiza-se o posicionamento de Cristofolini (2003) quando considera que os ambientes abertos mantêm um ciclo operacional de evidência pela sua forma de interação e retroalimentação.

Considerando os Espaços Prisionais um ‘supersistema’ que configura leis específicas, espaço diferenciado para o ‘aprender a aprender’ isto é, o reaprender caracterizando-se como reeducar, reinserir e ressocializar o ‘enfoque sistêmico’ inter-relaciona ações de aprendizagem e de profissionalização levando em consideração conforme Cristofolini (2003, p. 33) “[...] somente o presente sem buscar o conhecimento gerado no passado, as conseqüências dos atos no futuro e as variáveis internas e externas, que poderão influenciar o risco de erro”.



Figura 5: Supersistema Educacional

Pelo exposto na Figura 5 e 6, um Supersistema Educacional Prisional demonstra que um conjunto sistêmico desenvolve suas ações de forma integrada, centrado em um eixo norteador, correlacionando os objetivos

comuns a situações capazes de otimizar formas e recursos que ofereçam aos envolvidos condições de superarem as carências existentes tanto sócio-gerenciais quanto jurídico-pedagógicas.

Com efeito, Lopez (2002, p.131), contribui com estas questões ao referir-se que:

Una organización es un sistema socio-técnico incluido en otro más amplio que es la sociedad con la que interactúa influyéndose mutuamente. También puede ser definida como un sistema social, integrado por individuos y grupos de trabajo que responden a una determinada estructura y dentro de un contexto al que controla parcialmente, desarrollan actividades aplicando recursos en pos de ciertos valores comunes.

Outrossim, não podemos desconsiderar, as variáveis do ambiente externo que possuem influência direta nas ações desenvolvidas sejam de qual ordem for. Neste caso especificamente as variáveis tornam-se mais complexas em função do espaço e público selecionados.

Para tanto, salienta-se a visão de Cristofolini (2003, p.36) ao destacar que: “[...] sistema organizacional aberto é um organismo “vivo” e dinâmico e é necessário uma constante observação para que cresça e se desenvolva de maneira harmônica atendendo a lógica quantitativa e qualitativa dos seus resultados.

Cabe considerar neste sentido que os Espaços Prisionais em uma ‘organização sistêmica’ devem estar interligados as ‘informações sistêmicas’ devendo-se observar ‘o macroambiente’, ‘o ambiente de tarefa’ e o ‘ambiente interno’.

Frente a esta teoria de acordo com o mesmo autor entende-se que o Espaço Prisional é considerado um ‘grande Sistema’ e que as Instâncias Legal e Educacional são os subsistemas. Estes por sua vez, encontram-se interligados cada qual desenvolvendo suas ações de forma multidisciplinar formando ‘um todo unitário’.

No que tange tal entendimento a chave do processo sistêmico que se configura no '**macroambiente**' entendido como o '**ambiente externo**' e nesta tese considerado a 'Sociedade' – reinserção e reintegração, '**o ambiente de tarefa**' a legislação penal e educacional, a estrutura curricular e a modalidade de ensino e o '**ambiente interno**' as condições educacionais, as ações desenvolvidas e os que nela atuam (público alvo e equipe multidisciplinar).

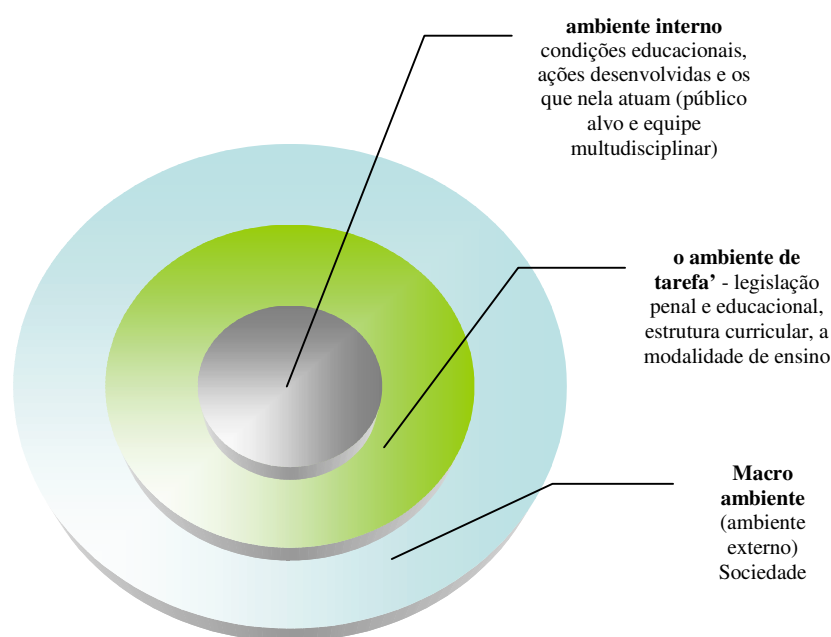


Figura 6: O processo sistêmico e seus ambientes

Neste contexto é importante destacar as colocações que Cristofolini (2003, p.37) relata a respeito: “[...] cada subsistema é parte de um sistema, e como tal constitui um conjunto de funções e atividades interligadas visando atingir o objetivo da instituição através de cada ação em cada subsistema”.

Considerando os elementos que compõem cada ‘ambiente’ parafraseia-se o mesmo autor que discorre o ‘ambiente externo’ em relação às oportunidades, vantagens e desvantagens futuras existentes no ambiente externo. Por sua vez

o 'ambiente interno' é entendido como pontua Tachizawa (1999, p.91) como: “[...] aspirações e valores daqueles que compõem a instituição (gestores, técnicos e funcionários)”, o planejamento, a operacionalização das atividades e as condições para desenvolvê-las. Neste imperativo, o 'macroambiente', se constitui como o ponto de equalização para que atente os sujeitos envolvidos e sua reinserção social.

2.5.4 Quanto o sistema de gestão e planejamento

As atribuições de gerenciamento devem estar intrinsecamente ligadas a todas as ações e necessidades institucionais de qual instância for. Um sistema de gestão deve atender prioritariamente aos substratos estabelecidos via de regra, a missão, visão, filosofia e objetivos propostos. Estes por sua vez, devem estar correlacionados às determinações legais, pedagógicas e sociais e suas ações devem contribuir para a promoção do conhecimento científico tanto no saber individual quanto nas relações de trabalho.

Drucker (1993) é enfático ao dizer que as organizações estão rodeadas de um meio envolvente bastante turbulento caracterizadas por diferenças habituais e os gestores necessitam estar perceptíveis as mudanças e que esta é conseqüentemente a 'única constante' para a qualificação dos que a elas estão inseridos.

Este turbilhão de acontecimentos requer que os gestores educacionais percebam a fluência que as demais organizações possuem ao se depararem com as novas situações emergentes que exigem mudanças significativas e bem sedimentadas para uma rápida tomada de decisão.

Conhecer e entender as necessidades que o mundo exige requer ser perceptível às necessidades de obter melhores recursos, ampliar o nível das informações e enfatizar a apropriação do conhecimento verificando como o

meio ambiente necessita e estabelece as relações multidisciplinares entre trabalho-escola.

Este conjunto de necessidades constitui o Sistema de Gestão como se refere Cristofolini (2003) é buscar resultados e finalidades em que este sistema atenda as demandas envolvidas satisfazendo as expectativas.

Para tanto, Mendes (2002, p.42), destaca três pontos básicos para um gerenciamento dinâmico: “respostas rápidas, serviços eficientes e desburocratização dos processos”.

Desenvolver competências e habilidades baseadas no conhecimento científico, voltadas ao mercado de trabalho/profissionalização e apoiadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), requer que as instâncias formadoras estejam atentas a formas inovadoras de gestão para que o ensino congregue em seu processo o ‘aprender a aprender’ concomitante ao ‘aprender a fazer’ como aborda Freitas (2002, p.40): “diante dos desafios dos novos tempos, cada vez mais há consciência de que as instituições terão de desenvolver não apenas competência acadêmica, mas uma capacidade de gestão mais profissional”.

Neste enfoque Cristofolini (2003, p.40) enfatiza que:

[...] para atender as mudanças de acordo com o perfil e necessidades dos alunos, mercado consumidor, conhecimentos adicionais práticos dos professores, descentralização da gestão, otimização de recursos financeiros e equipamentos e principalmente, acompanhar a evolução tecnológica e necessidade de rapidez nas informações corretas.

Sendo assim, um sistema de gestão deve se caracterizar pelo comprometimento entre os pares, e os demais agentes envolvidos, assim, assegurar um caráter multidisciplinar em que o fazer pedagógico e o fazer profissional se consolidem no crescimento, continuidade e sobrevivência das ações propostas pelos gestores.

Mediante tais colocações é primaz entender a definição de gestão que Tavares (2000, p.32) com propriedade define como sendo “[...] uma forma mais ampla de gerenciar, ou seja, vai do planejamento à execução e avaliação dos resultados”.

Cabe considerar que, uma Estratégia Didático-Pedagógica para a Educação Básica e profissionalização de jovens e adultos em Espaços Prisionais na Modalidade de Educação a Distância requer ação gestacional conjunta das diversas áreas de atuação de forma estruturada e unívoca e que o conhecimento adote caráter multidisciplinar onde as disciplinas se comuniquem teórica e metodologicamente numa dimensão que revitalize o pensamento inter e intrapessoal.

Planejar estrategicamente requer atividade unívoca, estruturada como um processo permanente, flexível, renovável e coletivo. A isso cabe ressaltar Kotler (1975), pois este entende planejamento estratégico como uma metodologia para direcionar as ações de uma organização possibilitando maior interação com os ambientes de atuação. Nesta mesma linha de pensamento Teixeira (1980), discorre sobre a ação planejadora como a previsão para o ‘resultado final’ estabelecendo ‘alternativas e condições para alcançá-las’.

Sob esta visão, o planejamento estratégico deve considerar como diz Cristofolini (2003) ‘um todo de forma sistêmica’, integrando-se relativamente à proposta estabelecida. Ressalta também, que: “[...] é preciso alcançar determinadas metas, não importa em que prazo, é preciso deter-se e planejar qual caminho deve-se tomar para atingir estas metas. E é preciso acompanhar de perto a realização de cada etapa do plano” (p.42).

Portanto, planejar estrategicamente em Espaços Prisionais para gerir a Educação Básica e a Profissionalização como diz Teixeira (1980) requer considerar o contexto envolvendo aspectos físicos, estruturais e financeiros bem como as ações didático-pedagógicas para que o ato do ensino e da

aprendizagem ocorram de forma harmônica como pontua Assmann (2001, p. 26):

A pedagogia escolar deve estar ciente, por um lado, de que não é a única instância educativa, mas, pelo outro, não pode renunciar a ser aquela instância educacional que tem o papel peculiar de criar conscientemente experiência de aprendizagem, reconhecíveis como tais sujeitos envolvidos. Para adquirir essa consciência deve estar atenta, sobretudo, ao fato de que a corporeidade aprendente de seres vivos concretos é a sua referência básica de critérios.

Em função de tais considerações, entende-se que um planejamento estratégico para Espaços Prisionais deve considerar de forma sistêmica as ações estratégicas para de forma pró-ativa se interrelacionar com as variadas instâncias que possibilitarão um redimensionamento na base estrutural das ações a ser desenvolvidas, assim atingir os resultados esperados.

Estabelecer metas, projetar ações é definir políticas de atuação. Padilha (2002) considera que um projeto educacional deve caminhar para a 'formação cidadã' e que requer traçar suas relações atendendo no seu formato, o desenvolvimento atual e futuro. Também, deve estabelecer seu marco 'referencial' para a construção e operacionalização das atividades que nortearão todo processo educativo.

Tal relação requer que sejam estruturas ações em o planejamento estratégico ocorra de forma flexível e contribua para a adaptabilidade das necessidades da clientela como Mota de Castro (1988) se refere dizendo que o planejamento estratégico deve ser entendido como um 'processo contínuo' e que possibilite 'tomada de decisão' atendendo os objetos propostos.

Cabe observar neste contexto, as colocações que Cristofolini (2003, p.43) afirma quanto ao planejamento estratégico:

O que precisa é que o planejamento estratégico seja viável, flexível, levar em consideração os fatores tanto internos como os externos, e devem ser respeitados no momento da tomada de decisão. Para isto, ele tem que ser voltado para os interesses da organização como um todo. O planejamento deve ser visto como uma "oportunidade" que pode determinar a locação de estratégias e recursos para atingir os objetivos de uma forma coerente e realista. Saber onde quer

chegar e ter bem claro qual é o objetivo da organização, e qual área realmente vai atuar, é imprescindível.

Sendo o planejamento estratégico o ponto de referência para as ações a serem desenvolvidas reafirma-se as considerações do mesmo autor quando enfatiza na sua teoria que:

[...] o planejamento estratégico não deva ser uma ferramenta utilizada por si só, mas deverá vir acompanhada da Gestão Estratégica. Pois, se o planejamento deve ser feito com o pensamento sistêmico, não há como esquecer da gestão estratégica, visto que esta vem complementar o planejamento quando ela trata da implementação do próprio planejamento. Então, é preciso entender a organização como um sistema que deverá ser planejado desde o diagnóstico até à implementação das ações. Ou seja, não se faz planejamento estratégico, mas **Planejamento de Gestão Estratégica**, que incorpora o planejamento, a viabilização, implantação, execução e acompanhamento dos resultados.

Para tanto, a organização de um planejamento estratégico a ser desenvolvido nos Espaços Prisionais possibilitará o dimensionamento das ações e dar sustentabilidade aos objetivos traçados assim, atingi-los.

A formulação de objetivos, a análise interna e as limitações da organização, os recursos financeiros, tecnológicos, de pessoal, dentre outros, a análise externa e a organização das estratégias de ação articulados sistemicamente, darão consistência ao desenvolvimento do projeto a ser implantado.

Frente a isto, mostra-se um esboço macro do planejamento estratégico para nortear a política de desenvolvimento para a implantação da Estratégia Didático-Pedagógica nos Espaços Prisionais.

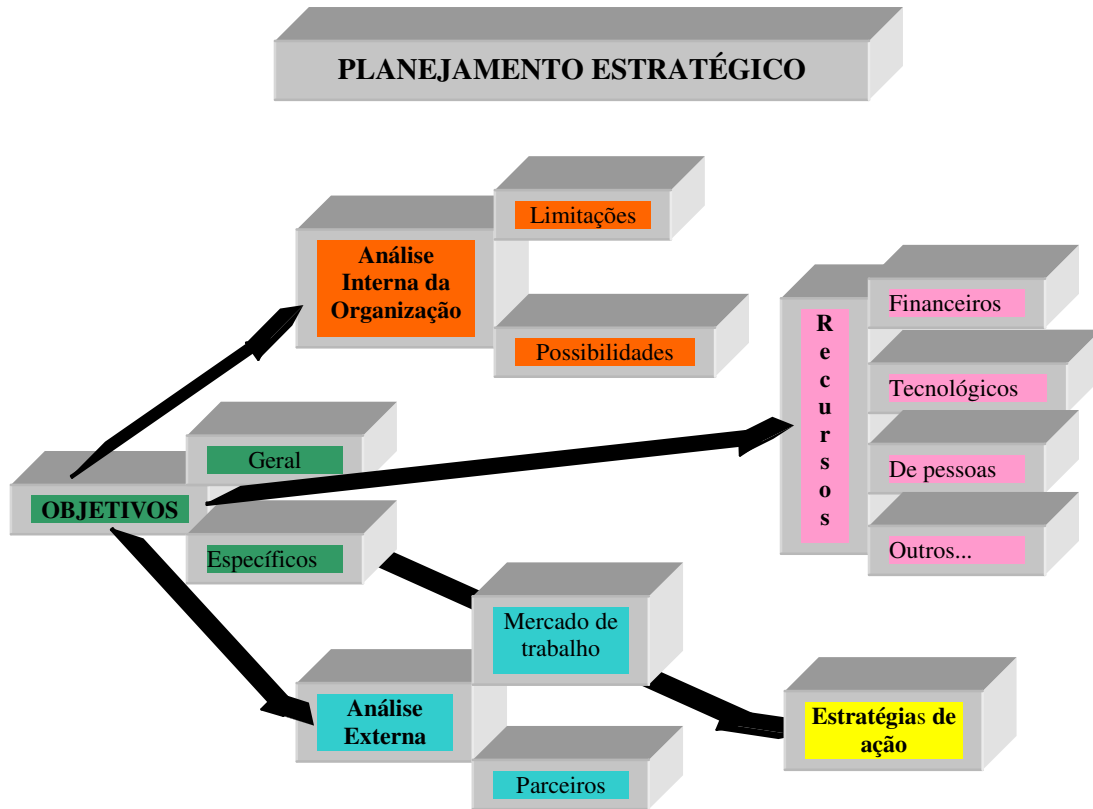


Figura 7: Planejamento Estratégico 1



Figura 8: Planejamento Estratégico2

CAPÍTULO 3

3 EXPOSIÇÃO QUANTITATIVA DA PESQUISA

3.1 Caracterização

Apresentam-se neste capítulo os resultados, a discussão e análise dos dados obtidos na pesquisa documental realizada nos Espaços Prisionais do Estado de Santa Catarina, com base nos pressupostos metodológicos referenciados no Capítulo 1.

Os dados desta pesquisa, são advindos do Ministério de Justiça do Departamento Penitenciário Nacional – Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – OnfoPen, realizado em abril de 2007.

3.2 Resultado da pesquisa, discussão e análise dos dados

Segundo dados do IBGE (2007), o Brasil possui uma população de 188.298.099 habitantes. E, no III Fórum Educacional do Mercosul realizado em Belo Horizonte no ano de 2006, mostrou-se que no Brasil cento e quarenta e nove mil pessoas estavam encarceradas e destas, 90% classificadas como analfabetas.

Em Santa Catarina, o total de habitantes soma **5.351.360 pessoas**, sendo do sexo masculino 2.669.311 e do sexo feminino 2.682.049 pessoas.

A população carcerária no Estado de Santa Catarina registrada pela Secretaria de Justiça (11.155) incluindo os presos provenientes da Polícia Federal (82) **totalizam 11.237 detentos**. Destes, 10.443 são do sexo masculino e 794 do sexo feminino. Estes dados são provenientes de duas fontes informacionais:

Secretaria de Justiça caracterizado nesta tese por SJ e Estabelecimento Penal por EP.

Os dados fornecidos pelo Estabelecimento Penal caracteriza-se quantitativamente a população carcerária em: 10.983 detentos. Sendo do sexo masculino **10.309 detentos** e do sexo feminino **674**.

Entende-se que a diferença existente entre os dados da Secretaria de Justiça e os dados fornecidos pelos Estabelecimentos Penais sejam devido a rotatividade caracterizada por fugas, reincidências, troca de espaços prisionais, remissão de pena, morosidade dos processos legais, dentre outras situações.

Os “presos internados” no Sistema Penitenciário Catarinense cumprem suas sentenças judiciais sob **seis** tipos de regime de internação de acordo com a Secretaria de Justiça (SJ), Polícia/Justiça Federal e Estabelecimento Penal (EP). Estes são aplicados para ambos os sexos conforme exposto abaixo nas tabelas 2, 3 e 4.

| Quantidade de Presos/Internados – Sistema Penitenciário - Secretaria de Justiça (SJ) | Regime de Internação | Masculino | Feminino | Total |
|--|---|-----------|----------|---------------|
| | Regime Fechado | 3.681 | 145 | 3.826 |
| | Regime Semi Aberto | 2.024 | 252 | 2.276 |
| | Regime Aberto | 1.238 | 77 | 1.315 |
| | Presos Provisórios | 3.315 | 310 | 3.625 |
| | Medida de Segurança-Internação | 106 | 00 | 106 |
| | Medida de Segurança – Tratamento ambulatorial | 07 | 00 | 07 |
| | TOTAL | | | 11.155 |

Tabela 2: Regime de internação e população internada – SJ

| Quantidade de Presos/Internados – Advindos da Polícia/Justiça Federal | Regime de Internação | Masculino | Feminino | Total |
|---|---|-----------|----------|-----------|
| | Regime Fechado | 12 | 02 | 14 |
| | Regime Semi Aberto | 13 | 02 | 15 |
| | Regime Aberto | 12 | 03 | 15 |
| | Presos Provisórios | 35 | 03 | 38 |
| | Medida de Segurança-Internação | 00 | 00 | 00 |
| | Medida de Segurança – Tratamento ambulatorial | 00 | 00 | 00 |
| | TOTAL | | | 82 |

Tabela 3: Regime de internação Polícia/Justiça Federal

| Quantidade de Presos/Internados – Estabelecimento Penal (EP) | Regime de Internação | Masculino | Feminino | Total |
|--|---|-----------|----------|---------------|
| | Regime Fechado | 3.669 | 146 | 3.815 |
| | Regime Semi Aberto | 2.130 | 150 | 2.280 |
| | Regime Aberto | 1.105 | 70 | 1.175 |
| | Presos Provisórios | 3.291 | 307 | 3.598 |
| | Medida de Segurança-Internação | 107 | 01 | 108 |
| | Medida de Segurança – Tratamento ambulatorial | 07 | 00 | 07 |
| | TOTAL | | | 10.983 |

Tabela 4: Regime de internação e população internada – EP

De acordo com a Secretaria de Justiça (Tabela 2) os detentos que cumprem suas penas em **Regime Aberto, Medida de Segurança-Internação e Tratamento Ambulatorial** somam 1.351 homens e 77 mulheres **totalizando 1428** pessoas.

Nos Regimes **Provisórios, Fechado e Semi Aberto** estão internados 9020 homens e 707 mulheres, **totalizando 9.727** pessoas internadas.

Já os Presos/Internados pela Polícia/Justiça Federal (Tabela 3) em Estabelecimentos Prisionais catarinenses totalizam **82 detentos**. Em **Regime Aberto, Medida de Segurança-Internação e Tratamento Ambulatorial** têm-se 15 internados, destes 12 são homens e 03 mulheres. Nos regimes **Provisórios, Fechado e Semi Aberto** totalizam **67 pessoas**. Destas 60 são homens e sete mulheres.

Em contrapartida pelos dados fornecidos por Estabelecimento Penal (Tabela 4) **totalizam 10.983**. No **Regime Aberto, Medida de Segurança-Internação e Tratamento Ambulatorial** totalizam **1.290 internados** sendo: 1.219 homens e 71 mulheres. Já nos regimes **Provisórios, Fechado e Semi Aberto** somam-se **9.693** internados. Destes 9.090 são do sexo masculino e 603 são do sexo feminino.

Devido a diferença numérica das informações optou-se em analisar os dados registrados na Secretaria de Justiça e os dados da Polícia/Justiça Federal.

Frente a estes dados, as tabelas 5, 6 e 7 apresentam a população prisional de Santa Catarina caracterizadas na totalidade e por diferenciação de gênero.

| Quantidade TOTAL de Presos/ Internados | | Secretaria de Justiça | Estabelecimento Penal | Diferença em SJ e EP | Polícia/ Justiça Federal | Secretaria de Justiça + Polícia Federal |
|--|---|-----------------------|-----------------------|----------------------|--------------------------|---|
| | | | | | | |
| | Regime de Internação | | | | | |
| | Regime Fechado | 3.826 | 3.815 | 11 | 14 | 3.840 |
| | Regime Semi Aberto | 2.276 | 2.280 | 04 | 15 | 2.291 |
| Secretaria de Justiça (SJ) | Regime Aberto | 1.315 | 1.175 | 140 | 15 | 1.330 |
| Estabelecimento Penal (EP) | Presos Provisórios | 3.625 | 3.598 | 27 | 38 | 3.663 |
| Polícia/Justiça Federal | Medida de Segurança-Internação | 106 | 108 | 02 | 00 | 106 |
| | Medida de Segurança – Tratamento ambulatorial | 07 | 07 | 00 | 00 | 07 |
| | TOTAL | 11.155 | 10.983 | 184 | 82 | 11.237 |

Tabela 5: Total de Presos/Internados – ambos os sexos em SC

| Quantidade TOTAL de Presos/ Internados do Sexo Masculino | | Secretaria de Justiça | Estabelecimento Penal | Diferença em SJ e EP | Polícia/ Justiça Federal | Secretaria de Justiça + Polícia Federal |
|--|---|-----------------------|-----------------------|----------------------|--------------------------|---|
| | | | | | | |
| | Regime de Internação | | | | | |
| | Regime Fechado | 3.681 | 3.669 | 12 | 12 | 3.693 |
| | Regime Semi Aberto | 2.024 | 2.130 | 106 | 13 | 2.037 |
| Secretaria de Justiça (SJ) | Regime Aberto | 1.238 | 1.105 | 133 | 12 | 1.250 |
| Estabelecimento Penal (EP) | Presos Provisórios | 3.315 | 3.291 | 24 | 35 | 3.350 |
| Polícia/Justiça Federal | Medida de Segurança-Internação | 106 | 107 | 01 | 00 | 106 |
| | Medida de Segurança – Tratamento ambulatorial | 07 | 07 | 00 | 00 | 07 |
| | TOTAL | 10.371 | 10.309 | 276 | 72 | 10.443 |

Tabela 6: Total de Presos/Internados do sexo masculino em SC

| Quantidade TOTAL de Presos/ Internados do Sexo Feminino | | Secretaria de Justiça | Estabelecimento Penal | Diferença em SJ e EP | Polícia/ Justiça Federal | Secretaria de Justiça + Polícia Federal |
|---|----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|--------------------------|---|
| | | | | | | |
| | Regime de Internação | | | | | |
| Secretaria de Justiça (SJ) | Regime Fechado | 145 | 146 | 01 | 02 | 147 |
| Estabelecimento | Regime Semi Aberto | 252 | 150 | 102 | 02 | 254 |
| | Regime Aberto | 77 | 70 | 07 | 03 | 80 |

| | | | | | | |
|--|---|------------|------------|------------|-----------|------------|
| Penal (EP) Polícia/Justiça Federal | Presos Provisórios | 310 | 307 | 03 | 03 | 313 |
| | Medida de Segurança- Internação | 00 | 01 | 01 | 00 | 00 |
| | Medida de Segurança – Tratamento ambulatorial | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| | TOTAL | 784 | 674 | 114 | 10 | 794 |

Tabela 7: Total de Presos/Internados do sexo feminino em SC

Portanto, apenas **7,06% da população** carcerária de Santa Catarina são do **sexo feminino** e a quantidade de **homens** detidos **totaliza 92,94%** desta população. Entende-se que pela quantidade de homens reclusos é de extrema necessidade articular ações específicas para esta população, com atividades que propiciem enfrentar o mercado de trabalho e assim a reinserção social.

A tabela 8 a seguir, apresenta a **Faixa Etária** dos reeducandos nos Espaços Prisionais de Santa Catarina:

| | Faixa Etária | Masculino | Feminino | Total |
|--------------------------------|------------------------|------------------|-----------------|--------------|
| Presos por faixa etária | 18 a 24 anos | 2.587 | 157 | 2.744 |
| | 25 a 29 anos | 2.257 | 129 | 2.386 |
| | 30 a 34 anos | 1.625 | 90 | 1.715 |
| | 35 a 45 anos | 1.356 | 104 | 1.460 |
| | 46 a 60 anos | 576 | 36 | 612 |
| | Mais de 60 anos | 109 | 02 | 111 |
| | Total | 8.510 | 518 | 9.028 |
| Diferença quantitativa | Total de presos | | | |
| | 11.237 | 10.443 | 794 | 2.209 |

Tabela 8: Presos por faixa etária

A população de maior número de reclusos se dá entre 18 a 29 anos com um total de 4.844 pessoas equivalendo a 43,1% da população carcerário. Uma população jovem que tem a possibilidade no tempo de reclusão estar estudando, se qualificando profissionalmente para que ao retorno à sociedade não voltem a delinqüir.

A busca da identidade, direitos a todos os indivíduos de se constituírem como cidadãos, uma vida mais digna, mais solidária, estruturada numa ação conjunta entre estado e sociedade civil, deve alvorecer relações entre o 'homem e o

munho', para estabelecer uma dimensão que oportunize uma 'vida melhor' (CAMPESTRINI, 2002). Esta situação deve estar estabelecida, fixada nos Espaços Prisionais como alerta Kornhouser (apud Delors, 2000: p. 233-4):

Não basta aproveitar as oportunidades à medida que elas se nos apresentam. Devemos criar essas mesmas oportunidades [...] Há necessidade de uma nova perspectiva do desenvolvimento [...] O 'desenvolvimento' deve ser a promessa otimista de uma vida melhor para todos [...].

Quanto à **nacionalidade** dos internados em Espaços Prisionais de Santa Catarina, dos 11.237 presos, 9.302 são brasileiros natos perfazendo um total de 82,7% da população carcerária conforme demonstrado na Tabela 9 a seguir:

| Presos por nacionalidade | Nação | Masculino | Feminino | Total |
|--------------------------|-------------------------|-----------|----------|-------|
| | Brasileiro nato | 9.302 | 627 | 9.929 |
| | Brasileiro naturalizado | 04 | 00 | 04 |
| | Estrangeiro | 29 | 04 | 33 |
| | Total | 9.335 | 631 | 9.966 |
| Diferença quantitativa | Total de Presos | 1108 | 163 | 1.271 |
| | 11.237 | | | |

Tabela 9: Presos por nacionalidade

Quanto a **cor de pele e etnia** a Secretaria de Justiça caracteriza em seis raças e quantifica, conforme dados apresentados na Tabela 10.

| Presos cor de pele e etnia | Raça | Masculino | Feminino | Total |
|----------------------------|-----------------|-----------|----------|-------|
| | Branca | 4.744 | 343 | 5.087 |
| | Negra | 1.336 | 46 | 1.382 |
| | Parda | 1.931 | 104 | 2.035 |
| | Amarela | 154 | 04 | 158 |
| | Indígena | 36 | 02 | 38 |
| | Outras | 52 | 00 | 52 |
| | Total | 8.253 | 499 | 8.752 |
| Diferença quantitativa | Total de Presos | 2.190 | 295 | 2.485 |
| | 11.237 | | | |

Tabela 10: Cor de pele e etnia

Estes dados demonstram que o maior número de internados no Estado de Santa Catarina são **brancos**, tanto no sexo masculino quanto no feminino.

Quanto a **Capacidade Ocupacional** do Sistema Prisional de Santa Catarina está estruturada por número de vagas e também existe diferença nos dados fornecidos entre a Secretaria de Justiça e os Estabelecimentos Penais.

| Número de Vagas | Tipo | Masculino | Feminino | Total |
|------------------------|--------------------------------|--------------|------------|--------------|
| Secretaria de Justiça | Sistema Prisional | 5.554 | 386 | 5.940 |
| Estabelecimento Penal | Regime Fechado | 3.739 | 123 | 3.862 |
| | Regime Semi-Aberto | 561 | 12 | 573 |
| | Regime Aberto | 218 | 00 | 218 |
| | Presos Provisórios | 1.811 | 251 | 2.062 |
| | Medida de Segurança-Internação | 98 | 00 | 98 |
| | Total | 6.427 | 386 | 6.813 |
| Diferença quantitativa | | | | 873 |

Tabela 11: Número de vagas em Estabelecimentos Penais

O Sistema Prisional Catarinense possui **34 (trinta e quatro) Estabelecimentos Penais** de acordo com a Secretaria de Justiça. Estes se dividem em cinco tipos que compreendem e assim se quantificam conforme a Tabela 12. No que diz respeito às Seções internas, não se quantificam, pois estão vinculadas aos tipos já existentes, fazendo parte de um ou outro tipo de Estabelecimento Penal.

| | Tipos | Masculino | Feminino | Total |
|---|--|----------------------|----------|-----------|
| Estabelecimentos Penais | Penitenciárias ou Similares | 05 | 00 | 05 |
| | Colônias Agrícolas, Industriais ou Similares | 01 | 00 | 01 |
| | Casas de Albergados ou Similares | 01 | 00 | 01 |
| | Centro de Observações ou Similares | 00 | 00 | 00 |
| | Cadeias Públicas ou Similares | 26 | 01 | 27 |
| | Total | | | 34 |
| | Seções Internas | Creches ou Similares | 00 | 00 |
| Seções para Gestantes/Parturientes ou Similares | | -- | 00 | 00 |
| Berçários ou Similares | | 00 | 06 | 06 |
| Total | | | | 06 |

Tabela 12: Estabelecimentos Penais

Tem-se deste modo, 11.237 reclusos, sendo 10.443 homens para 5554 vagas em 33 estabelecimentos penais, assim uma população de 1.88 por vaga. No que refere as mulheres 794 reclusas para 386 vagas em um estabelecimento penal.

Estes dados demonstram que existe superlotação nos Estabelecimentos Penais prejudicando o desenvolvimento das atividades de reeducação, ou seja, de qualquer atividade a ser desenvolvida.

Foucault (2001) ao insistir que a prisão deve imprimir um caráter não apenas de 'punição' mas de 'utilidade penal' e deste modo conduzir o recluso (a) a experienciar a própria vida deparamo-nos com espaços prisionais que não atendem as necessidade humanas para que haja verdadeiramente reeducação, reinserção e ressocialização. Frente a isto, considera-se novamente o mesmo autor que com propriedade afirma:

A arte de punir deve portanto repousar sobre toda uma tecnologia da representação. A empresa só pode ser bem sucedida se estiver inscrita numa mecânica natural. Semelhante a gravitação dos corpos, uma força secreta nos empurra para nosso bem-estar. Esse impulso só é afetado pelos obstáculos que as leis lhe opõem. Todas as várias ações do homem são efeitos dessa tendência interior (p.87).

Quanto ao **Nível de Instrução** (Tabela 13 e 14) os dados obtidos nas fontes pesquisadas assim se apresentam:

| Presos/Internados por Nível de Instrução | Nível de Instrução | Masculino | Feminino | Total |
|---|-----------------------------------|------------------|-----------------|--------------|
| | Analfabeto | 385 | 21 | 406 |
| | Alfabetizado | 2.442 | 111 | 2.553 |
| | Ensino Fundamental Incompleto | 3.784 | 232 | 4.016 |
| | Ensino Fundamental Completo | 1.879 | 142 | 2.021 |
| | Ensino Médio Incompleto | 884 | 80 | 964 |
| | Ensino Médio Completo | 720 | 40 | 760 |
| | Ensino Superior Incompleto | 62 | 17 | 79 |
| | Ensino Superior Completo | 37 | 04 | 41 |
| | Ensino acima de Superior Completo | 01 | 00 | 01 |
| | Total | 10.841 | | |

Tabela 13: Nível de Instrução

A diferença numérica entre o total de detentos e os dados numéricos – nível de instrução apresentados acima, dá-se pela informação apenas obtida pelos Estabelecimentos Penais.

Considerando os dados totais de reclusos nos três segmentos descritos Secretaria de Justiça, Estabelecimentos Penais e Polícia Federal que totalizam 11237, destes 10.841 estão computados no nível de instrução. Considera-se que a diferença de 396 reeducandos seja desvio padrão dos números fornecidos.

| Dados Gerais Totais de Internados | Secretaria de Justiça | Estabelecimentos Penais | Polícia Federal | Total |
|---|------------------------------|--------------------------------|------------------------|--------------|
| | 11.155 | 10.983 | 82 | 11.237 |
| Diferença existente – Nível de Instrução | | 10.841 | | 396 |

Tabela 14: Totais de Presos/Internados

Os internados que possuem **Ensino Fundamental incompleto** totalizam 6.975 reeducandos e no **Ensino Médio incompleto** são 964 pessoas.

Tem-se, portanto 7.939 reeducandos que necessitam concluir seus estudos na Educação Básica isto compreende 70,6% da população carcerária com defasagem educacional.

Convergir ações e opções de educação sistematizada é corresponder às necessidades individuais e em contra partida assegurar o desenvolvimento econômico, social, político e cultural de uma nação, como coloca Delors (2000, p. 130) ao reporta-se a educação de jovens e adultos:

Os programas de Educação Básica e de alfabetização são, em geral, mais atraentes se estiverem associados à aquisição de competências úteis à agricultura, ao artesanato ou a outras atividades econômicas. A educação de adultos é, também, excelente ocasião de abordar as questões como meio ambiente e da saúde, a educação em matéria de população e a educação pra a compreensão de valores e culturas diferentes. A utilização dos meios de comunicação social pra fins educativos pode contribuir

para dar a conhecer ao adulto um mundo que ultrapassa o quadro da sua reduzida experiência individual e, em especial a ciência e a tecnologia, omnipresentes no mundo moderno (...).

Assim, vê-se que os dados acima expostos evidenciam a importância e necessidade da oferta da educação sistematizada para estes atores sociais, tanto nas questões profissionais, quanto para a formação pessoal.

Necessariamente gerir programas de educação é uma necessidade emergencial, para oportunizar a estes seres humanos qualificação formal, profissional e formação para o exercício da cidadania.

Na Declaração de Hamburgo (1997) já se considerou substancialmente a oferta da educação para jovens e adultos como necessidade básica para o século XXI:

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socio-econômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça.

No que se refere aos **Programas de trabalho** os dados obtidos encontram-se descritos de forma ampla, não especificando a variedade de atividades exercidas, mas apenas caracteriza-se em Trabalho Interno e Trabalho Externo como são demonstrados nas tabelas 15 e 16 a seguir:

| | Tipo | Masculino | Feminino | Total |
|--|--------------------------------|------------------|-----------------|--------------|
| Presos em Programas de trabalho Interno | Artesanato | 1556 | 110 | 1666 |
| | Apoio ao Estabelecimento Penal | 1360 | 125 | 1485 |
| | Atividade Rural | 802 | 00 | 802 |
| | Outros | 1974 | 101 | 2075 |
| | Total | 5692 | 336 | 6028 |

Tabela 15: Trabalho Interno

| Presos em Programas de trabalho Externo | Tipo | Masculino | Feminino | Total |
|---|------------------------|------------|-----------|------------|
| | Empresa Privada | 226 | 13 | 239 |
| | Administração Direta | 240 | 14 | 254 |
| | Administração Indireta | 13 | 03 | 16 |
| | Outros | 38 | 05 | 43 |
| | Total | 517 | 35 | 552 |

Tabela 16: Trabalho Externo

Num horizonte de 11.237 reclusos, 58,55% dos internados participam de programas de trabalho interno e Externo.

Tem-se uma população carcerária de 10.443 **homens** e destes **somente 59,4% participam dos programas oferecidos**. Já a população **feminina** totaliza 794 pessoas e destas 371 participam destes programas perfazendo **somente 46,8%**. Há necessidade de implementação destas atividades para que a ociosidade existente seja suprimida e seja aproveitado o tempo de reclusão para reeducar e não para oportunizar outras formas de criminalidade, como também, ao retornarem à sociedade estes (as) tenham adquiridos algumas habilidades e competências para se inserirem no mercado de trabalho.

Têm-se dados comprobatórios em pesquisa realizada em 2002 por esta pesquisadora, que no Presídio Regional de Tijuca há programas de trabalho interno e externo e que 98% dos reclusos deste Espaço Prisional participam de cursos oferecidos como, por exemplo, espanhol, tapeçaria, tecelagem, cozinheiro, computação, artesanato, garçom, pintura, dentre outros.

Outro item pesquisado foi quanto a **Reinclusão** ao Sistema Penitenciário (no ano vigente). Os dados obtidos mostram que numa dimensão de 11.237 presos apenas 261 retornaram a prisão (Tabela 17). Este dado demonstra que houve baixo índice de reinclusão ficando em 2,32%.

| Reinclusões | Retorno ao Sistema Presidiário | Masculino | Feminino | Total |
|--------------|--------------------------------|------------|----------|-------|
| | | 250 | 11 | 261 |
| Total | | 261 | | |

Tabela 17: Reinclusões

Também se pesquisou o **Tempo Total das Penas** e a **quantidade de pessoas** que cumprem estas penas. Conforme dados na Tabela 18 os dados compreendem:

| Tempo Total das Penas (EP) | Quantidade por ano | Masculino | Feminino | Total |
|----------------------------|-------------------------|--------------|----------|--------------|
| | Até 4 anos | 1.539 | 101 | 1.640 |
| | Mais de 4 até 8 anos | 1.820 | 116 | 1.936 |
| | Mais de 8 até 15 anos | 1.534 | 52 | 1.586 |
| | Mais de 15 até 20 anos | 481 | 14 | 495 |
| | Mais de 20 até 30 anos | 414 | 15 | 429 |
| | Mais de 30 até 50 anos | 115 | 01 | 116 |
| | Mais de 50 até 100 anos | 46 | 01 | 47 |
| | Mais de 100 anos | 08 | 01 | 09 |
| | Total | 6.258 | | |
| Diferença quantitativa | Total de presos | | | 4.979 |
| | 11.237 | | | |

Tabela 18: Tempo total de penas

Estes dados são analisados de duas formas: uma pelo total de presos no Sistema Penitenciário, que há grande diferença quantitativa de dados não computados, pois entre os 11.237 presos em Santa Catarina para este item apenas encontrou-se registro de 6.258 faltando 4.979 a serem analisados.

Pelos dados obtidos dos 6.258 presos citados pelos Estabelecimentos Penais, vê-se que 26,2% cumprem pena até quatro anos; de quatro a trinta anos de pena perfaz 71,05% da população carcerária e de 30 até 100 anos equivale a 2,74%.

Entende-se que há grande possibilidade de desenvolver programas educacionais e de profissionalização visando desenvolver habilidades e

competências para que a reinserção seja significativa inviabilizando o retorno aos espaços penais.

Em toda pesquisa não se obteve dados que em Santa Catarina algum Espaço Penal ofereça a Educação Básica por meio da modalidade da Educação a Distância e também não se obteve informação de que exista algum tipo de **PROGRAMA INTEGRADO** (matriz curricular única que contemple Educação Formal e profissionalização) na Educação Básica.

Isto se caracteriza nesta tese, como uma forma inovadora para gerir educação sistematizada no nível da Educação Básica nos Espaços Prisionais, possibilitando maior acesso e permanência dos reeducandos.

Na pesquisa realizada em 2002 o Reeducando T destacou em uma de suas falas que: "Na sociedade que vivemos, necessariamente, o estudo é a alavanca para o desenvolvimento de nossa humanidade". Pôde-se observar mais uma vez que a educação, o estudo sistematizado, é considerado o 'passaporte para o futuro'.

CAPÍTULO 4

4. A ESTRATÉGIA DIDÁTICO - PEDAGÓGICA PARA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONALIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A aprendizagem é inerente a todo ser humano. É um processo intrínseco que de forma estruturada se correlacionada com as ações desenvolvidas pelo processo formal oportunizado.

O ensino e a aprendizagem se representam pelo conhecimento estruturado por redes semânticas e a respeito Fialho (2001, p. 116) considera que:

A representação de conhecimento, através de redes semânticas, parte do conceito de que a memória humana é associativa. O conhecimento, dentro desse paradigma, é modelado como um conjunto de nós conectados por ligações chamadas arcos que descrevem as relações entre os nós.

Nesta perspectiva pontua-se o mesmo autor (p. 116) quando referencia Woods ao referir-se a Semântica Processual:

Uma rede semântica busca combinar, em um mecanismo simples, a habilidade, não somente de armazenar conhecimento factual, mas também a de modelar as conexões associativas exibidas pelos humanos e que fazem certos itens de informação acessíveis para outros itens de informação.

Neste enfoque, para estudar na modalidade a distância se faz necessário pré-requisitos que permitam ao aprendente alçar vôo na sua aprendizagem, como está apresentado na teoria da cognição mostrada por Fialho (2001, p. 123) sobre o ato de “pegar um lápis” que corresponde a ações revitalizadas pela ação desenvolvida, “[...] o pré-requisito permite conservar um conteúdo constante no processo de realização e, portanto, explicar que uma ação possa exprimir-se da mesma forma a despeito do fato de que ela é de maneira diferente”. Estes pré-requisitos direcionam reflexões para o foco das ações do instrumento para direcionar a prática bem como, o papel dos agentes sejam alunos, sejam professores.

Este direcionamento implica atividades diversas para adequar a estrutura curricular a uma clientela específica na idéia que descomplicar a complexidade do currículo aproximando a realidade educativa nos variados tipos de conhecimentos como Beauchamp (1981, p.114) aborda:

[...] o melhor que podemos fazer é criar ambientes para os indivíduos nos quais caiba a esperança de obter experiências de aprendizagem. A tarefa de quem planeja o currículo consiste em estabelecer a estrutura fundamental de um ambiente no qual os que aprendem podem ter experiências de aprendizagem.

Frente aos aspectos do aprender Mercer e Estepa (1996, p.5) consideram que:

o ensino e a aprendizagem raramente consiste que uma pessoa fale algo a outra em uma transmissão direta de informação. [...] os professores necessitam conhecer o processo inicial de conhecimento e compreensão dos estudantes e monitorar o progresso que realizam. [...] um professor eficiente capacita o estudante a nadar para além do que ele faz e na piscina da atividade intelectual oferecendo apoio e guiando-o suficientemente para impedir seu afundamento e agindo de tal forma que o estudante seja progressivamente capaz de andar por si só nas águas intelectuais cada vez mais profundas. (minha tradução).

Neste sentido, considera-se que aprender pela EaD deve proporcionar ao aprendente uma forma ativa e autônoma de apropriação do conhecimento e que a teoria sistêmica seja intermediadora deste contexto e os saberes mediados se entrecruzem como variadas formas de possibilitar o conhecimento.

As mídias tanto impressas como virtuais devem contemplar na sua forma e formato ações multifacetadas para que a função educativa compreenda uma educação integral nas diversas áreas do saber. Para isto, é necessário que o conjunto de ações entre conteúdo, mídia e suporte pedagógico esteja interligado possibilitando ao aprendente acompanhamento eficiente e eficaz.

Mercer e Estepa (1996, p. 15) pontuam que o processo educativo numa perspectiva sócio-cultural desenvolvido na modalidade de Educação a Distância deve ater-se a pontos chave que compreendem:

a) A aprendizagem é um processo orientado. É social e comunicativo, não meramente individual e mental. b) Educar-se consiste fundamentalmente em aprender certos 'usos de linguagem': os

estilos convencionais de pensar a linguagem e as formas de como o conhecimento se apresenta. As 'regras básicas' que definem o uso da linguagem [...]. c) A qualidade da educação depende da efetiva capacidade dos professores e dos estudantes em estabelecer um 'conhecimento comum' que possa servir de base para que os professores construam andaimes para o desenvolvimento acadêmico dos seus estudantes. (minha tradução)

Partindo da visão que Beauchamp (1981) que mostra a importância de um currículo aberto e flexível e as propostas de Mercer e Estepa (1996) que propõe a ruptura dos estilos convencionais de aprendizagem por meio da Educação a Distância e desta forma organizar uma modelagem estratégica para a Educação Básica configurando-se numa estrutura sistêmica sendo organizada por **Módulos** que compreende as Ciências exatas, humanas, sociais, políticas e as tecnológicas embricadas com o saber profissional.

Qualquer atividade a ser desenvolvida na modalidade a distância requer uma estrutura organizada com recursos midiáticos adequados e funcionais, que possibilite interação e interatividade entre aluno-professor-aluno e entre aluno-aluno e que seja adequada ao nível do aprendente.

Requer também, que os envolvidos no processo possuam conhecimento técnico-científico para que as ações não se desvinculem da forma e formato oferecidos.

4.1 A estratégia didático-pedagógica: sua estrutura e procedimentos operacionais

Considerar a aprendizagem de jovens e adultos especificamente em Espaços Prisionais cabe ponderar algumas considerações específicas decorrente de um processo histórico brasileiro como a precarização de políticas e o modelo educativo existente para esta clientela.

Trata-se neste contexto recuperar as condições de aprendizagem, permitir adaptação à realidade - não passividade, superar as desigualdades, traçar desafios e universalizar o saber.

Pensar Educação de forma diferenciada para qualquer contexto é pensar na sua estrutura organizacional, na legislação, no processo de operacionalização. É pensar nos envolvidos no processo operacional. É ter visão nos efeitos sociais pelas respostas do trabalho executado.

Quando se fala Educação, pensa-se em formas e formatos educacionais que possibilitem o saber; que possibilite ao aprendente visão do eu, do você, do nós; que oportunize a aplicabilidade destes saberes nas instâncias pessoais e sociais.

Neste contexto, se demonstra a Estratégia Didático-Pedagógica para a Educação Básica e profissionalização de jovens e adultos na modalidade de Educação a Distância para ser implantada em Espaços Prisionais compreendendo na sua estrutura onze eixos norteadores para desenvolver o processo ensino-aprendizagem.

Estes eixos centram-se na visão sistêmica proposta por Cristofolini (2003) e na abordagem sócio-interacionista de Vygotsky (1998) que compreende a dimensão de reconhecer de forma sistemática a experiência entre homem e sociedade variados saberes para reestruturar ações sucessivas em busca da reeducação, reinserção e ressocialização.

A estrutura apresentada no Capítulo 2 – Representação Sistêmica demonstra a unidade e inter-relação do modelo proposto.

A seguir se descreve o que cada eixo da Estratégia Didático-Pedagógica propõe neste modelo.

4.1.1 Codificação e decodificação do conhecimento

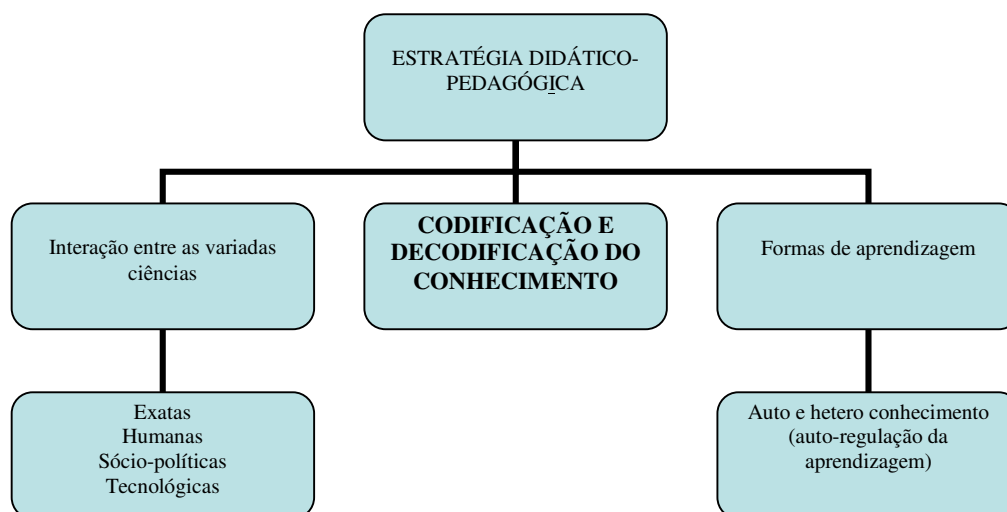


Figura 9: Codifica\u00e7\u00e3o e decodifica\u00e7\u00e3o do conhecimento

As figuras 9 e 10 acima se refere que o conhecimento possibilitado meramente pelo c\u00f3digo escrito da l\u00edngua culta, descaracteriza as dimens\u00f5es propostas pela atual sociedade do conhecimento.

O desenvolvimento de formas de aprendizagem que ofere\u00e7am a intera\u00e7\u00e3o e integra\u00e7\u00e3o entre as ci\u00eancias exatas, humanas, s\u00f3cio-pol\u00edticas e tecnol\u00f3gicas disp\u00f5e inter-relacionar saberes e organizar uma 'arquitetura pedag\u00f3gica' capaz de identificar, analisar e utilizar estes



Figura 10: Conte\u00fados Cient\u00edficos

conhecimentos para uma aprendizagem intencional, reflexiva e sist\u00eamica.

Esta intencionalidade deve voltar-se a aprendizagens que propicie uma relação síncrona entre as ciências e o mercado de trabalho, desenvolvendo competências para o aprender fazendo.

Este processo permitirá ao aprendente auto e hetero regulação da aprendizagem, pois, objetivos, conteúdos e metodologia de ensino estarão correlacionados para garantir a aprendizagem. Frente a isto, Fialho (2006) considera que o conhecimento é um processo dinâmico, pois justifica uma crença pessoal em relação à verdade.

4.1.2 Mudança da estrutura organizacional

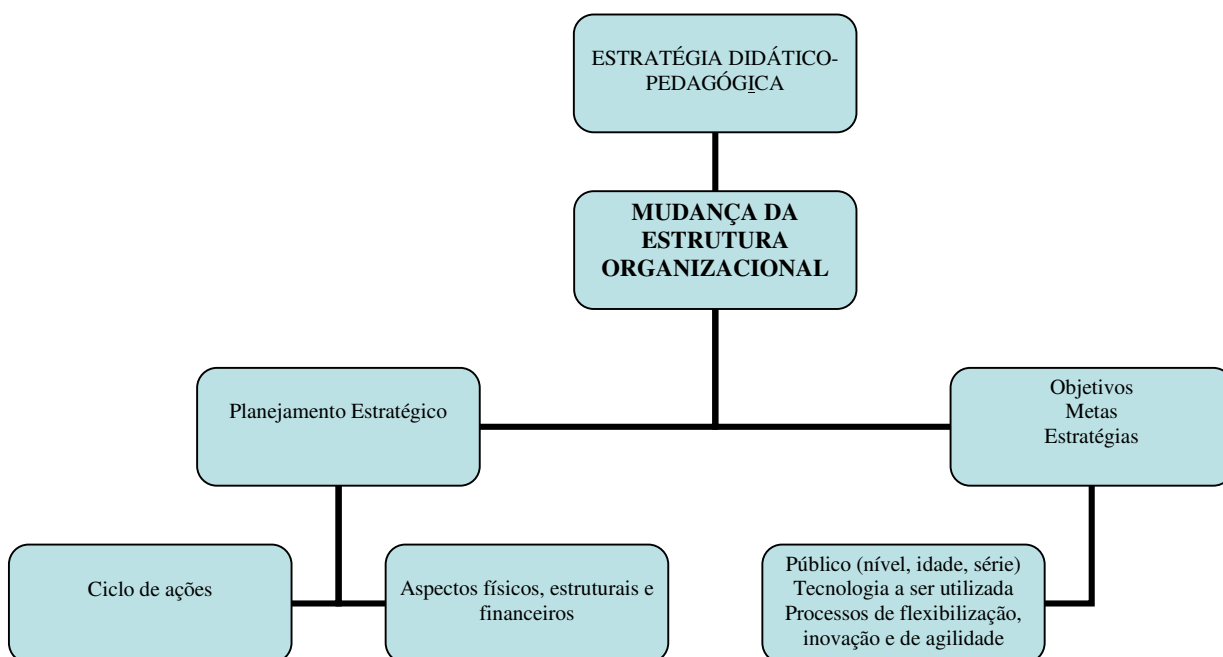


Figura 11: Mudança da estrutura organizacional

É fundamental que o ciclo das ações nos aspectos físicos, estruturais e financeiros (Figura 11) converjam permanentemente para o público a ser atingido, bem como, as tecnologias (mídias) a serem utilizadas deve garantir a

absorção e utilização do modelo estabelecido e conseqüentemente, favorecer eficazmente o processo ensino-aprendizagem.

Para que haja coerência no processo de desenvolvimento, o planejamento estratégico deve permitir o direcionamento das ações e assegurar que os objetivos e metas sejam alcançados.

Tais ações devem possibilitar agilidade nos processos decisórios, articular a competitividade entre o conhecimento científico e o mercado de trabalho, fomentar inovação e agilidade, assegurar o trabalho em equipe de forma multidisciplinar e garantir a viabilização, implantação, execução e acompanhamento dos resultados.

4.1.3 Redes de informação e comunicação

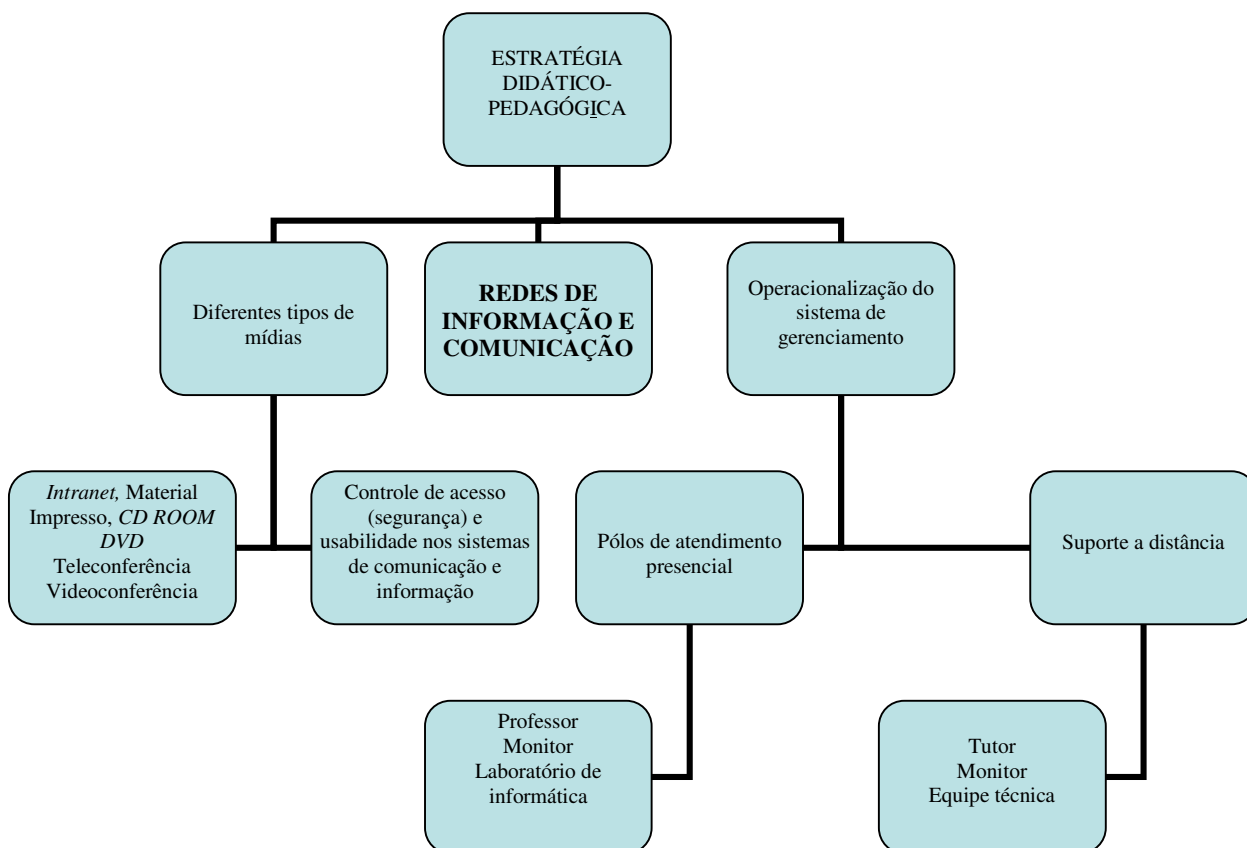


Figura 12: Redes de informação e comunicação

Considerando a figura 12, agregar valor as informações requer estabelecer uma rede semântica no processo de operacionalização e gerenciamento das mídias utilizadas para que os objetivos sejam transformados em realidade.

As redes de comunicação e informação utilizadas para cursos à distância devem estar organizadas num conjunto de ações que inter-relacione as mídias utilizadas bem como a equipe de gerenciamento, pois devem atender a realidade para qual foi propositada.

Cabe salientar as colocações de Stoner (1995) que considera algumas questões importantes quanto às informações: a **qualidade da informação**: maior qualidade, maior segurança; **oportunidade da informação**: disponibilidade correta com ações corretiva; **qualidade da informação**: disponibilidade precisa sem inundações informacionais; **relevância da informação**: o *feed back* do usuário deve ser acatado.

Neste sentido, é necessário que o sistema de gerenciamento das Tecnologias de Informação e Comunicação estabeleçam uma conduta que priorize ações corporativas e cooperativas entre as equipes de trabalho, para que, as atividades pedagógicas de forma eficaz atendam as necessidades individuais dos usuários e conseqüentemente produza conhecimento.

4.1.4 Customização das tecnologias (conhecimentos, processos e produtos)

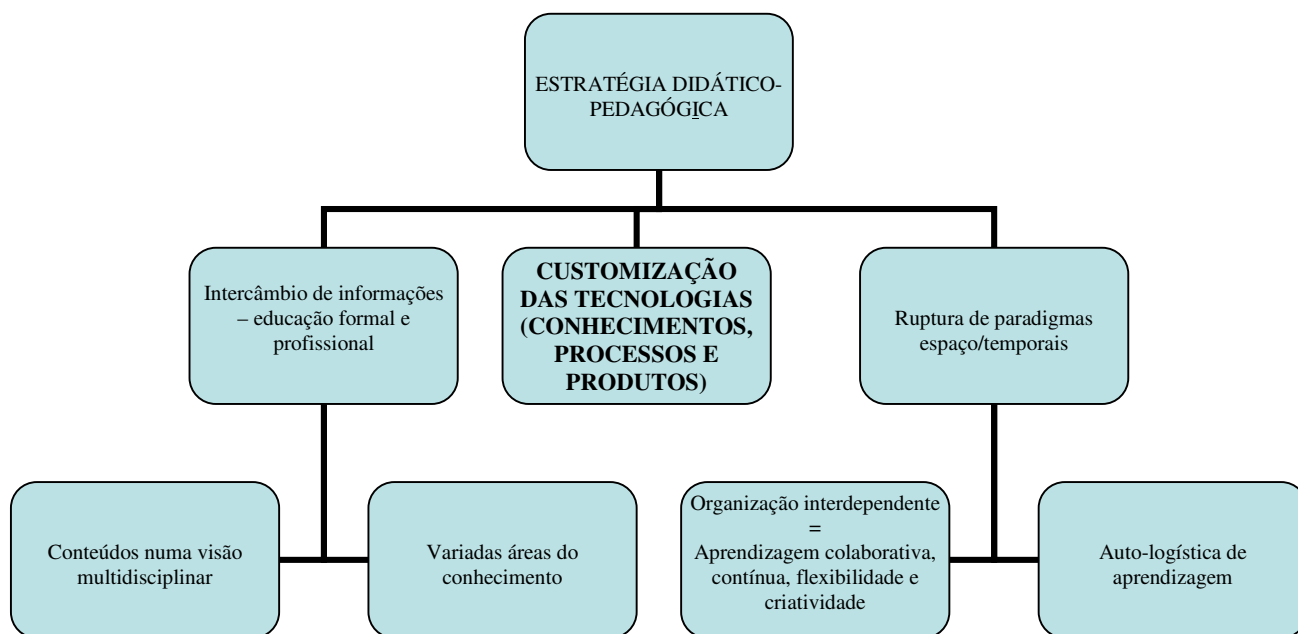


Figura 13: Customização das tecnologias (conhecimentos, processos e produtos)

A figura 13 visualiza a oferta de ensino-educação articulados entre os saberes cientificamente elaborados e os que oportunizem profissionalização remete-se a um legado de ações múltiplas entre o aprender, o aprender a aprender e a auto-logística de aprendizagem.

Vygostsky (1993) é enfático quando fala da aprendizagem que ativa os processos internos no marco das inter-relações. Isto demonstra que intercambiar conhecimento formal com o profissionalizante transcende barreiras produzindo e desenvolvendo formas de potencializar o aprender.

As Tecnologias de Informação e Comunicação possibilitam vantagens neste aspecto, pois fornecem fontes de aprendizagem diversas criando mecanismos de integração entre as diversas áreas do conhecimento e entre os usuários.

Neste sentido a visão sistêmica que trata do ‘macroambiente’, o ‘ambiente de tarefa’ e o ‘ambiente interno’ harmonicamente, contribuem para a auto-aprendizagem de forma contínua, colaborativa, flexível e criativa, pois emanam ações onde o conjunto organizado formando o todo unitário.

4.1.5 Legislação penal e educacional

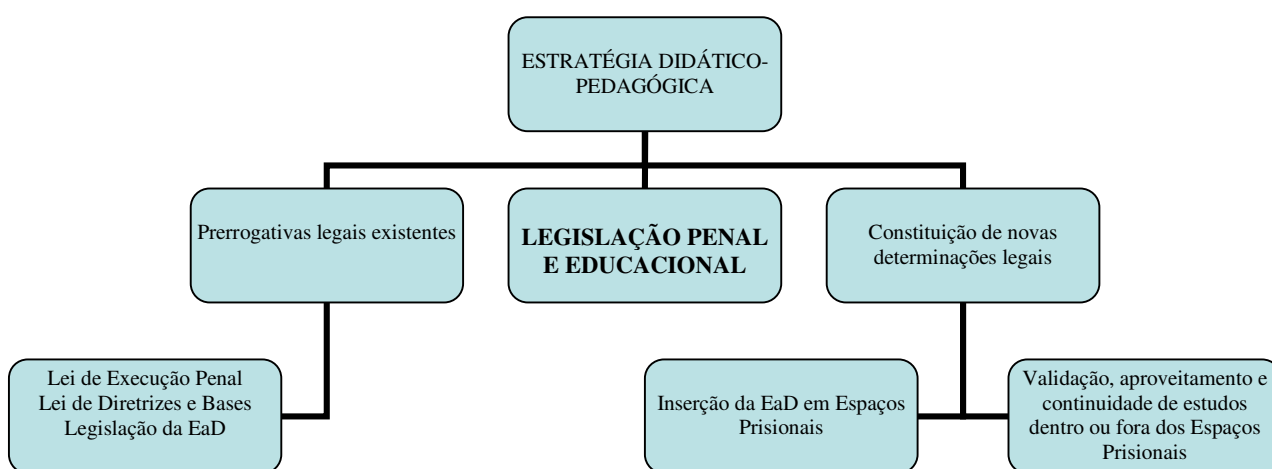


Figura 14: Legislação penal e educacional

A Lei de Execução Penal que determina a educação formal e profissionalizante para reclusos em Espaços Prisionais, bem como a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais que rege toda educação nacional possibilitando acesso a todos, e também diferentes modalidades de ensino – EaD, passa pela necessidade de reorganizar as formas de articular o ensino em Espaços Prisionais (Figura 14).

Por um lado, determinam possibilidades de gerenciamento, por outro restringem formas de gerenciar.

A inserção da Educação a Distância em Espaços Prisionais, deve possibilitar mecanismos de integração de conhecimentos, e melhoria nos processos

internos de gerenciamento, pois, o recluso ao estudar na modalidade de EaD necessita se familiarizar com a modalidade e o sistema, ter suporte e acompanhamento constantes, e que a legislação garanta que ao retornar a sociedade ou ao ser transferido à outros Espaços Prisionais possa dar continuidade e/ou validar seus estudos. Ao pensarmos 'Educação para Todos' a própria legislação necessita reorganizar-se para atender tais demandas.

4.1.6 Educação formal e profissional

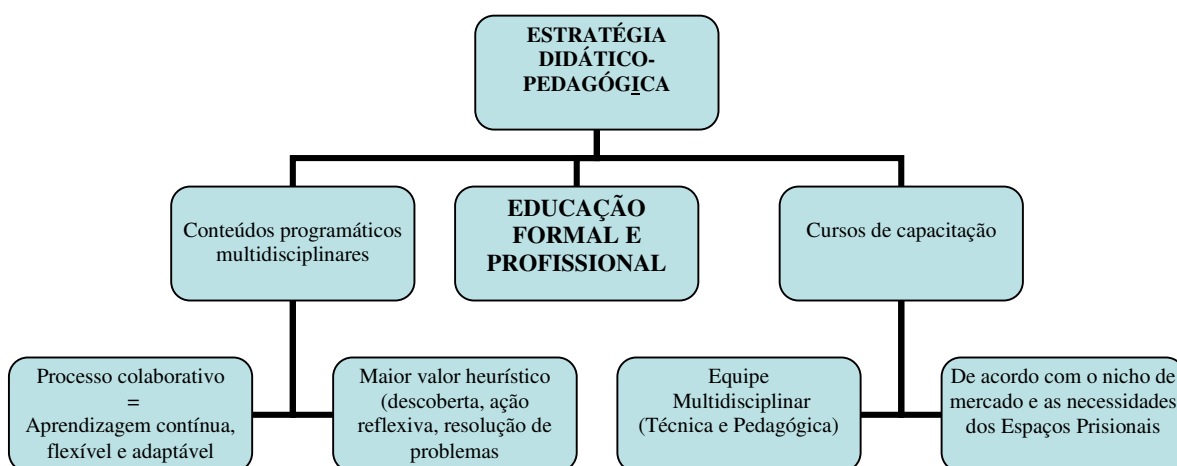


Figura 15: Educação formal e profissional

Estudar de forma contínua, colaborativa, flexível e adaptável é criar um *corpus* de conhecimento (Figura 15).

Pela forma heurística de articulação da proposta desta estratégia o aprendizado transcende os conteúdos hierarquicamente elaborados.

Vê-se neste modelo um formato onde não há série a ser terminada ou outra a ser iniciada. Existe uma continuidade de saberes que interagem entre si, permitindo um aprendizado crescente não havendo reprovação, mas, conquistas evolutivas na apropriação do conhecimento.

Os conteúdos serão desenvolvidos em Módulos (M) de aprendizagem que de forma multidisciplinar articulem variadas ciências e implementem variados saberes.

Assim, os conteúdos devem focar um conjunto de atributos que possibilitem desenvolver habilidades e competências tanto nos saberes das ciências, quanto para desempenhar atividades profissionais. Articular estas duas dimensões é possibilitar interação para a evolução e construção do conhecimento de forma constante e articulada entre si, como é representada na figura 16.

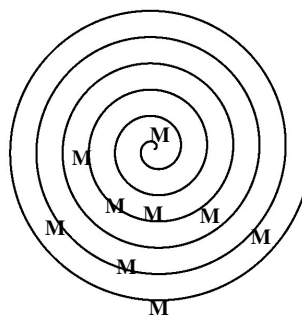


Figura 16: Espiral da evolução do conhecimento

Neste sentido, entende-se que a partir de um eixo norteador organizam-se e implementam-se estratégias de gerenciar o conhecimento. De acordo com Fialho (2006) o conhecimento pode ser: “**Proposicional** = Saber o quê; **Procedural** = Saber como; **Descobridor** = Saber por quê; **Contextual** = Saber quem” e as Figuras 17, 18, 19 e 20, exemplificam esta organização:

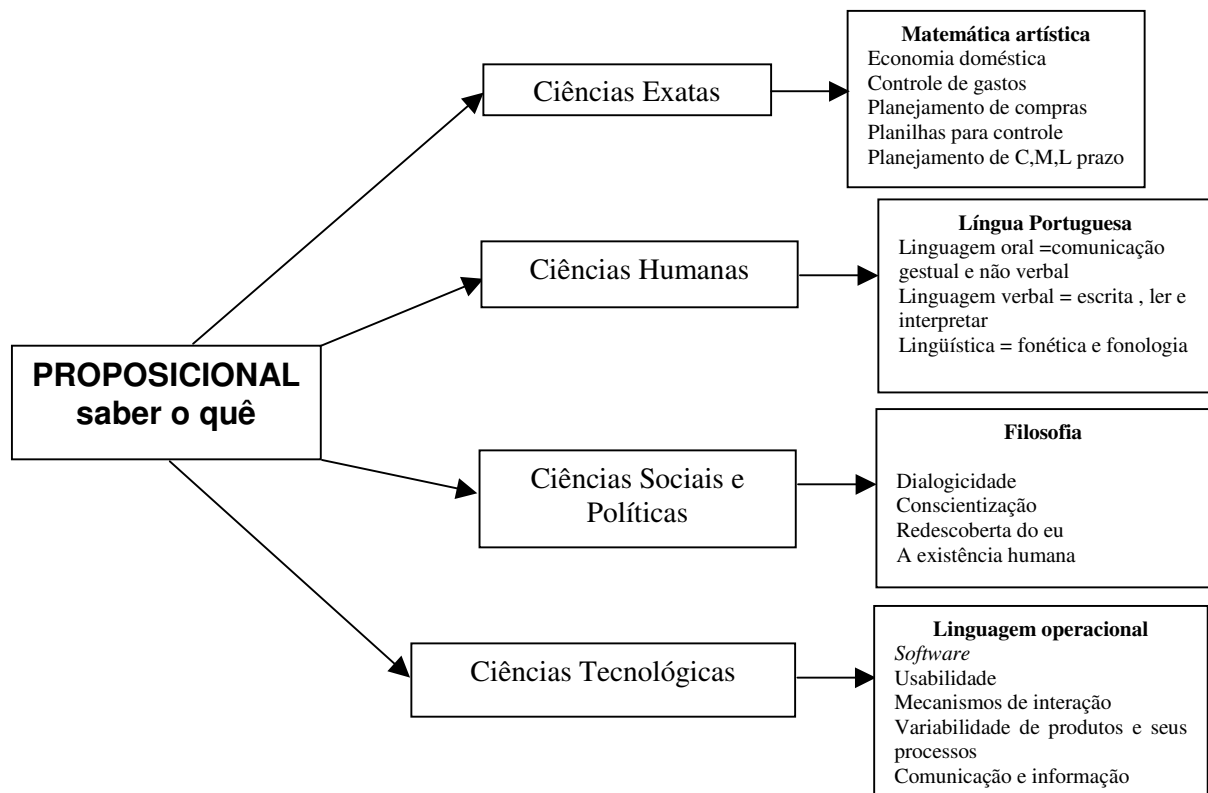


Figura 17: Conhecimento proposicional

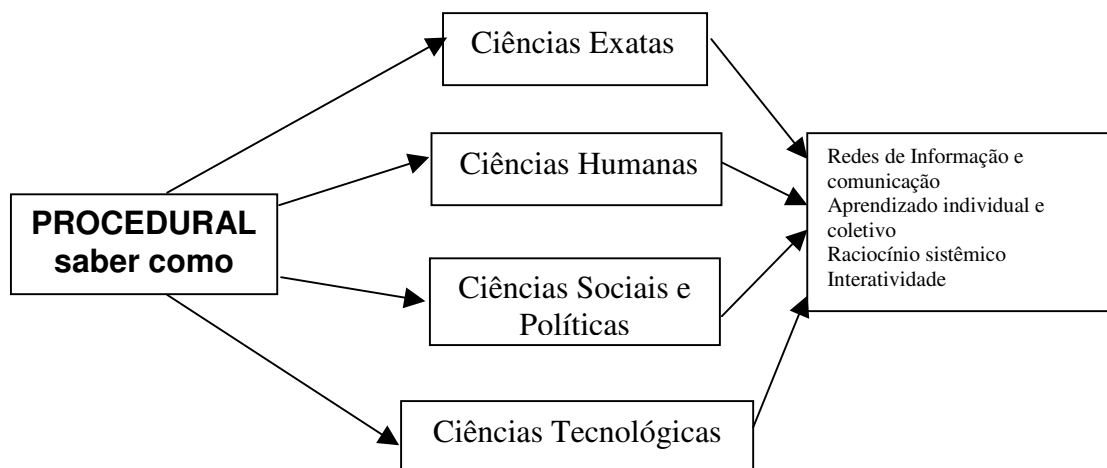


Figura 18: Conhecimento procedural

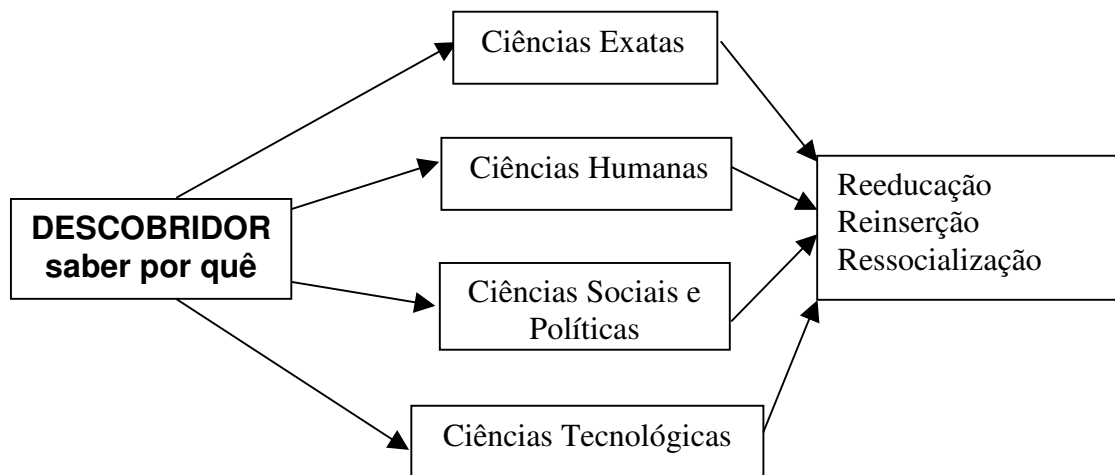


Figura 19: Conhecimento descobridor

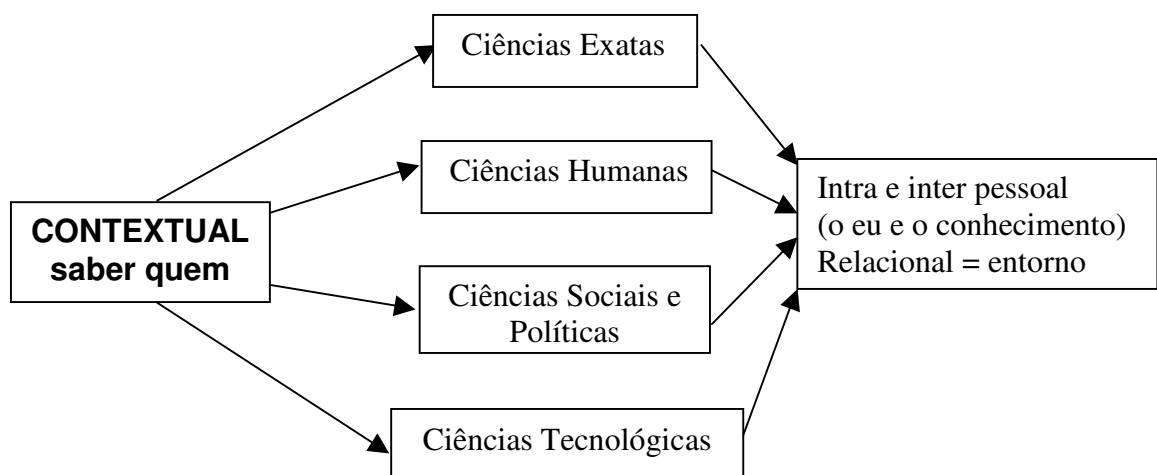


Figura 20: Conhecimento contextual

4.1.7 Flexibilização de organismos intersecção = conhecimento e aprendizagem



Figura 21: Flexibilização de organismos intersecção

A figura 21 visualização a flexibilização entre conhecimento e aprendizagem. Frente a isto Fialho (2006, p.75) pondera que “(...) o conhecimento, quando é vendido, não desaparece, ou seja, mesmo após ser vendido ele ainda continua com quem o detinha (...) quando compartilhado, cresce a partir da divisão”.

Partindo desta premissa, compreende-se que a aprendizagem é decorrente da vontade e necessidade de aprender. O aprendente por si só possui capacidade de aprender e de administrar formas de aprendizagem.

Portanto, conhecimento e aprendizagem simultaneamente devem incorporar a experiência individual e o saber coletivo.

Nisto, se insere a função educacional que é potencializar a aprendizagem de forma inovadora, investigativa e criativa, e Vygotsky (1993) é enfático na sua visão-construtivista quanto ao papel do ambiente social ser fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem.

Fialho (2001) citando Rumelhart e Norman caracteriza a aprendizagem em três aspectos: crescimento, reestruturação e ajuste. Quanto ao **crescimento** pondera: o sujeito acumula novas informações aos esquemas mentais já existentes por meio da associação; o **ajuste**, modificações constantes sem alterações nas estruturas mentais existentes; as reestruturações são as 'novas estruturas conceituais ou novas formas de conceber as coisas'.

Deste modo, vê-se que o ser humano está aberto a novas aprendizagens, novas significações independente de forma ou formato ofertado para aquisição do conhecimento. O que se caracteriza como necessário é a pré-disposição para o aprender e a oferta de novas formas para se administrar o saber elaborado.

4.1.8. Iniciativa, criatividade, resolução de problemas e inovação

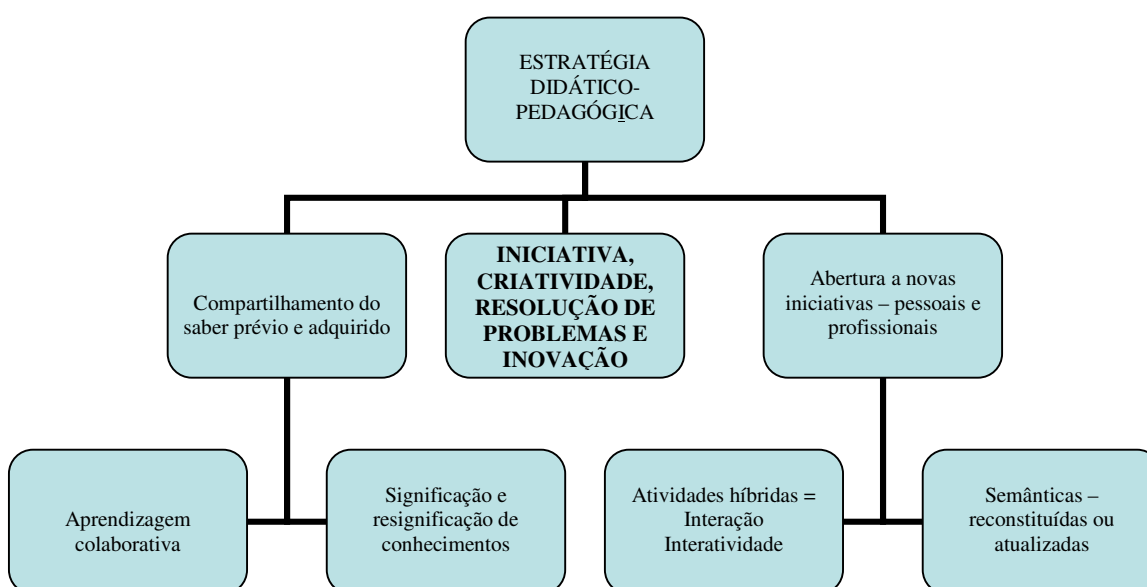


Figura 22: Iniciativa, criatividade, resolução de problemas e inovação

O conhecimento é elaborado historicamente. Por um lado de forma epistemológica por outro, de forma ontológica que de forma individual ou coletiva transforma-se e se retransforma.

Compartilhar idéias, saberes, conhecimento cria-se uma teia relacional que possibilita a geração de novas iniciativas, interatividade e criatividade (Figura 22).

Segundo Ghiselin (1952), “a criatividade é um processo de mudança, de desenvolvimento, de evolução, na organização da vida subjetiva”. Esta transformação gera a resignificação dos conhecimentos possibilitando um novo olhar a realidade que se está inserido.

Desenvolver atividades híbridas para gerar ensino-aprendizagem é não permitir a repetição pela mera repetição, é dar novo olhar, novo significado, novo caminho. É o fazer diferente, é utilizar metodologias e estratégias diferenciadas. É valer-se de problemáticas que geram reflexões, e como diz Martins (2002) na sua proposta do método da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), que a aprendizagem é centrada no aluno e deve ser utilizado de forma globalizada e que desenvolve um ‘aprendizado cognitivo’ gerando a construção do conhecimento e não meramente a transmissão de conhecimentos.

Deste modo, vê-se que iniciativa, criatividade, resolução de problemas e inovação perpassa nesta estratégia como necessidade para o êxito dos trabalhos a serem desenvolvidos, pois trabalhar questões de cidadania requer maior proximidade da realidade e acreditar nas possibilidades de mudança, de redescoberta humano-social.

4.1.9 Ênfase ao conhecimento tácito e explícito

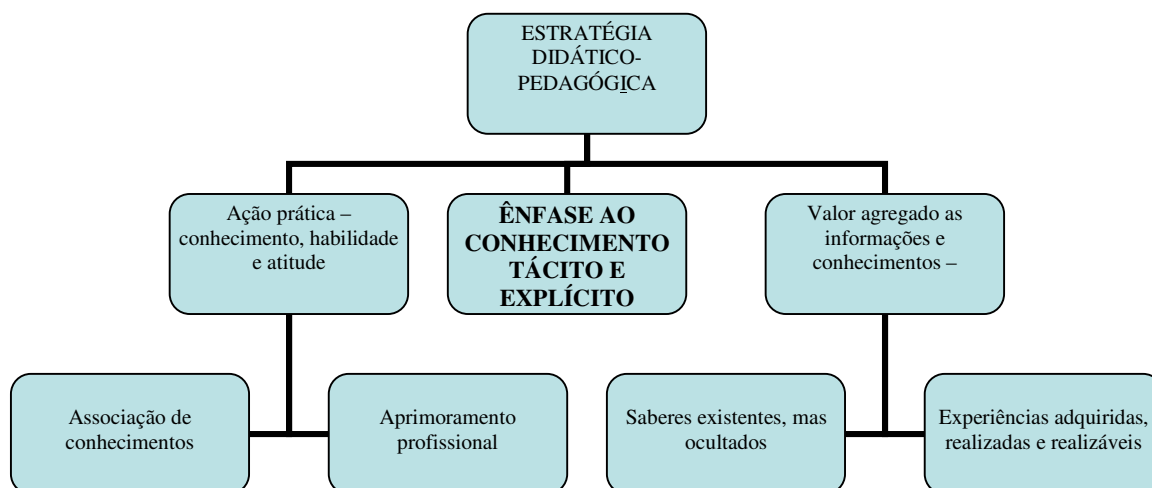


Figura 23: Ênfase ao conhecimento tácito e explícito

Gestionar competências buscando conhecimento, habilidades e atitudes são o que a Gestão do Conhecimento propõe na era do conhecimento. As atividades práticas estão correlacionadas às atividades intelectuais, pois fazem parte de um processo dinâmico, conforme apresenta a figura 23.

Fialho (2006, p.76) é primaz quando diz que: “(...) o conhecimento, quando apreendido, se transforma primeiro em competências, mas que, dependendo da atitude que tomamos em relação a ele, nossos valores e as estratégias que empregamos, pode se tornar conhecimento útil para nós e para as organizações em que trabalhamos”.

Entende-se deste modo, que é necessário a associação de conhecimentos multidisciplinares, de forma sistêmica, para o aprimoramento pessoal e profissional tanto de ordem objetiva quanto subjetiva.

4.1.10 Aprendizagem voltada ao conhecimento científico e profissionalizante

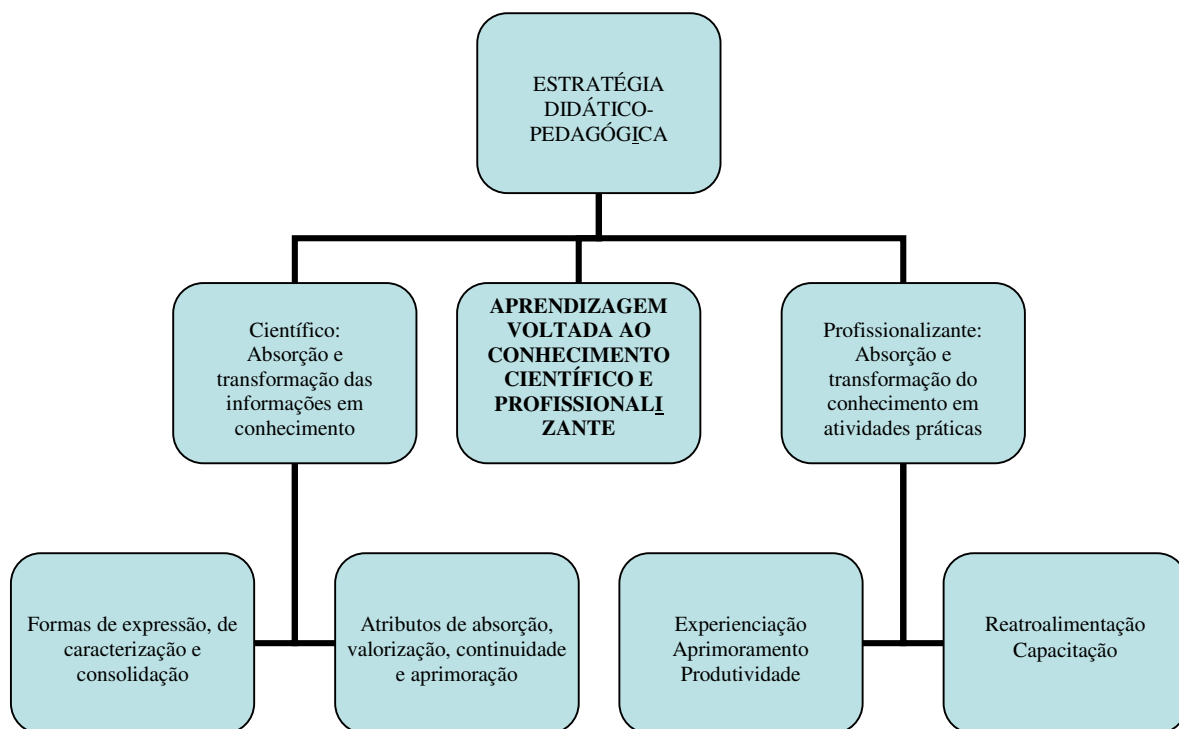


Figura 24: Aprendizagem voltada ao conhecimento científico e profissionalizante

Drucker (1993) afirma que, na Sociedade do Conhecimento, somente por meio do conhecimento as empresas poderão inovar, permanecerem vivas, ativas e competitivas.

Nesta ótica, desencadeia-se a necessidade de haver um entrelaçamento entre o saber científico e profissionalizante para que haja qualidade, inovação e criatividade nas ações estabelecidas e desenvolvidas, tanto pelos aprendentes, quanto pelos ensinantes (Figura 24).

Neste sentido, as ações tanto pedagógicas quanto as técnicas devem canalizar oportunidades que permita análise, discussão, decisões rápidas, sobretudo de

forma compartilhada entre os saberes das ciências exatas, humanas, sociais e tecnológicas de forma retro alimentada, pois deverão atender as necessidades pessoais e organizacionais, para que o aprendente tenha condições de se inserir no mercado de trabalho.

4.1.11 Produção do conhecimento interligando habilidades e competências

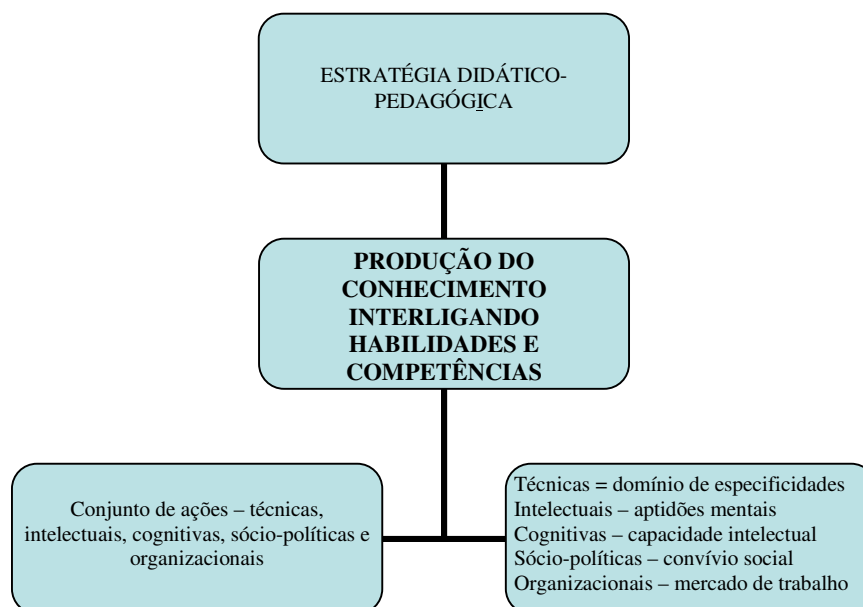


Figura 25: Produção do conhecimento interligando habilidades e competências

Possibilitar aprendizagem por meio de um processo multidisciplinar é trabalhar de forma sistêmica para garantir que as partes não se percam do todo, e desta forma articular ações técnicas, intelectuais, cognitivas, sócio-políticas e organizacionais requer desenvolver habilidades e competências essenciais para garantir a aquisição do conhecimento e experienciá-lo (Figura 25).

De acordo com a arquitetura de Richard (1990) '**Habilidades**' são os comportamentos automatizados, o fazer. As **competências** referem-se ao

conhecimento das regras, levando para a qualificação, o processo de construção.

O aprender a aprender, o aprender a conhecer, o aprender a ser, o aprender a viver juntos (DELORS, 2000) indica uma variável substancialmente essencial para a inserção de jovens e adultos no mundo globalizado, seja de forma pessoal ou profissional.

Requer que se tenha uma visão de conjunto, uma visão que articule as práticas, as teorias, as experiências para que o conhecimento seja constantemente implementado de forma criativa, ativa e integradora.

CAPÍTULO 5

5. CONCLUSÃO E RESULTADOS ESPERADOS

5.1 Quanto ao objetivo e hipótese da pesquisa

O objetivo desta tese configura-se em construir uma Estratégia Didático-Pedagógica para a Educação Básica e profissionalização de jovens e adultos na modalidade da Educação a Distância, visando reeducação, reinserção e ressocialização.

Apóia-se na visão sistêmica pela pesquisadora entender que é necessário estabelecer um elo de ligação entre a legislação educacional e penal, a gestão dos e nos Espaços Prisionais, a modalidade de ensino (Educação a Distância), para que ações educativas e o mundo profissional para que sejam estabelecidas e entendidas como uma forma diferenciada para a produção do conhecimento.

Agir e pensar sistemicamente é entender que o todo é a soma das partes e que ações fragmentadas não possibilitam na sociedade do conhecimento o processo do conhecer, do fazer, do viver juntos e do ser como diz Delors (2000). Por isto, as propostas educativas devem agir e pensar congruentemente para que o processo ensino-aprendizagem vença a racionalidade técnica fundamentando-se no aprender e no apreender.

Buscou-se para atingir tal objetivo pesquisar junto à literatura conhecimentos sobre planejamento estratégico, visão sistêmica, legislação penal e educacional, Educação a Distância, e o currículo para ter-se uma visão macro sobre estes assuntos e assim poder desenvolver a Estratégia Didático-Pedagógica proposta.

A partir destes estudos justifica-se a hipótese levantada que se configurou na construção de uma Estratégia Didático-Pedagógica para a Educação Básica e profissionalização para jovens e adultos por meio da modalidade de Educação a Distância que pode possibilitar a reeducação, reinserção e ressocialização dos detentos de Espaços Prisionais.

A Estratégia Didático-Pedagógica foi desenvolvida com base na visão sistêmica proposta por Cristofolini (2003) pois afirma que, a soma das partes compõe o todo e este formato proposita retroalimentar a estratégia, possibilitando [...] visualizar a instituição de ensino de fora para dentro, de cima para baixo e do geral para o particular” (TACHIZAWA, 1999, p. 58).

O modelo conforme descrito no Capítulo 3 desta tese faz um entrelaçamento entre Legislação Penal e Educacional, Currículo e Educação a Distância, pois, pensar sistemicamente requer visão de conjunto, e para que a produção de conhecimentos interligue habilidades e competências e desta forma uma aprendizagem voltada ao conhecimento científico e profissionalizante.

Este embricamento implementado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação na modalidade de Educação a Distância buscam a ruptura de padrões estáticos e padronizados para a melhoria do processo ensino-aprendizagem especificamente por tratarmos com uma população restrita e reclusa em Espaços Prisionais que se encontram relegadas aos processos de escolarização.

Como coloca Delors (2000) as classes sociais menos favorecidas encontram-se distanciadas dos espaços formadores e que, em decorrência do mercado de trabalho, das políticas educacionais e sociais existentes, muitos cidadãos sofrem as ‘conseqüências de insucesso escolar marcando os jovens para toda a vida’.

Esta estratégia vem atender as legislações vigentes. A Lei de Execução Penal (LEP) para oportunizar aos detentos condições de reeducação, reinserção e ressocialização e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que estabelece Educação para todos, preparo para a cidadania e qualificação profissional.

Portanto, vê-se que a Estratégia Didático-Pedagógica proposta nesta tese atende as legislações Penal e Educacional; é inovadora, pois nas pesquisas realizadas em Espaços Prisionais não foi encontrado este tipo de modelo e, por priorizar a formação integral do homem para sua reeducação, reinserção, ressocialização, o exercício plena de sua cidadania.

Estas colocações podem ser entendidas, por muitos, como demagogia, ideologia ou utopia. Prefiro a utopia que considera viver o mundo dos sonhos, pois, se deixarmos de sonhar deixaremos de projetar objetivos, de instaurar perspectivas e conseqüentemente deixaremos de oportunizar àqueles que são vistos como o escroto da sociedade, tentar serem pessoas com oportunidades de reeducar-se, reinserir-se e ressocializar-se.

5.2 Quanto à pesquisa nos Espaços Prisionais

A pesquisa de cunho documental foi realizada no Ministério de Justiça do Departamento Penitenciário Nacional – Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – OnfoPen, referenciado em abril de 2007 no Estado de Santa Catarina nos trinta e quatro (34) “Estabelecimentos Penais”.

Os dados obtidos e analisados se configuram:

- No Estado de Santa Catarina o total de **habitantes** soma **5.351.360 pessoas**, sendo do sexo masculino 2.669.311 e do sexo feminino 2.682.049 pessoas.

- A **população carcerária** no Estado Catarinense registrada pela Secretaria de Justiça totaliza **11.237 detentos** e destes, 10.443 são do sexo masculino e 794 do sexo feminino.
- Os “presos internados” no Sistema Penitenciário Catarinense cumprem suas sentenças judiciais sob seis tipos de **regime de internação**: Regime Fechado, Regime Semi Aberto, Regime Aberto, Presos Provisórios, Medida de Segurança-Internação, Medida de Segurança – Tratamento ambulatorial.

Cumprem penas em Regime Aberto, Medida de Segurança-Internação e Tratamento Ambulatorial 1.363 homens e 80 mulheres totalizando 1443 pessoas, e, nos regimes Provisórios, Fechado e Semi Aberto 9080 homens e 714 mulheres, totalizando 9.794 pessoas internadas. Isto perfaz 11.237 pessoas.

- Quanto à **Faixa Etária** dos reeducandos nos Espaços Penais de Santa Catarina o maior número de reclusos se dá entre 18 a 29 anos com um total de 4.844 pessoas equivalendo a 43,1% da população carcerária.
- Quanto à **nacionalidade**, dos 11.237 presos, no Sistema Penitenciário Catarinense, 9.302 são brasileiros natos perfazendo um total de 82,7% da população carcerária.
- Quanto à **cor de pele e etnia** o maior número de internados são brancos, tanto no sexo masculino quanto no feminino, o que, desmistifica que os negros não são os mais cometem delitos.
- Quanto a **Capacidade Ocupacional** do Sistema Prisional de Santa Catarina existem **34** (trinta e quatro) Estabelecimentos Penais sendo: 05 Penitenciárias ou Similares, 01 Colônia Agrícola, Industrial ou Similar, 01 Casa de Albergados ou Similares; nenhum Centro de Observações ou Similares e 26 Cadeias Públicas ou Similares. Tem-se deste modo, 11.237

reclusos, sendo 10.443 homens para 5554 vagas em 33 estabelecimentos penais, assim uma população de 1,88 por vaga. No que refere as mulheres 794 reclusas para 386 vagas em um estabelecimento penal.

Estes dados demonstram que existe superlotação nos Estabelecimentos Penais prejudicando o desenvolvimento das atividades de reeducação, ou seja, de qualquer atividade a ser desenvolvida.

- Quanto ao **Nível de Instrução** os dados obtidos mostram que os internados que possuem Ensino Fundamental incompleto totalizando 6.975 e os reeducandos no Ensino Médio incompleto são 964 pessoas.

Tem-se, portanto **7.939 reeducandos** que necessitam **concluir** seus estudos na **Educação Básica** isto compreende **70,6%** da população carcerária com defasagem educacional.

- No que se refere aos **Programas de Trabalho Interno e Externo**, num horizonte de 11.237 reclusos, 58,5% dos internados participam dos programas oferecidos.

Tem-se uma população carcerária de 10.443 homens e destes somente 59,4% participam dos programas oferecidos. Já a população feminina totaliza 794 pessoas e destas 371 participam destes programas perfazendo somente 46,8%.

- Quanto a **Reinclusão** ao Sistema Penitenciário (no ano vigente) apenas 261 pessoas retornaram a prisão. Este dado demonstra que houve baixo índice de reinclusão fixando-se em 2,3%.

Quanto ao **Tempo Total das Penas e a Quantidade de Pessoas** 26,2% cumprem pena até quatro anos; de quatro a trinta anos de pena perfaz 71,05% da população carcerária e de 30 até 100 anos equivale a 2,74%.

Estes dados demonstram que desenvolver programas educacionais e de profissionalização auxiliarão diretamente no desenvolvimento de habilidades e competências para que a reinserção seja significativa e inviabilize o retorno aos espaços penais.

A pesquisa demonstrou que **em nenhum Espaço Prisional de Santa Catarina é oferecido Educação Básica pela modalidade da Educação a Distância e também não se obteve informação de que exista algum tipo de PROGRAMA INTEGRADO** (matriz curricular única que contemple Educação Formal e profissionalização) na Educação Básica.

Portanto, isto se caracteriza na possibilidade de se implantar nos Espaços Prisionais de Santa Catarina uma forma inovadora para gerir educação sistematizada no nível da Educação Básica nos Espaços Prisionais, por meio da Educação a distância possibilitando maior acesso e permanência dos reeducandos no processo educacional.

Portanto, desenvolver ações de forma sistêmica é considerar o macroambiente, o ambiente de tarefa e o ambiente interno, não apenas como uma forma para atender esta demanda, mas sim, a viabilização de uma nova forma de gerir conhecimento e possibilidades de reinserção social visando à complementaridade entre educação escolar e o exercício da cidadania.

Vygotsky (1993) nos chama a atenção para o meio que o sujeito está inserido; Freire (1987) destaca que os oprimidos tendem a ser opressores; Foucault (2001) faz menção à liberdade pela mudança social.

Como se sabe o século XXI é o século do conhecimento. Pergunta-se: o ser humano destes Espaços é tratado como ser humano? Como são configuradas as formas de gerenciamento educacional? Quais políticas inovadoras estão

sendo estabelecidas e efetivamente executadas para melhorar o sistema prisional e reeducar os que estão detidos?

Esta tese comprova que existe a possibilidade de mudança tanto na forma de operacionalizar a educação sistematizada, como também mostra a possibilidade de gerir uma forma inovadora para ser implantada nestes espaços.

Não se pode mais tratar os reclusos como substratos da sociedade, pois estaremos possibilitando maior possibilidade de criminalidade; não podemos mais admitir a "uniformização social", pois continuaremos admitindo e compartilhando falácias inatingíveis. Podemos sim reinventar, redesenhar um contexto educacional e social comprometido com a subjetividade humana. Com fazeres que dignifiquem o homem. Que possibilite reinserir na sociedade com saberes cientificamente construídos e que estes possam ser um diferencial no cotidiano destes cidadãos.

Historicamente têm-se dados informacionais que o estudo sistematizado é necessário, determinante para a qualidade de vida das pessoas, para o desempenho e melhoria de suas atividades profissionais.

Os entornos sociais e o mercado de trabalho exigem cada vez mais qualificação profissional, não apenas pelo fazer mecânico, o saber-fazer, mas pelo "aprender a fazer" como coloca Delors (2000: p.101-2):

Não somente uma qualificação profissional mas, de uma maneira mais ampla, competências que tornem a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Mas também aprender a fazer, no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho que se oferecem aos jovens e adolescentes, quer espontaneamente, fruto do contexto local ou nacional, quer formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho.

Quando tratamos os detentos como virose social que contamina e se propaga, tornando-os incapazes de reeducar-se, ressocializar-se, estaremos cada vez mais gerando pessoas excluídas e propensas a criminalidade e eximindo a

possibilidade de voltar a serem cidadãos respeitáveis com direitos e deveres iguais aos demais cidadãos.

Esta estratégia vem atender as legislações vigentes. A Lei de Execução Penal (LEP) pela obrigatoriedade dos Presídios, Penitenciárias, Casas de Detenção..., oportunizar aos detentos condições de reeducação, reinserção e ressocialização descritos na Seção V da Assistência Educacional, no Art. 17 determina que: "A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e formação profissional do preso e do internado", (MIRABETTE, 1993: p. 85); e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no Art. 2º Dos Princípios e fins da Educação Nacional que determina:

A educação, dever da família e do Estado inspirada nos princípios de liberdade e nos idéias de solidariedade humana, tem por finalidade e pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Frente a isso, pontua-se a tendência moderna enfatizada por Mirabeti (1993: 35) que diz: "A execução da pena deve estar programada de molde a corresponder a idéia de humanizar, além de punir".

Gerenciar ações que congreguem sistêmica e estrategicamente ações planejadas, com certeza far-se-á redimensionar projetos operacionais viáveis e que possibilitem ações viáveis de serem operacionalizadas.

Utilizar a visão sistêmica, com um planejamento estratégico diferenciado para operacionalizar a Estratégia Didático-Pedagógica proposta nesta tese em Espaços Prisionais por meio da modalidade da Educação a Distância é desafiar os modelos educacionais existentes.

É sobremaneira afirmar que, existem formas para possibilitar a aprendizagem formal, a profissionalização para reeducar, reinserir e ressocializar cidadãos e isto, congrega ousadia, credibilidade mesmo que seja visto como algo além do sobrenatural, do imaginável, do sonho, do possível, mas o acreditar que é embora dificultoso, insistente, e acreditável que o homem pode tornar-se

homem, e pela sua insistência acreditar mesmo que a duras penas, consiga rolar as pedras da desigualdade e, talvez este homem como no mito de Sísifo compreenda:

[...] que os deuses o tinham condenado a empurrar sem descanso um rochedo até ao cume de uma montanha, de onde a pedra caía de novo, em consequência do seu peso. Tinham pensado, com alguma razão, que não há castigo mais terrível do que o trabalho inútil e sem esperança. Já todos compreenderam que Sísifo é o herói absurdo. É o tanto pelas suas paixões como pelo seu tormento. O seu desprezo pelos deuses, o seu ódio à morte e a sua paixão pela vida valeram-lhe esse suplício indizível em que o seu ser se



Figura 26: Sísifo

emprega em nada terminar. É o preço que é necessário pagar pelas paixões desta terra. Os mitos são feitos para que a imaginação os anime. Neste, vê-se simplesmente todo o esforço de um corpo tenso, que se esforça por erguer a enorme pedra, rolá-la e ajudá-la a levar a cabo uma subida cem vezes recomeçada; vê-se o rosto crispado, a face colada à pedra, o socorro de um ombro que recebe o choque dessa massa coberta de barro, de um pé que a escora, os braços que de novo empurram, a segurança bem humana de duas mãos cheias de terra. No termo desse longo esforço, medido pelo espaço sem céu e pelo tempo sem profundidade, a finalidade está atingida. Sísifo vê então a pedra resvalar em poucos instantes para esse mundo inferior de

onde será preciso trazê-la de novo para os cumos. E desce outra vez à planície [...]. Um rosto que sofre tão perto das pedras já é ele próprio, pedra! Vejo esse homem descer outra vez, com um andar pesado mais igual, para o tormento cujo fim nunca conhecerá. Essa hora que é como uma respiração e que regressa com tanta certeza como a sua desgraça, essa hora é a da consciência. Em cada um desses instantes em que ele abandona os cumes e se enterra a pouco, e, pouco nos covis dos deuses, Sísifo é superior ao seu destino. É mais forte do que o seu rochedo. [...] Sísifo ensina a fidelidade superior que nega os deuses e levanta os rochedos. Ele também julga que tudo está bem. Esse universo enfim sem dono não lhe parece estéril nem fútil. Cada grão dessa pedra, cada estilhaço mineral dessa montanha cheia de noite, forma por si só um mundo. A própria luta para atingir os píncaros basta para encher um coração de homem. É preciso imaginar Sísifo feliz (CAMUS, 2007).

5.3 Resultados esperados

Pelos estudos bibliográficos realizados tem-se a certeza que o processo de desenvolvimento global encontra-se estreitamente ligado ao processo tecnológico, a inteligência artificial, exigindo dos seres humanos banhar-se no oceano do conhecimento, das informações, pautando-se nas competências e habilidades, emergindo assim, a necessidade de educação continuada para

articular o saber com o 'aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser' (DELORS, 2000).

Contudo, este desenfreado avanço que requer habilidades, competências, conhecimento e que a cada segundo propicia uma diversidade de novos conhecimentos, produtos e informações se confrontam com as desigualdades sociais gerando a 'exclusão social' que, conseqüentemente, formaliza um número significativo de cidadãos oprimidos.

A respeito, a exclusão oprime, desumaniza e conjuga marginalidade e segregação, acompanhada de violência e criminalidade, como diz Freire (1987: p.30) A violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos.

Espera-se que esta Estratégia Didático-Pedagógica na modalidade de Educação a Distância à ser implantada nos Espaços Prisionais estabeleça um fator de coesão entre as instâncias legais para possibilitar a inclusão destes atores na educação sistematizada ampliando a oferta de educação para todos evitando a 'exclusão social' e conseqüentemente, a marginalização do saber, o distanciamento das situações de aprendizagem, a falta de instrução, de profissionalização.

Não se tem certeza que pela educação formal na modalidade da Educação a Distância reduzir-se-á a criminalidade, ou que estaremos reeducando, reinserindo e ressocializando, mas, com certeza estaremos preenchendo a ociosidade destes cidadãos bem como ampliando as possibilidades da aquisição do conhecimento formal e de profissionalização e possibilitando aprendizado.

Espera-se também, que as instâncias governamentais se sensibilizem em estabelecer políticas públicas para estes espaços de forma mais concisa e

eficiente atendendo o que realmente determina a Lei de Execução Penal nº 7.210 de 11 / 07/ 1984, na Seção V Art. 17: 'Assistência educacional': "uma das prestações básicas mais importantes não só para o homem livre, mas também àquele que está preso, constituindo-se, neste caso, em um elemento do tratamento penitenciário como meio para a reinserção social" (Mirabete: 1993: 85), que deverão ser geridos nos espaços prisionais como oportunidades de reeducação e reinserção social.

Sabendo-se que a Educação a Distância é uma modalidade de ensino que rompe as barreiras espaço-temporal que o ensino presencial exige, é recomendável o seu gerenciamento nos Espaços Prisionais, superando/quebrando os 'medos' do convívio presencial da relação professor/aluno e redimensionando o processo de ensino e de aprendizagem para estabelecer uma práxis de interação entre 'sujeito, meio, objeto do conhecimento' que "[...] por trás das técnicas (no sentido de tecnologia), no meio delas, agem e reagem idéias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos, estratégias de poder – o espectro inteiro dos jogos humanos na sociedade" (LÉVY, 2000: p.56).

A minha persistência, poderá ser a sua insistência. A nossa persistência e insistência poderão transformar-se em realidade e, deste modo contribuir para o processo de reeducação, reinserção e ressocialização (BEBER, 2007).

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, H. **Reencantar a educação**. Rumo à sociedade aprendente. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- Discionário Aurélio**. Disponível em <<http://www.dicionarios-online.com/>>. Acesso em 12 mai 2006.
- BEAUCHAMP, G. **Curriculum theory**. 4^a ed. *Itasca, Illinois. F.E. Peacock Publishers, 1981*.
- BERTALANFFY, L.V. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BRZEZINSKI (*apud* Servino, 1998). **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação** Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362004000400008&script=sci_arttext&tlng=em> . Acesso em 13 mai 2006.
- BRASIL, Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5., São Paulo: TR, 2000 266p. Atualizada até 31. 12. 1999.
- BRASIL, **Lei Nº 9.394, 20 dez**. 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. **Lei nº 7.210/84**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102391>>. Acesso em: maio de 2006.
- BRASIL, **Programa estadual de direitos humanos**. Disponível em <<http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=Programa+Estadual+de+Direitos+Humanos+de+Santa+Catarina&meta=1998>>. Acesso em 20 agos 2006.
- BRASIL, **Sistema nacional de avaliação da educação básica**. Disponível em <<http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=SAEB&btnG=Pesquisa+Google&meta=>>>. Acesso em 12 set 2006.
- BRASIL. **Acesso à educação ainda não é universal no Brasil**. Disponível em <http://64.233.169.104/search?q=cache:q_g7ybxGR20J:www.acaoeducativa.org.br/downloads/acesso_educacao.pdf+n%C3%BAmero+de+jovens+e+adultos+sem+ensino+fundamental+no+brasil&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=2&gl=br>. Acesso em jul 2007.
- BRASIL. **III Fórum educacional do mercosul**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=7254> Belo Horizonte, 2006. Acesso em jul 2007.
- CAMPESTRINI, B.B. **Aprender e ensinar nos espaços prisionais: uma alternativa para a educação a distância incluir jovens e adultos no processo de escolarização**. Dissertação de Mestrado: UFSC, 2002.
- CAMUS, A. **Mito de Sísifo**. Disponível em <www.geocities.com/serouseja/camus/sisifo.htm>. Acesso em 14 mar 2007.
- CAPRA, F. **A teia da Vida - uma nova compreensão científica dos sistemas vivos** – Trad. Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1996.
- MOTA DE CASTRO, L.M. **Planejamento estratégico**. In; FINGER, Almeri Paulo, (Org.) Universidade; organização, planejamento, gestão. Florianópolis: UFSC, 1988.
- CATAPAN, A. H. **Trabalho & consumo: para além dos parâmetros curriculares**. Florianópolis: Insular, 1999.

- CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- CONGRESSOS (1987, 1970, 1974) **Direitos humanos** – instrumentos e textos universais. Disponível em <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dhaj-pcjp-15.html>>. Acesso em mai 2007.
- CRISTOFOLINI, V. **Modelação gerencial**: estratégica para tomada de decisão quanto a implantação de novos cursos de graduação na UNIVALI - Centro de Educação de Tijucas. 2003. 173f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática**. 2., São Paulo: Ática, 1993.
- DELGADO, J.A. **Humanização da pena**: um problema do direito penal. Disponível em <http://bdjur.stj.gov.br/dspace/bitstream/2011/8613/1/Humaniza%C3%A7%C3%A3o_da_Pena_um_Problema.pdf> . Acesso em 16 jan 2007.
- DELORS, J. **Educação um tesouro a descobrir**. 4., São Paulo: Cortez, 2000.
- DRUCKER, P. **Gerindo para o futuro**. Lisboa: Difusão Cultural, 1993.
- GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- FALCONI, R. **Sistema prisional**: Reinserção social? São Paulo: Ícone, 1998.
- FIALHO, F.A.P. **Introdução ao estudo da consciência**. Curitiba: Genisis, 1998.
- _____. **Ciências da cognição**. Florianópolis: Insular, 2001.
- _____. (org). **Gestão do conhecimento e aprendizagem** – as estratégias competitivas da sociedade pós-industrial. Florianópolis: Visual Books, 2006.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão. Trad. de Raquel Ramallete. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 30, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, P.R.C.F. **O foco na gestão**. Artigo publicado na Revista Ensino Superior nº 45 – Junho de 2002 – São Paulo.
- GADOTTI, M. **A educação contra a educação**: o esquecimento da educação e a educação permanente. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GAGE, R.M. **The scientific basis of the art of teaching**. New York. Teachers College Press. 1977.
- GHISELIN, B. **The creative process**. New York: New American Library, 1952.
- IBGE. **Educação no Brasil**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/educacao.html>> Acesso em jul 2007.
- KOTLER, P. **Administração de marketing**. São Paulo : Atlas, 1975.
- LEMGRUBER, J. **Cemitério dos vivos**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, 1977.
- LEVY, P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: 34, 2000.
- LOPEZ, A. **Teoria general de los sistemas**. México: FCE, 2002.
- MACHADO, T. (Org). **Educação 2007**: As mais importantes tendências na visão dos mais importantes educadores. Curitiba: Humana Editorial, 2007.
- MCLAREN, P. **Revolutionary multiculturalisms: Pedagogies of Dissent for the New Millennium**. 1997.

- MANACORDA, M. **A História da educação: da antiguidade aos nossos dias.** São Paulo: Cortez, 1999.
- MARTINS, J.G. **Aprendizagem baseada em problemas aplicada a ambiente virtual de aprendizagem.** Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC – 2002 Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/Resumo.asp?4107>>. Acesso: dez de 2006.
- MARTINS, O.B. & POLAK, Y.N.S. (org) **Educação a distância: Fundamentos e políticas de educação e seus reflexos na educação a distância.** UFPR: Curitiba 2000 – 01.
- MATTAR, F.N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento.** 5ª e. São Paulo: Atlas, 1999.
- MATURANA, H. & VARELA, F. **A árvore do conhecimento.** Campinas: Editorial Psy, 1995.
- MENDES, G. **Estratégia para a excelência administrativa.** São Paulo: Revista Ensino Superior nº 47 – Agosto de 2002.
- MERCER, N & ESTEPA, F. J.G. **La educación a distancia y la creación del conocimiento compartido.** CLAC occasional papers in communication. Open University, School of Education -Center for Language and Comuncations (CLAC), 1996.
- MINAYO, M.A.C.S. **Pesquisa social.** Teoria, Método e criatividade. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MIRABETE, J. F. **Lei de execução penal.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.
- MORAN, J. M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** São Paulo: Papirus, 2000.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários a educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2000.
- NEDER, M. L. **Formação do professor a distância a diversidade como base conceitual.** Tese de doutorado. UFMT/IE, 1999.
- NEVES, C.M.C. **TV na escola e os desafios de hoje: Tecnologias e educação: desafios e a TV escola.** Módulo 1, Brasília; EAD/SEED, 2000.
- OLIVEIRA, O.M. **Prisão: um paradoxo social.** 2., Florianópolis: DAUSFC, 1996.
- OLIVEIRA, D.P.R. **Planejamento estratégico: Conceito, metodologias e práticas.** 13ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- PADILHA, P.R. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola.** São Paulo, Cortez/IPF, 2002.
- PAIVA, J. **Trabalho: a mão-de-obra na massa.** In: Programa um Salto para o Futuro. Rio de Janeiro: Fundação Roquete Pinto. 16 de maio de 1997.
- Plano nacional de educação.** Lei No 10.172, 09 de janeiro de 2001. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm> Acesso em 13 de nov. de 2005.
- Programa estadual de direitos humanos.** Disponível em <http://www.dhnet.org.br/dados/pp/estaduais/index.htm#santacatarina>. Acesso em abr 2007.
- Programa de pós graduação em engenharia e gestão do conhecimento (EGC).** Disponível em: <www.egc.ufsc.br>. Acesso em: 11 jun 2007.
- QUEIROZ, C.A.M. **Resumo de direitos humanos e cidadania.** São Paulo: Iglu, 2001.

- RICHARD, J. F. **Les activités mentales: Comprendre, raisonner, trouver des solutions.** Paris: Armand Colin, 1990.
- RODRIGUES, M.V. & FERRANTE, A.J. **Tecnologia de informação e gestão empresarial:** Trad: SALLES, W.L. & BONITZ, L.A.N. Rio de Janeiro: E-Papers, 2000.
- SACRISTÁN, J. G. & GÓMES, P. A.I. **Compreender e transformar o ensino.** 4ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- SANCHO, J. M. **Para uma tecnologia educacional.** Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- SANTA CATARINA. **Relatório 2006 da gerência de educação de jovens e adultos** (SED/DIEB/GERJ) do Estado de Santa Catarina. Disponível em <http://www.sed.sc.gov.br/joomla/index.php?option=com_search&Itemid=170&searchword=presos+analfabetos&searchphrase=any&ordering=newest>. Acesso em jul de 2007.
- SCHÜTZ, R. **Word histories.** Conhecer uma palavra desde sua origem é como conhecer uma pessoa desde pequena. Disponível em <<http://www.sk.com.br/sk-hist.html>>. Acesso em 05 de abril 2007.
- SENGE, P.M. **A quinta disciplina:** Tradução do Círculo do Livro. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- SÍSIFO.** Figura Disponível em <http://bp3.blogger.com/_snyK7GlhbhQ/RgAcmkdP7KI/AAAAAAAAALk/E_omz7HtlGo/s1600-h/sisifo.jpg>. Acesso em 15 mai 2007.
- STONER, J.A.; FREEMANN, E. **Administração.** Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1995.
- TACHIZAWA, T. **Gestão de instituições de ensino.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- TAVARES, M.C. **Gestão estratégica.** São Paulo: Atlas, 2000.
- TEIXEIRA, G.J.W. **Planejamento didático na universidade brasileira.** Anais da 4ª Reunião Nacional da ANPAD. 1980.
- TEIXEIRA, G. **Por que “aprender a aprender?”** Disponível em <<http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=12&texto=707>>. Acesso em 13 de nov. de 2005.
- TIFFANY, P. **Planejamento estratégico: o melhor roteiro para um planejamento estratégico eficaz/** Paul Tiffany, Steven D. Peterson; trad. Ana Beatriz Rodrigues, Priscilla Martins Celeste. – Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução a pesquisa científica social.** A pesquisa qualitativa em educação. O positivismo. A fenomenologia. o Marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.
- UNESCO, CONFINTEA V. **Declaración de Hamburgo sobre la educación de adultos y plan de acción para el futuro.** Hamburgo: UIE/UNESCO, 1997. Resoluciones de la V Conferencia Internacional sobre educación de adultos, 1997.
- VASCONCELLOS, C. S. **Construção do conhecimento em sala de aula.** 8ª ed. São Paulo: Libertad, 1999.
- VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. **Linguagem, desenvolvimento e linguagem.** São Paulo: Ícone/Edusp, 1998.